

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 25/03/2022	



Sexta, 25 de Março de 2022 - 00:00

Alíquota única do ICMS para diesel pode reduzir em até R\$ 1 bi a arrecadação da BA; entenda

por Vitor Castro



A aprovação pelos secretários estaduais de Fazenda do “Convênio ICMS”, que estabelece a cobrança de uma alíquota única por litro do óleo diesel, não é vista com bons olhos pelos analistas. De acordo com os especialistas, a cobrança de um valor único pode gerar grande perda de arrecadação pelos estados, já que cada região tem uma realidade fiscal distinta. Na Bahia, por exemplo, a estimativa da **Sefaz** é de que o estado possa vir a perder cerca de R\$ 1 bilhão de reais.

A proposta, aprovada em uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), prorroga ainda o congelamento do imposto estadual sobre gasolina, etanol e gás de cozinha por mais 90 dias.

Para o Diretor de Assuntos Fiscais e Tributários do Instituto dos Auditores Fiscais (IAF), Tolstói Nolasco, o assunto é visto com cautela, principalmente em se tratando do diesel já que este é utilizado no abastecimento de ônibus e caminhões que fazem o transporte de carga por todo país. “Acontece que cada estado tem uma alíquota diferenciada atualmente e com essa unificação das alíquotas a questão que fica é qual será o cálculo para se chegar a uma alíquota média que atenda exatamente a preservar a arrecadação de todos os estados sem haver aumento de tributos para os consumidores”, ponderou.

Na Bahia, por exemplo, a alíquota do diesel é de 18%, já outros estados cobram menos, como é o caso de São Paulo (12%). “Em nível de Brasil, a Bahia adota uma alíquota um pouco maior em relação à [média do] Brasil. Consequentemente se for adotada alíquota média, o estado da Bahia vai perder arrecadação certamente por conta dessa mudança sistemática do cálculo dos tributos que agora passa a ser única e uniforme para todos os estados”, disse.

MUDANÇA NA LEI

No último dia 16, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que alterava a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ([lembre aqui](#)). O texto já previa uma alíquota única para todo país, mas a postura em prática da medida ainda vinha sendo discutida pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Pensando em evitar maiores prejuízos para os estados, o próprio texto legal já previa o que os especialistas chamam de mecanismo de compensação. "Alguns estados vão ter aumento de alíquota, e outros vão ter redução se for adotada uma alíquota média, por exemplo, de 15.5%, 15.6%. O que a lei prevê é esse mecanismo, mas é difícil de ser implementado. Imagine que em um estado em que a arrecadação vai crescer um pouco, ele ter que repassar esse imposto para os estados que vão perder?", ponderou.

Ainda de acordo com o diretor do IAF, também terá que ser pensado um mecanismo para que os estados 'se paguem' após a compensação caso essa alternativa seja adotada. Ele acredita ainda que diante do atual cenário de retomada da economia os governadores não devam aumentar impostos de outros itens para compensar as perdas após a unificação da alíquota. "Essa seria uma medida antipopular que acredito, nenhum governador adotaria em meio a um ano eleitoral", disse.

Talvez pensando nisso, a decisão tomada pelo Confaz nesta quinta-feira (24) tenha seguido o caminho distinto do proposto pelo projeto de Lei sancionado pelo presidente Bolsonaro.

Lá atrás o governo idealizou uma redução no imposto estadual cobrado sobre os combustíveis. No entanto, o valor estabelecido pelos secretários nesta quinta-feira (24) é maior do que o cobrado pela maior parte dos entes atualmente e deverá funcionar com um teto (R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10). Com a estratégia adotada agora, cada estado poderá aplicar um desconto sobre o valor da alíquota para manter o que é cobrado atualmente.

O diretor do IAF acredita que em um outro cenário os estados podem questionar a decisão na justiça. "Os estados vão questionar essa sistemática no STF entendo que essa lei complementar fere um princípio do pacto federativo que estabelece exatamente a autonomia dos seus tributos. Não que não possa haver uma sistemática de cálculos como essa que está sendo prevista, mas não de congelamento e uniformidade nacional exatamente pelas diferenças regionais que existem e pelas diferenças que cada estado tem em relação a tributação dos seus respectivos territórios", finalizou.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 24/03/2022	Coluna: Economia



ENTENDA POR QUE A BAHIA TEM O DIESEL MAIS CARO DO BRASIL



24 Março, 2022

O estado da Bahia tem o óleo diesel mais caro do país. Em um posto da cidade de Ilhéus, no sul do estado, o litro do combustível custa até R\$ 7,98, bem acima da média do país (R\$ 4,599), segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado entre os dias 13 e 19 de março. Ainda de acordo com a pesquisa, o produto no estado é vendido acima dos R\$ 7 em Eunápolis (R\$ 7,199), Guanambi (R\$ 7,198), Irecê (R\$ 7,195), Itabuna (R\$ 7,320), Juazeiro (R\$ 7,20), Paulo Afonso (R\$ 7,096), Salvador (R\$ 7,29) e Simões Filho (R\$ 7,11). De acordo com o aplicativo Preço da Hora, do governo da Bahia, na capital baiana, o valor do diesel está ainda mais caro. Em um posto de Porto Seco de Pirajá, ontem, ele estava sendo comercializado a R\$ 7,97, porém era possível encontrar o produto a R\$ 6,79 em postos do Vale do Canela, Nazaré, Pituauçu e Pernambuco.

O diesel é um derivado de petróleo, então seu preço está diretamente ligado ao da commodity. Se o preço do petróleo sobe, o do diesel também aumenta. Isto já vinha ocorrendo nos últimos meses e se intensificou com guerra na Ucrânia. No início deste mês, o preço do petróleo Brent saltou para acima de US\$ 139 por barril. Ontem, o barril, que normalmente flutuava entre US\$ 50 e US\$ 70, variou entre US\$ 114 e US\$ 122.

Na Bahia, mais de 90% do mercado de combustível é atendido pela Refinaria Mataripe, administrada pela Acelen, que define seus preços a partir do custo do petróleo, que é adquirido a preços internacionais, dólar e o frete. “Nos últimos 26 dias, com o agravamento da crise gerada pelo conflito, o preço internacional do barril de petróleo disparou, superando os US\$ 115 por barril, o que gerou impacto direto nos custos de produção”, diz a Acelen, em nota.

Segundo o secretário executivo do Sindicato do Comércio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniências do Estado da Bahia (Sindicombustíveis Bahia), Marcelo Travassos, a Acelen vende o combustível por um valor mais elevado que o da Petrobras. “A Petrobras passou dois meses sem reajustar seus preços, enquanto que a Acelen reajustou cinco vezes, com percentuais maiores. Além disso, a Acelen trabalha com pontos de entrega, que não tinha antigamente. Eles fornecem para Itabuna e Jequié abasteceram o sul e extremo-sul, com um custo maior que a de São Francisco do Conde (onde está a refinaria). Outro motivo é a Bahia ter um dos ICMS mais altos do Brasil”, explica.

A diferença entre as duas empresas é que a Petrobras sofre pressão política. Para se ter uma ideia, mesmo com a variação para cima do preço do petróleo, a estatal passou 57 dias sem fazer qualquer reajuste no preço dos combustíveis. No último dia 10 de março, a Petrobras anunciou de uma só tacada um aumento de quase 25% no preço do diesel. A Acelen, por sua vez, acompanhou a evolução dos preços do mercado internacional. “A pressão política tem sido um inibidor [para os aumentos da Petrobras]. No caso da Acelen, ela não está preocupada com a situação política do país, porque é uma empresa privada”, argumenta Travassos.

A Petrobras diz que evitou repassar os preços do mercado internacional e, por isso, eles “permaneceram estáveis por 152 dias para o GLP, e 57 dias para a gasolina e o diesel”. Ainda assim, “os valores aplicados naquele momento [10/3], apesar de relevantes, refletiam somente parte da elevação dos patamares internacionais”, ou seja, ela não reajustou os produtos integralmente.

Nesse período em que a Petrobras ficou sem reajustar, as distribuidoras compraram combustíveis em outros estados. “Algumas grandes redes de postos de combustível compravam em Pernambuco e Espírito Santo, porque valia a pena. Era em torno de 20 centavos mais barato, ou mais”, diz o diretor financeiro do Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis do Estado da Bahia (Sindicom-BA), Clécio Santana.

É bom sempre lembrar que o impacto do reajuste nas refinarias, porém, nem sempre repercute de forma imediata no custo do diesel nos postos. Como a legislação brasileira garante liberdade de preços, a mudança no preço final depende de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de combustíveis. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de etanol anidro, além das margens brutas das distribuidoras e dos postos.

O congelamento do ICMS pelo governo da Bahia ajuda, mas o diesel continuará em altos patamares. “O governador, Rui Costa, congelou a base de cálculo do ICMS do dia 1 de novembro de 2021 até 31 de janeiro de 2022, prorrogado para 31 de março. Mas a Acelen só fez o congelamento quatro meses e 10 dias depois, só vindo cumprir o decreto agora. E, mesmo assim, continuamos com um dos ICMS mais caros do Brasil”, revela.

O economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA), Guilherme Dietze, faz a ressalva de que o alto preço do combustível ocorre não só na Bahia, mas no mundo inteiro, por conta da pandemia da covid-19. Historicamente, o custo no Brasil já é superior, pela baixa capacidade de refinamento. “O Brasil é autossuficiente em petróleo, mas não tem capacidade para refinar, então quase metade da nossa produção tem que ser enviada para a Europa ou Estados Unidos, o que encarece o preço”, justifica.

Ele também “culpa” o ICMS. “A alíquota do ICMS é a mesma, mas, se o preço do produto está mais caro, fica mais caro o imposto para quem está na ponta”, detalha. Outro motivo foi a queda de quase 30% na safra de cana-de-açúcar, no ano passado, o que impediu o álcool de ser uma alternativa e fez a gasolina aumentar, uma vez que 27% da composição da gasolina é de etanol. A guerra entre Ucrânia e Rússia também faz elevar os preços nas bombas baianas.

O aumento do preço do diesel ainda tem influências indiretas no orçamento do consumidor. “O aumento no preço do óleo diesel tem um efeito muito mais danoso para a cadeia logística, porque o Brasil não tem aviões, navios ou trem, então é só através das rodovias. Os produtos na internet vão ficar mais caros, as frutas que vêm do interior e até o delivery de comida”, revela Guilherme Dietze.

A TARDE

COMBUSTÍVEIS

Confaz mantém congelado o ICMS sobre a gasolina

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Os estados e o Distrito Federal definiram a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel e prorrogaram, por 90 dias, o congelamento de ICMS sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. A medida foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda.

Em relação ao diesel, foi fixado o teto de R\$ 1,006 por litro para a variedade S10, a mais consumida no país. Até agora, o ICMS sobre os combustíveis era calculado co-

mo um percentual do preço na bomba, mas a Lei Complementar 192/2022, sancionada no dia 11 pelo presidente Jair Bolsonaro, mudou a forma de cobrança e estabeleceu um valor fixo por litro.

O Confaz também prorrogou, até 30 de junho, o convênio que congela a base de cálculo do ICMS cobrado sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. Tributo administrado pelos estados, o ICMS está congelado desde novembro do ano passado.

A partir de 1º de julho, entrará em vigor a alíquota única estabelecida pela lei complementar. Atualmente, cada unidade da Federação tem a liberdade de fixar uma alíquota.

TER_Miriam Leitão_QUA_Rachel Maia (mensal)_QUI_Miriam Leitão_SEX_Rogério Werneck (quinzenal)_Fabi Giambiagi (quinzenal)_SAB_Carlos Góes (quinzenal)_Ricoardo Henriques (quinzenal)_DOM_Miriam Leitão

ICMS do diesel será de R\$ 1,006 por litro, mas estados darão 'desconto'

Novas alíquotas valerão por 12 meses, a partir de 1º de julho. Para o consumidor, no entanto, preço nas bombas não muda

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Os estados decidiram ontem estabelecer uma cobrança de R\$ 1,006 de ICMS por litro de diesel. Cada unidade da federação, porém, poderá dar "descontos" nessa alíquota. Ou seja, há uma espécie de teto geral, mas cada um pode manter o valor que pratica atualmente. Trata-se de uma mudança que, na prática, permite que a arrecadação permaneça como está, sem ganho ou perda. Com isso, pouco muda no curto prazo para o consumidor, que pagaria o mesmo cobrado hoje na bomba.

As novas alíquotas valerão por 12 meses, a partir de 1º de julho. Mas, até lá, nada mudará. A alíquota única em todo o território nacional foi uma exigência da lei complementar 192, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em 11 de março. A proposta foi a forma encontrada pelo governo para tentar forçar os governadores a mudarem o imposto sobre combustíveis em um momento de alta de preços e avanço da inflação. O objeti-

vo era reduzir o preço dos combustíveis neste ano eleitoral.

Décio Padilha, secretário de Fazenda de Pernambuco e presidente do fórum que reúne todos os secretários de finanças estaduais, o Comsefaz, afirma que os estados resistem à mudança para não perder arrecadação.

— A queda da arrecadação é avassaladora. O impacto financeiro é muito grande — disse. — Para ninguém ter perda e ninguém ter ganho, a gente colocou o valor na maior alíquota e permitiu fazer a equalização tributária.

COMPATÍVEL COM A LEI

A nova lei exige a adoção de uma alíquota única para o ICMS dos combustíveis e a formação de um consenso entre os estados. Para o caso específico do óleo diesel, a alternativa prevista na lei, caso não houvesse acordo até o fim deste mês, era bem menos vantajosa para os estados: adotar a média de preços dos últimos cinco anos, o que resultaria em perda de 25% a 30% na arrecadação.

Ao criar uma alíquota única, mas estabelecer "descontos", os estados mantêm a ar-

recadação inalterada. O valor do produto na bomba, no entanto, também não muda.

O formato busca ainda evitar que consumidores de algumas regiões acabem arrecadando com um imposto maior para compensar a perda de arrecadação de outras localidades que, antes da mudança, tinham alíquotas mais salgadas sobre o diesel. O desconto proposto pelos governos locais é, de acordo com os técnicos dos estados, compatível com a lei, que prevê mecanismos de compensação entre os entes.

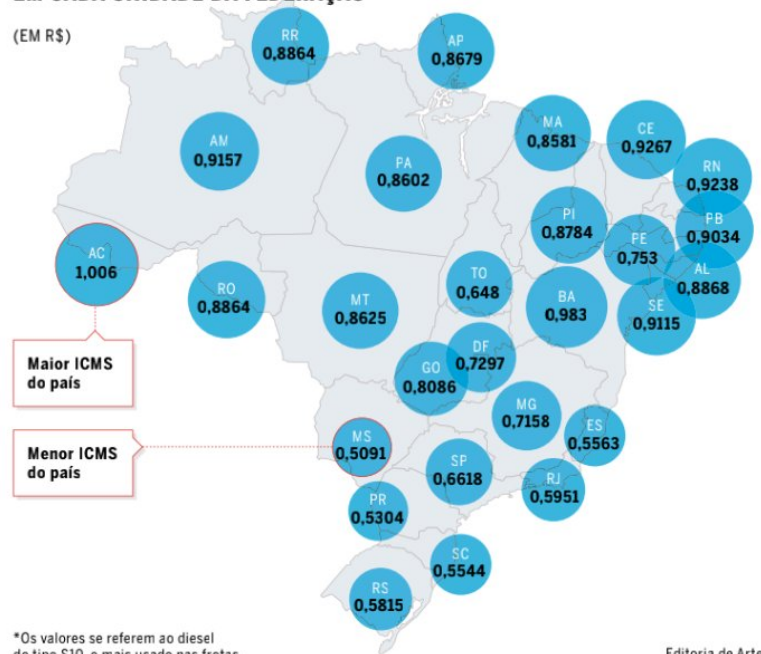
No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o desconto fará o ICMS sobre o diesel ser de R\$ 0,5951 por litro. Em São Paulo, de R\$ 0,6618. Em Minas Gerais, de R\$ 0,7158. Essas alíquotas valem para o óleo diesel do tipo S10, mais usado nas frotas.

Antes da nova lei, os estados definiam um percentual que incidia sobre o preço, não um valor fixo. Por isso, quando o valor do combustível subia, a arrecadação do estado também aumentava. Hoje, o imposto federal já é cobrado sobre o litro do combustível, não sobre o preço.

A lei só exige a mudança ra-

VEJA O VALOR DO IMPOSTO SOBRE O LITRO DO COMBUSTÍVEL EM CADA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

(EM R\$)



*Os valores se referem ao diesel do tipo S10, o mais usado nas frotas.

Editoria de Arte

pidamente para o diesel. Ou seja, nada muda para a gasolina e o GLP (gás de cozinha), que serão discutidos pelos estados nos próximos três meses, segundo Padilha.

Atualmente, as alíquotas de ICMS cobradas pelos estados estão congeladas. A medida foi adotada em novembro como forma de ajudar a controlar a inflação.

Já a lei que trata do assunto foi aprovada pelo Congresso em um cenário de escalada dos preços do petróleo, tendo sido sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em menos de 24 horas.

A lei muda a cobrança do ICMS, que terá de ser feita sobre o litro do combustível, não mais sobre o preço.

Para definir esse valor, os estados fazem uma pesquisa quinzenal. Por isso, se o preço do combustível sobe, o imposto também sobe. Atualmente, esses preços de referência estão congelados.

CONTESTAÇÃO

Em ano eleitoral, Bolsonaro tem atribuído aos governadores a responsabilidade pela alta do combustível nos postos. A União já zerou os tributos federais sobre o diesel, com a expectativa de reduzir o preço em R\$ 0,33 por litro.

O presidente do Comsefaz criticou a lei sancionada por Bolsonaro e reiterou que os estados devem recorrer à Justiça para questionar sua validade. Nesta semana, o gover-

nador do Piauí, Wellington Dias (PT), já afirmou que os estados vão contestar na Justiça a regra de transição que obrigou as unidades da federação a tomarem uma decisão até o fim deste mês.

Do ponto de vista regulatório, a cobrança do ICMS passa a ser monofásica, concentrada em uma única etapa da cadeia de comercialização, uma exigência da lei. Isso não reduz o preço ao consumidor, mas facilita a fiscalização e tende a reduzir a sonegação de impostos.

— Os contribuintes serão aqueles que produzem combustíveis ou quem diretamente importa. Quem apenas revende não é mais contribuinte — disse Padilha.

ICMS de combustíveis gera perda de R\$ 30 bi, calculam Estados

Corte na alíquota do IPI vai causar prejuízo de mais de R\$ 12 bi, segundo presidente do Comsefaz

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

25/03/2022 05h00 · Atualizado há 4 horas



Décio Padilha, presidente do Comsefaz: preço na bomba não teve alteração significativa após alteração no ICMS — Foto: Divulgação

Os Estados estimam em R\$ 30 bilhões a perda que terão com as alterações na tributação dos combustíveis adotadas na tentativa de conter preços, disse ontem o presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Décio Padilha. São perto de R\$ 14 bilhões com o congelamento, por 17 meses, do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do diesel. O restante decorre da

decisão de não reajustar, por nove meses, da tributação sobre os demais combustíveis.

Ontem, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) referendou as decisões tomadas pelo Fórum de Governadores na terça-feira: a fixação de alíquota única para o diesel e o congelamento, por mais três meses, do ICMS sobre gasolina, etanol e gás de cozinha.

A cobrança do ICMS sobre o diesel foi alterada em dois pontos: passou a ser monofásica, ou seja, recolhida em apenas uma etapa da cadeia de produção e o imposto, em vez de ser um percentual sobre o preço, passou a ter um valor fixo e uniforme em todo o país. Essa nova alíquota aprovada ontem é R\$ 1,006.

Essas mudanças fazem parte da Lei Complementar 192, patrocinada pelo presidente Jair Bolsonaro e cuja constitucionalidade os Estados avaliam questionar no Supremo Tribunal Federal. Há quem entenda que o Legislativo invadiu competências dos governos estaduais, ao mudar a forma de incidência do ICMS sobre combustíveis. A questão está em análise pelo conselho de procuradores dos Estados, disse Padilha, que é secretário de Fazenda de Pernambuco.

Para que não haja aumento da carga tributária, ficou acertado que os Estados darão uma espécie de benefício tributário aos contribuintes, de valor diferente conforme cada Estado, de forma que o imposto cobrado sobre o diesel permanecerá o mesmo.

Esse regime será aplicado pelo prazo de 12 meses. Depois, disse Padilha, haverá nova fixação de alíquota e o pagamento de subsídio não está garantido. A partir de então, as alíquotas do diesel serão corrigidas a cada seis meses.

A mesma mudança feita no diesel, com incidência do ICMS como um valor fixo em reais por unidade, e não mais um percentual, terá de ser feita para os demais combustíveis. É o que determina a Lei Complementar 192. No entanto, os secretários avaliaram que a solução encontrada para o diesel pode não ser a melhor para os demais, informou o secretário.

No caso da gasolina, existe uma disparidade de preços entre os Estados muito maior do que a do diesel, por isso os técnicos querem mais tempo para chegar a uma alíquota única. No gás de cozinha, a preocupação é o impacto social, disse o presidente do Comsefaz.

Foi por causa dessas dúvidas que os Estados optaram por prorrogar por mais 90 dias o congelamento do ICMS sobre gasolina, etanol e gás de cozinha. A expectativa é chegar a um acordo nesse prazo. Se for alcançado antes, disse Padilha, aí a nova tributação pode substituir o ICMS congelado. Mas, em nenhuma hipótese, haverá aumento da carga tributária, ressaltou o secretário.

O presidente do Comsefaz avaliou que a alteração do ICMS dos combustíveis partiu de um diagnóstico errado sobre as causas da alta de preços. A Lei Complementar 192 altera a estrutura do ICMS, um tributo que representa 70% das receitas dos Estados, dos quais 20% têm origem em combustíveis.

Segundo ele, toda a politização em torno do ICMS dos combustíveis trouxe perdas de R\$ 30 bilhões para os cofres estaduais, com prejuízo para ações em saúde e educação, e não reduziram significativamente o preço nas bombas. O “sacrifício”, afirmou, desaparece em um simples reajuste de preços promovido pela Petrobras. “E a Petrobras, o que fez para aliviar as pressões sobre a inflação?”

As perdas de receita não se restringem aos combustíveis, segundo Padilha. O corte de 25% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), decidido “unilateralmente” pelo governo federal, reduz em R\$ 12 bilhões as receitas de Estados e municípios. O ministro Paulo Guedes (Economia) informou ontem que o corte será ampliado para 33%.

Veículo: Metro1	
Data: 24/03/2022	Caderno: Economia



ECONOMIA

Secretários fixam alíquota única de ICMS sobre diesel, mas estados poderão manter valor atual

Governo queria que, com a mudança, houvesse uma redução no imposto estadual cobrado sobre os combustíveis



Foto: **Carol Garcia/GOVBA**

Por: **Metro1** no dia 24 de março de 2022 às 19:00

Secretários estaduais de Fazenda fixaram nesta quinta-feira (24) a alíquota única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços que será cobrada nos combustíveis. O valor estabelecido foi de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10, o mais usado no país. A informação foi divulgada pelo site G1.

O montante é mais alto do que o valor cobrado pela maior parte dos estados, por isso, serão aplicados descontos para manter a arrecadação de 2021.

O governo queria que, com a mudança, houvesse uma redução no imposto estadual cobrado sobre os combustíveis.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a afirmar que a mudança no ICMS geraria uma redução de R\$ 0,27 por litro de diesel. No entanto, os estados acharam uma forma de atender à nova regra sem interferir na arrecadação.

O valor estabelecido pelos secretários nesta quinta (24) é maior do que o cobrado pela maior parte dos estados atualmente e funcionará com um teto. Sendo assim, cada ente federativo poderá aplicar um desconto sobre o valor, para manter o que é cobrado atualmente. Somente o estado do Acre não aplicará esse desconto.

Veículo: INFOSAJ

Canal de Comunicação:
INTERNET

Título: É de ouro? Entenda por que a Bahia tem o diesel mais caro do país: preço do litro já chega a R\$ 7,98 no sul do estado; veja

Data: 24/03/2022

Link: <https://infosaj.com.br/e-de-ouro-entenda-por-que-a-bahia-tem-o-diesel-mais-car-o-do-brasil-preco-do-litro-chega-a-r-798-no-sul-do-estado/>



O estado da Bahia tem o óleo diesel mais caro do país. Em um posto da cidade de Ilhéus, no sul do estado, o litro do combustível custa até R\$ 7,98, bem acima da média do país (R\$ 4,599), segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado entre os dias 13 e 19 de março. Ainda de acordo com a pesquisa, o produto no estado é vendido acima dos R\$ 7 em Eunápolis (R\$ 7,199), Guanambi (R\$ 7,198), Irecê (R\$ 7,195), Itabuna (R\$ 7,320), Juazeiro (R\$ 7,20), Paulo Afonso (R\$ 7,096), Salvador (R\$ 7,29) e Simões Filho (R\$ 7,11). De acordo com o aplicativo Preço da Hora, do governo da Bahia, na capital baiana, o valor do diesel está ainda mais caro. Em um posto de Porto Seco de Pirajá, ontem, ele estava sendo comercializado a R\$ 7,97, porém era possível encontrar o produto a R\$ 6,79 em postos do Vale do Canela, Nazaré, Pituçu e Pernambués. Prejuízo O caminhoneiro e empresário Raimundo Cardoso, 51, já não sabe mais o que fazer para pagar pelo produto. Ele trabalha com frete de mercadorias e mudanças, além de prestar serviço à Cooperativa de Catadores Consciência Limpa (Coolimpa), através de um contrato com a prefeitura. "O valor de nosso frete não aumentou, nosso salário não aumentou, o preço das peças de carro está muito mais alto e o do diesel também. A gente não consegue acompanhar", confessa Cardoso. Para pagar mais barato na hora de abastecer, ele foge de Ilhéus e vai para Buerarema, uma cidade a cerca de 50 quilômetros dali, com pouco mais de 18 mil habitantes. "Vale mais a pena, porque, às vezes, é mais barato uns 20 centavos", conta. Ele reclama do aumento dos custos que isso gerou nos seus trajetos. "Quando a gente fazia uma viagem de Ilhéus para Salvador, que dá mil quilômetros para ir e voltar, a gente gastava, antigamente, R\$ 600 a R\$ 700. Agora, não é menos de R\$ 1.700. E o consumidor não quer pagar essa diferença, então nosso lucro reduziu à metade", lamenta. **ICMS alto e privatização explicam alto preço** O diesel é um derivado de petróleo, então seu preço está diretamente ligado ao da commodity. Se o preço do petróleo sobe, o do diesel também aumenta. Isto já vinha ocorrendo nos últimos meses e se intensificou com guerra na Ucrânia. No início deste mês, o preço do petróleo Brent saltou para acima de US\$ 139 por barril. Ontem, o barril, que normalmente flutuava entre US\$ 50 e US\$ 70, variou entre US\$ 114 e US\$ 122. Na Bahia, mais de 90% do mercado de combustível é atendido pela Refinaria Mataripe, administrada pela Acelen, que define seus preços a partir do custo do petróleo, que é adquirido a preços internacionais, dólar e o frete. "Nos últimos 26 dias, com o agravamento da crise gerada pelo conflito, o preço internacional do barril de petróleo disparou, superando os US\$ 115 por barril, o que gerou impacto direto nos custos de produção", diz a Acelen, em nota. Segundo o secretário executivo do Sindicato do Comércio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniências do Estado da Bahia (Sindicombustíveis Bahia), Marcelo Travassos, a Acelen vende o combustível por um valor mais elevado que o da Petrobras. "A Petrobras passou dois meses sem reajustar seus preços, enquanto que a Acelen reajustou cinco vezes, com percentuais maiores. Além disso, a Acelen trabalha com pontos de entrega, que não tinha antigamente. Eles fornecem para Itabuna e Jequié abasteceram o sul e extremo-sul, com um custo maior que a de São Francisco do Conde (onde está a refinaria). **Outro motivo é a Bahia ter um dos ICMS mais altos do Brasil**", explica. A diferença entre as duas empresas é que a Petrobras sofre pressão política. Para se ter uma ideia, mesmo com a variação para cima do preço do petróleo, a estatal passou 57 dias sem fazer qualquer reajuste no preço dos combustíveis. No último dia 10 de março, a Petrobras anunciou de uma só tacada um aumento de quase 25% no preço do diesel. A Acelen, por sua vez, acompanhou a evolução dos preços do mercado internacional. "A pressão política tem sido um inibidor [para os aumentos da Petrobras]. No caso da Acelen, ela não está preocupada com a situação política do país, porque é uma empresa privada", argumenta Travassos. A Petrobras diz que evitou repassar os preços do mercado internacional e, por isso, eles "permaneceram estáveis por 152 dias para o GLP, e 57 dias para a gasolina e o diesel". Ainda assim, "os valores aplicados naquele momento [10/3], apesar de relevantes, refletiam somente parte da elevação dos patamares internacionais", ou seja, ela não reajustou os produtos integralmente. Nesse período em que a Petrobras ficou sem reajustar, as distribuidoras compraram combustíveis em outros estados. "Algumas

grandes redes de postos de combustível compravam em Pernambuco e Espírito Santo, porque valia a pena. Era em torno de 20 centavos mais barato, ou mais", diz o diretor financeiro do Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis do Estado da Bahia (Sindicom-BA), Clécio Santana. É bom sempre lembrar que o impacto do reajuste nas refinarias, porém, nem sempre repercute de forma imediata no custo do diesel nos postos. Como a legislação brasileira garante liberdade de preços, a mudança no preço final depende de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de combustíveis. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de etanol anidro, além das margens brutas das distribuidoras e dos postos. O congelamento do ICMS pelo governo da Bahia ajuda, mas o diesel continuará em altos patamares. "O governador, Rui Costa, congelou a base de cálculo do ICMS do dia 1 de novembro de 2021 até 31 de janeiro de 2022, prorrogado para 31 de março. Mas a Acelen só fez o congelamento quatro meses e 10 dias depois, só vindo cumprir o decreto agora. E, mesmo assim, continuamos com um dos ICMS mais caros do Brasil", revela. Baixa capacidade de refinamento O economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA), Guilherme Dietze, faz a ressalva de que o alto preço do combustível ocorre não só na Bahia, mas no mundo inteiro, por conta da pandemia da covid-19. Historicamente, o custo no Brasil já é superior, pela baixa capacidade de refinamento. "O Brasil é autossuficiente em petróleo, mas não tem capacidade para refinar, então quase metade da nossa produção tem que ser enviada para a Europa ou Estados Unidos, o que encarece o preço", justifica. Ele também "culpa" o ICMS. "A alíquota do ICMS é a mesma, mas, se o preço do produto está mais caro, fica mais caro o imposto para quem está na ponta", detalha. Outro motivo foi a queda de quase 30% na safra de cana-de-açúcar, no ano passado, o que impediu o álcool de ser uma alternativa e fez a gasolina aumentar, uma vez que 27% da composição da gasolina é de etanol. A guerra entre Ucrânia e Rússia também faz elevar os preços nas bombas baianas. O aumento do preço do diesel ainda tem influências indiretas no orçamento do consumidor. "O aumento no preço do óleo diesel tem um efeito muito mais danoso para a cadeia logística, porque o Brasil não tem aviões, navios ou trem, então é só através das rodovias. Os produtos na internet vão ficar mais caros, as frutas que vêm do interior e até o delivery de comida", revela Guilherme Dietze. Gasolina em Eunápolis No penúltimo levantamento da ANP, que considerou as datas de 6 a 12 de março, a Bahia também teve a gasolina mais cara do país, além do diesel. O preço de R\$ 8,770 foi registrado na cidade de Eunápolis, no Sul da Bahia. Ele é 31,2% mais elevado que a média do litro de gasolina do Brasil, que ficou em R\$ 6,683, naquela semana. Em Salvador, ela variava de R\$ 6,74 a R\$ 8, nesta quarta, segundo uma pesquisa no aplicativo Preço da Hora. A empresária Djeile Dann, 34, que mora em Eunápolis, tenta economizar de todo jeito. Ela trabalha com limpeza industrial e entrega de água, com caminhões pipa, e tem evitado rodar com os veículos. "A gente vem reduzindo as voltas com o carro, melhorando a logística, para reduzir o custo. Sempre fazendo um roteiro antes de sair", conta Djeile. Ela diz que bastava R\$ 300 para abastecer o carro, há um ano. Agora, precisa de R\$ 500, ou seja, um aumento de 67%. "Tive que aumentar o valor dos serviços, em torno de 12%. Mas o aumento para a gente acaba sendo muito mais, só que temos que segurar, para não perder cliente. Então, termina que não sobra dinheiro para a feira do final do mês", explica a empresária. Livre mercado De acordo com a ANP, os preços dos combustíveis são livres no Brasil, por lei, desde 2002. "São fixados pelo mercado. Não há preços máximos, mínimos, tabelamento, nem necessidade de autorização da ANP, nem de nenhum órgão público para que os preços sejam reajustados ao consumidor", esclarece. A ANP ainda enfatiza que não fiscaliza ou participa da formação dos preços. "Os reajustes são feitos pelos agentes que atuam no mercado, como as refinarias (em sua maioria, da Petrobras), distribuidoras e postos de combustíveis", afirma. Dessa forma, ela reitera que o levantamento semanal serve para acompanhar os preços e dar transparência aos valores praticados no mercado. Preço segue mercado internacional, diz Acelen A Acelen, empresa que comprou a Refinaria de Mataripe, antiga Landulpho Alves (Rlam), informou que os valores comercializados dependem do "custo do petróleo, que é adquirido a preços internacionais, dólar e frete". De 1 de janeiro até esta quarta, a Acelen tinha aplicado seis reajustes, sendo o maior de +23,4%, no dia 5 de março, e o menor de -2,8%, no último sábado (19). A elevação dos preços se deve à guerra da Rússia com a Ucrânia. "Nos últimos 26 dias, com o agravamento da crise gerada pelo conflito, o preço internacional do barril de petróleo disparou, superando os US\$115 por barril, o que gerou impacto direto nos custos de produção", completa. Para remediar os valores, a Acelen acatou o congelamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ela diz que demorou para respeitar o decreto estadual porque não houve uma resposta mais rápida da Secretaria da Fazenda (Sefaz) e que "não descumpriu qualquer norma relativa à apuração do tributo". A partir do dia 8 de março, a base utilizada para o cálculo imposto é a média ponderada de preços dos produtos comercializados no dia 1 de novembro de 2021. Com isso, a empresa disse que houve uma redução na ordem de R\$0,38 a R\$0,4 para o diesel e de R\$0,58 na gasolina. A partir do dia 1 de abril, é possível que a base seja dos preços do diesel dos últimos 60 dias, mas isso depende de aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Sobre os preços praticados pela Acelen, o diretor financeiro do Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis do Estado da Bahia (Sindicom-BA), Clécio Santana, afirma que está, agora, R\$ 0,05 superior ao da Petrobras, mas que a tendência, nos próximos dias, é abaixar, graças ao congelamento do ICMS e à desoneração de impostos federais. Contudo, esse repasse para o consumidor pode demorar. "As distribuidoras já estão recebendo por valores menores, mas isso não se repassa, imediatamente, porque depende do mercado", explica. O Governo da Bahia foi procurado para se posicionar sobre o ICMS, mas não deu resposta até o fechamento desta edição. Municípios com diesel mais caro da Bahia (preço médio) 1) Ilhéus - R\$ 7,48 2) Itabuna - R\$7,1 3) Paulo Afonso - R\$ 7,096 4) Guanambi - R\$ 7,018 5) Eunápolis - R\$ 7,002 6) Valença - R\$ 6,919 7) Juazeiro - R\$6,893 8) Barreiras - R\$ 6,858 9) Simões Filho - R\$ 6,767 10) Salvador - R\$ 6,655 (Correio da Bahia)

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 24/03/2022	Coluna: Economia



SUDENE APROVA PLEITOS DE INCENTIVOS FISCAIS PARA EMPRESAS NA BAHIA



24 Março, 2022

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste aprovou pleitos de incentivos para a região. Na Bahia, sete pleitos foram aprovados, entre implantação, modernização, diversificação e reinvestimentos para empresas locais. O valor investido pelos negócios no estado é de R\$ 113,2 milhões.

Segundo dados divulgados pela Sudene, existem 10 outros projetos em análise para negócios que estão na Bahia. Veja a lista de empresas baianas contempladas:

Incenor – Ind. de Cerâmica do Nordeste Ltda – Dias D’Ávila – Setor Químico;

Contermas – Arrendatária Novo Terminal Marítimo de Salvador SPE S.A. – Salvador – Infraestrutura – transportes;

Barbosa, Barbosa & Cia Ltda. – Amélia Rodrigues – Não metálicos – postes;

Ind. Com. Queijos Litza Ltda. – Itarantim – Alimentos;

Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) – Salvador – Infraestrutura – abastecimento água;

Fertipar Fertilizantes do Nordeste Ltda. – Candeias – Setor Químico;

SQM Vitas Brasil Agroindústria Ltda – Candeias – Setor Químico – fabricação adubos.

Veículo: Política Livre	
Data: 24/03/2022	Caderno: Economia



24 de março de 2022 | 08:09

Consultoria do Senado contradiz Bolsonaro sobre aumento de combustíveis

A consultoria legislativa do Senado preparou uma nota informativa que contradiz o presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre as afirmações de que ele não pode trocar o presidente da Petrobras e, portanto, está impedido de alterar a política de preços da estatal para comercialização de diesel, gasolina e etanol.

De acordo com a consultoria, a diretoria da Petrobras, inclusive seu presidente, “podem ser destituídos a qualquer tempo”. O presidente teria o poder de exonerá-los “indiretamente, por meio do Conselho de Administração e da Assembleia Geral”, da estatal.

TOTAL CONTROLE

“Compete ao Conselho de Administração a destituição, assim como a eleição, dos membros da diretoria executiva [da empresa]. Portanto, a União, que é o sócio controlador e tem maioria no Conselho de Administração da Petrobras, pode destituir o presidente da empresa”, diz a nota técnica.

CONTROLE 2

Sobre a política de preços, a consultoria afirma que “não há lei que obrigue a Petrobras” a adotá-la, embora a direção da empresa possa responder por políticas que causem prejuízo a ela.

A nota foi feita em resposta a questionamentos do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que pretendia provar que as afirmações de Bolsonaro eram “uma mentira deslavada”.

Veículo: Política Livre	
Data: 25/03/2022	Caderno: Economia



25 de março de 2022 | 07:17

Lei que desonera diesel abre brecha para empresa obter crédito por imposto não pago

ECONOMIA

A lei que desonera tributos federais sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação contém um risco para os cofres públicos ainda não calculado pelo governo e que deve fazer a perda de arrecadação superar os R\$ 16,6 bilhões divulgados pelo Ministério da Economia.

A redação da Lei Complementar 192, sancionada sem vetos pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), concede às empresas que compram combustíveis para seu próprio uso créditos tributários para abater valores de outros impostos devidos à Receita Federal, mesmo que não paguem nada de PIS e Cofins nessas operações devido à desoneração.

Ou seja, o texto não apenas zera PIS e Cofins sobre combustíveis como também vai gerar um crédito tributário para quem compra os produtos. Por isso, o impacto fiscal deve ser maior do que o anunciado.

A medida vai beneficiar uma gama ampla de empresas, como transportadoras, empresas de ônibus e de aviação. Uma parte desses segmentos compõe a base de apoio do presidente e também tem a simpatia de parlamentares no Congresso Nacional.

Segundo o divulgado pelo Ministério da Economia até o começo da semana, o corte de PIS e Cofins tira R\$ 14,9 bilhões dos cofres públicos neste ano. Há ainda um impacto de R\$ 1,66 bilhão que recairá sobre as contas de 2023, quando seriam recolhidos os tributos de fato gerados em dezembro deste ano.

Com isso, a renúncia total da medida é estimada em R\$ 16,6 bilhões –mas o valor considera somente a redução a zero das alíquotas, sem levar em conta o uso dos créditos que serão gerados aos compradores.

A interpretação dos técnicos atualmente é que o mecanismo criado pela lei não faz sentido, já que o comprador final dos produtos não poderia ter direito a esses créditos –sobretudo se os tributos estão zerados.

O mecanismo, defendem, deveria ser restrito às empresas produtoras e revendedoras que fazem parte da cadeia dos combustíveis.

No caso dos produtores e revendedores, a legislação de PIS e Cofins autoriza a concessão de créditos mesmo com as alíquotas zeradas (devido a uma lei de 2004). Mas, para os compradores finais, o benefício é uma novidade.

A lei que desonerou o PIS/Cofins sobre os quatro combustíveis foi sancionada na noite de 11 de março por Bolsonaro, menos de 24 horas após a conclusão da votação do texto no Congresso Nacional. Após a aprovação no Senado, a proposta foi apreciada a jato na Câmara dos Deputados.

O presidente tinha pressa em sancionar a lei porque, no dia anterior, a Petrobras havia anunciado um mega-aumento nos preços de gasolina, diesel e gás de cozinha. O corte de tributos seria uma forma de amenizar o impacto nas bombas e atenuar as consequências políticas no ano em que Bolsonaro pretende buscar a reeleição.

Na sexta-feira em que a lei foi sancionada, técnicos da Economia e do Palácio do Planalto correram para produzir as notas técnicas e os documentos necessários à sanção. Bolsonaro poderia ter vetado a lei integralmente ou alguns de seus trechos, mas a decisão foi pela sanção integral.

A construção do artigo que abriu a brecha dos créditos tributários, porém, dificultava um veto parcial. O dispositivo incluiu na mesma frase a desoneração de PIS/Cofins e o benefício aos compradores finais, inviabilizando a separação dos efeitos.

O trecho visto como problemático pelo governo foi incorporado pelo relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN), pela primeira vez no parecer proferido em 9 de março, véspera da votação no plenário do Senado.

Por meio de sua assessoria, o relator destacou que o texto é resultado da negociação com o Congresso e que foi o próprio governo que pediu a inclusão da desoneração na proposta.

“O Ministério da Economia teve diversas oportunidades de identificar problemas no texto, e vários outros trechos foram adequados em prol do acordo. O fato do trecho em questão não ter recebido veto sinaliza que o risco em questão não foi considerado relevante pelo próprio Poder Executivo”, disse Prates.

Questionados, tanto o Ministério da Economia quanto a Receita Federal não explicaram se o problema chegou a ser identificado antes da sanção e se houve recomendação de veto do artigo à Presidência da República.

Bianca Xavier, professora de Direito Tributário da FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirma que a lei vai gerar um impacto duplo para os cofres públicos ao zerar os tributos e ainda criar créditos.

“Por uma analogia, é como se o governo estivesse zerando o Imposto de Renda e permitindo que as pessoas gerassem créditos por despesas médicas”, afirma.

Segundo ela, o trecho vai gerar um impacto significativo pela amplitude de sua aplicação. Na prática, o benefício poderá ser usado por empresas que não operam no ramo de combustíveis –mas que usam o produto em suas atividades.

O crédito não pode ser aplicado a pessoas físicas, pois somente empresas pagam PIS e Cofins. Também não pode ser usado por empresas de menor porte, que operam pelos sistemas simplificados do lucro presumido ou do Simples (que não geram créditos). Com isso, seria usado só por empresas maiores, que operam pelo chamado lucro real.

“É uma modificação relevante. Para toda empresa do lucro real, isso vai gerar um crédito interessante”, afirma.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DISCUTE UMA MEDIDA PROVISÓRIA PARA ELIMINAR BRECHA

A brecha acendeu um alerta dentro da Economia, que discute a edição de uma MP (Medida Provisória), com vigência imediata, para corrigir o problema.

A equipe econômica pretende mudar o texto para definir um alcance mais restrito dos créditos, dizendo que eles são aplicados “às pessoas jurídicas produtoras ou revendedoras”. Dessa maneira, a nova redação seguiria o que já é estabelecido por uma lei anterior (a 11.033, de 2004).

Em tese, uma lei complementar não pode ser modificada por MP –mas a interpretação é que o instrumento pode ser usado neste caso porque as alíquotas e os créditos de PIS/Cofins têm status de lei ordinária.

Além do impacto para os cofres públicos, ainda não calculado pelos técnicos, a avaliação é que a redação atual gera risco de disputas entre União e contribuintes e até derrotas do governo na Justiça.

O problema detectado está no trecho que determina que, mesmo com PIS e Cofins zerados para esses combustíveis, fica “garantida às pessoas jurídicas da cadeia, incluído o adquirente final, a manutenção dos créditos vinculados”.

Integrantes da pasta consideram que a redação pode fazer contribuintes exigirem a vantagem –o que pode levar a uma série de brigas entre Receita Federal e pagadores de impostos e originar teses “criativas” na Justiça.

“A manutenção da atual redação do art. 9º poderá trazer insegurança jurídica a sua aplicação e levar à judicialização da questão do creditamento, baseado na interpretação de que o adquirente final do combustível, mesmo com as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins reduzidas a zero, poderia tomar crédito dessa aquisição”, diz trecho de uma nota técnica elaborada pela Receita Federal.

“Esta hipótese não tem sentido, pois aquisições de produtos vendidos com alíquotas zero das contribuições não ensejam direito a créditos”, afirma o documento.

Confaz fixa ICMS do diesel e prorroga congelamento sobre gasolina

Litro do diesel S10 pagará até R\$ 1,006 de alíquota



Tribuna da Bahia, Salvador

24/03/2022 20:14

13 horas e 55 minutos



Foto: Romildo de Jesus / Tribuna da Bahia

Os estados e o Distrito Federal definiram a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel e prorrogaram, por 90 dias, o congelamento de ICMS sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. A medida foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda.

Em relação ao diesel, foi fixado o teto de R\$ 1,006 por litro para a variedade S10, a mais consumida no país. Até agora, o ICMS sobre os combustíveis era calculado como um percentual do preço na bomba, mas a Lei Complementar 192/2022, sancionada no dia 11 pelo presidente Jair Bolsonaro, mudou a forma de cobrança e estabeleceu um valor fixo por litro.

O Confaz também prorrogou, até 30 de junho, o convênio que congela a base de cálculo do ICMS cobrado sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. Tributo administrado pelos estados, o ICMS está congelado desde novembro do ano passado.

A partir de 1º de julho, entrará em vigor a alíquota única estabelecida pela lei complementar. Atualmente, cada unidade da Federação tem a liberdade de fixar uma alíquota percentual de ICMS sobre os combustíveis. Com a lei, cada tipo de combustível precisará ter uma alíquota única, que valerá em todo o país.

Subsídio parcial

Em relação ao diesel, a alíquota de R\$ 1,006 funcionará como um teto. Cada unidade da Federação

poderá dar um desconto, subsidiando localmente o combustível, até chegar à alíquota cobrada atualmente. Segundo o Confaz, apenas o Acre não dará nenhum desconto.

Segundo o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), órgão auxiliar do Confaz, o acordo evitou que a Lei Complementar 192/2022 resultasse em aumento de carga tributária. Sem a possibilidade de os estados subsidiarem parcialmente o diesel, haveria aumento de preço em cerca de metade dos estados e no Distrito Federal.

Sobre os demais combustíveis, o Comsefaz informou que o congelamento do ICMS reduziu a arrecadação dos estados em cerca de R\$ 1 bilhão por mês de novembro a fevereiro. A partir de março, as perdas aumentarão para R\$ 1,15 bilhão mensais.

Fonte: Agência Brasil



Caixa paga Auxílio Brasil a beneficiários com NIS final 6



Gasolina pode subir 66% por alta no barril de petróleo este ano



Dólar cai pelo sétimo dia seguido e atinge R\$ 4,80



Estudantes têm até 31 de agosto para renegociar dívidas do Fies

Veículo: Varela Net	
Data: 24/03/2022	Caderno: Cidade



CIDADE

Confaz fixa ICMS do diesel e prorroga congelamento sobre gasolina

Litro do diesel S10 pagará até R\$ 1,006 de alíquota



Foto: Marcelo Casal JR/Agência Brasil | Por Agência Brasil no dia 24 de março de 2022 às 07:45

Os estados e o Distrito Federal definiram a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel e prorrogaram, por 90 dias, o congelamento de ICMS sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. A medida foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda.

Em relação ao diesel, foi fixado o teto de R\$ 1,006 por litro para a variedade S10, a mais consumida no país. Até agora, o ICMS sobre os combustíveis era calculado como um percentual do preço na bomba, mas a Lei Complementar 192/2022, sancionada no dia 11 pelo presidente Jair Bolsonaro, mudou a forma de cobrança e estabeleceu um valor fixo por litro.

O Confaz também prorrogou, até 30 de junho, o convênio que congela a base de cálculo do ICMS cobrado sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. Tributo administrado pelos estados, o ICMS está congelado desde novembro do ano passado.

A partir de 1º de julho, entrará em vigor a alíquota única estabelecida pela lei complementar. Atualmente, cada unidade da Federação tem a liberdade de fixar uma alíquota percentual de ICMS sobre os combustíveis. Com a lei, cada tipo de combustível precisará ter uma alíquota única, que valerá em todo o país.

Subsídio parcial

Em relação ao diesel, a alíquota de R\$ 1,006 funcionará como um teto. Cada unidade da Federação poderá dar um desconto, subsidiando localmente o combustível, até chegar à alíquota cobrada atualmente. Segundo o Confaz, apenas o Acre não dará nenhum desconto.

Segundo o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), órgão auxiliar do Confaz, o acordo evitou que a Lei Complementar 192/2022 resultasse em aumento de carga tributária. Sem a possibilidade de os estados subsidiarem parcialmente o diesel, haveria aumento de preço em cerca de metade dos estados e no Distrito Federal.

Sobre os demais combustíveis, o Comsefaz informou que o congelamento do ICMS reduziu a arrecadação dos estados em cerca de R\$ 1 bilhão por mês de novembro a fevereiro. A partir de março, as perdas aumentarão para R\$ 1,15 bilhão mensais.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 24/03/2022	Coluna: Economia



ESTADOS FIXAM ICMS DO DIESEL E PRORROGAM CONGELAMENTO SOBRE GASOLINA



24 Março, 2022

Os estados e o Distrito Federal definiram a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel e prorrogaram, por 90 dias, o congelamento de ICMS sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. A medida foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda.

Em relação ao diesel, foi fixado o teto de R\$ 1,006 por litro para a variedade S10, a mais consumida no país. Até agora, o ICMS sobre os combustíveis era calculado como um percentual do preço na bomba, mas a Lei Complementar 192/2022, sancionada no dia 11 pelo presidente Jair Bolsonaro, mudou a forma de cobrança e estabeleceu um valor fixo por litro.

O Confaz também prorrogou, até 30 de junho, o convênio que congela a base de cálculo do ICMS cobrado sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. Tributo administrado pelos estados, o ICMS está congelado desde novembro do ano passado.

A partir de 1º de julho, entrará em vigor a alíquota única estabelecida pela lei complementar. Atualmente, cada unidade da Federação tem a liberdade de fixar uma alíquota percentual de ICMS sobre os combustíveis. Com a lei, cada tipo de combustível precisará ter uma alíquota única, que valerá em todo o país.

Foto/Fonte: Marcello Casal Jr/Agência Brasil



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante evento em São Paulo nesta quinta (24) Roberto Casimiro/Fotoarena/Agência O Globo

Desoneração do diesel dá crédito por imposto não pago

Lei deve levar a perda de arrecadação maior que a estimada pela Economia

Fábio Pupo e
Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A lei que desonera tributos federais sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação contém um risco para os cofres públicos ainda não calculado pelo governo e que deve fazer a perda de arrecadação superar os R\$ 16,6 bilhões divulgados pelo Ministério da Economia.

A redação da lei complementar 192, sancionada sem vetos pelo presidente Jair Bolsonaro, concede às empresas que compram combustíveis para seu próprio uso créditos tributários para abater valores de outros impostos devidos à Receita Federal, mesmo que não paguem nada de PIS e Cofins nessas operações devido à desoneração.

Ou seja, o texto não apenas zera PIS e Cofins sobre combustíveis como vai gerar um crédito tributário para quem compra os produtos. Por isso, o impacto fiscal deve ser maior do que o anunciado.

A medida vai beneficiar uma gama ampla de empresas, como transportadoras, empresas de ônibus ou aviação. Parte desses segmentos compõe a base de apoio do presidente e tem a simpatia de parlamentares no Congresso.

Segundo o divulgado pelo Ministério da Economia até o começo da semana, o corte de PIS e Cofins tira R\$ 14,9 bilhões dos cofres públicos neste ano. Há ainda um impacto de R\$ 1,66 bilhão que cairá sobre as contas de 2023, quando seriam recolhidos os tributos de fato gerados em dezembro deste ano.

Com isso, a renúncia total da medida é estimada em R\$ 16,6 bilhões — mas o valor considera só a redução a zero das alíquotas, sem levar em conta o uso dos créditos a serem gerados aos compradores.

A interpretação dos técnicos atualmente é que o mecanismo criado pela lei não faz sentido, já que o comprador final dos produtos não poderia ter direito a esses créditos —sobretudo se os tributos estão zerados.

O mecanismo, defendem, deveria ser restrito às empresas produtoras e revendedoras que fazem parte da cadeia dos combustíveis.

No caso dos produtores e revendedores, a legislação de PIS e Cofins autoriza a concessão de créditos mesmo com as alíquotas zeradas (de-

vido a uma lei de 2004). Mas, para os compradores finais, o benefício é uma novidade.

A lei que desonerou o PIS/Cofins sobre os quatro combustíveis foi sancionada na noite de 11 de março, menos de 24 horas após a conclusão da votação do texto no Congresso. Após a aprovação no Senado, a proposta foi apreciada a jato na Câmara.

Bolsonaro tinha pressa em sancionar a lei porque, no dia anterior, a Petrobras havia anunciado um mega-aumento nos preços de gasolina, diesel e gás de cozinha. O corte de tributos seria uma forma de amenizar o impacto nas bombas e atenuar as consequências políticas no ano em que o presidente pretende buscar a reeleição.

Na sexta em que a lei foi sancionada, técnicos da Economia e do Palácio do Planalto correram para produzir as notas técnicas e os documentos necessários à sanção. Bolsonaro poderia ter vetado a lei integralmente ou alguns de seus trechos, mas a decisão foi pela sanção integral.

A construção do artigo que abriu a brecha dos créditos tributários, porém, dificultou um veto parcial. O dispositivo incluiu na mesma frase a desoneração de PIS/Cofins e o benefício aos compradores finais, inviabilizando a separação dos efeitos.

O trecho visto como problemático pelo governo foi incorporado pelo relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN), pela primeira vez no parecer proferido no dia 9, véspera da votação no do Senado.

Via assessoria, o relator destacou que o texto é resultado da negociação com o Congresso e que foi o próprio governo que pediu a inclusão da desoneração na proposta.

"O Ministério da Economia teve diversas oportunidades de identificar problemas no texto, e vários outros trechos foram adequados em prol do acordo. O fato de o trecho não ter recebido veto sinaliza que o risco em questão não foi considerado relevante pelo próprio Executivo", disse Prates.

Questionados, tanto o Ministério da Economia quanto a Receita Federal não explicaram se o problema chegou a ser identificado antes da sanção e se houve recomendação de veto do artigo à Presidência da República.

Bianca Xavier, professora de direito tributário da FGV,

afirma que a lei vai gerar um impacto duplo para os cofres públicos ao zerar os tributos e ainda criar créditos.

"Por uma analogia, é como se o governo estivesse zerando o IR e permitindo que as pessoas gerassem créditos por despesas médicas."

Segundo ela, o trecho vai gerar um impacto significativo pela amplitude da aplicação. Na prática, o benefício poderá ser usado por empresas que não operam no ramo de combustíveis —mas que usam o produto em suas atividades. O crédito não pode ser aplicado a pessoas físicas, pois somente empresas pagam PIS e

Cofins. Também não pode ser usado por empresas de menor porte, que operam pelos sistemas simplificados do lucro presumido ou do Simples (que não geram créditos). Com isso, seria usado só por empresas maiores, que operam pelo chamado lucro real.

"É uma modificação relevante. Para toda empresa do lucro real, isso vai gerar um crédito interessante", afirma. A brecha acendeu um alerta dentro da Economia, que discute a edição de uma MP (medida provisória) para corrigir o problema.

A equipe econômica pretende mudar o texto para definir um alcance mais restrito dos créditos, dizendo que eles são aplicados "às pessoas jurídicas produtoras ou revendedoras". Dessa maneira, a nova redação seguiria o que já é estabelecido por uma lei anterior (a 11.033, de 2004).

Em tese, uma lei complementar não pode ser modificada por MP —mas a interpretação é que o instrumento pode ser usado nesse caso porque as alíquotas e os créditos de PIS/Cofins têm status de lei ordinária.

Além do impacto para os cofres públicos, ainda não calculado pelos técnicos, a avaliação é que a redação atual gera risco de disputas entre União e contribuintes e até derrotas do governo na Justiça.

O problema está no trecho que determina que, mesmo com PIS e Cofins zerados para esses combustíveis, fica "garantida às pessoas jurídicas da cadeia, incluído o adquirente final, a manutenção dos créditos vinculados".

Integrantes da pasta consideram que a redação pode fazer contribuintes exigirem a vantagem —o que pode levar a brigas entre Receita e pagadores de impostos e originar teses "criativas" na Justiça.

"A manutenção da atual redação do art. 9º poderá trazer insegurança jurídica sua aplicação e levar à judicialização da questão do crédito, baseado na interpretação de que o adquirente final do combustível, mesmo com as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins reduzidas a zero, poderia tomar crédito dessa aquisição", diz trecho de nota técnica elaborada pela Receita.

"Essa hipótese não tem sentido, pois aquisições de produtos vendidos com alíquotas zero das contribuições não ensejam direito a créditos."

ICMS será de até R\$ 1,006 por litro, mas cada estado poderá conceder desconto

BRASÍLIA A alíquota única do ICMS sobre o diesel terá um limite máximo de R\$ 1,006 no país, mas cada estado poderá conceder uma espécie de benefício fiscal que vai, na prática, resultar em uma cobrança menor para seus consumidores.

O desenho foi feito de forma a preservar a arrecadação dos estados no mesmo patamar de novembro de 2021, quando os preços de referência dos combustíveis para a cobrança do imposto foram congelados.

O formato também busca evitar que consumidores de algumas regiões acabem arcando com um imposto maior para compensar a perda de arrecadação de outras localidades que, antes da mudança, tinham alíquotas mais salgadas sobre o diesel.

As novas alíquotas passam a valer em 1º de julho. Até lá, a cobrança de ICMS sobre os combustíveis, inclusive do diesel, continuará sendo feita sobre os preços de referência praticados em novembro do ano passado, mantendo o congelamento.

A alíquota única em todo o território nacional foi uma exigência da lei complementar 192, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em 11 de março. A proposta foi uma maneira que o governo encontrou para tentar forçar os governadores a mudar o imposto sobre combustíveis em um momento de alta de preços e avanço da inflação.

Pelo texto da lei, os estados precisavam regulamentar uma alíquota única de ICMS sobre os combustíveis, que passaria a ser um valor fixo sobre o litro (ad rem), em substituição ao sistema atual de porcentual sobre o valor das bombas (ad valorem). A regulamentação foi votada nesta quinta-feira (24) pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), for-

mado pelos 26 estados, o Distrito Federal e representantes do Ministério da Economia, e anunciada pelos secretários estaduais de Fazenda.

Uma nova mudança só poderá ser adotada pelos estados 12 meses após a fixação da nova alíquota. A restrição foi imposta pela lei aprovada no Congresso.

Em entrevista coletiva, o presidente do Confaz (Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda), Décio Padilha, disse que os estados, na prática, ficarão com o ICMS do diesel congelado por 17 meses. Com isso, as perdas chegarão a quase R\$ 14 bilhões em um ano, considerando a base de cálculo defasada da nova alíquota. "Estamos congelando uma carga [tributária] velha", disse.

"Em Pernambuco, meu estado, o diesel está R\$ 6,60, e nós cobramos [o ICMS] a R\$ 4,70", protestou. Ele admitiu que a maior oposição dos estados à mudança se deve justamente à perda de arrecadação. "A resistência é que a perda de arrecadação é avassaladora."

Na queda de braço sobre quem tem culpa pelo aumento nos combustíveis, Bolsonaro costuma apontar o dedo aos governadores, afirmando que os estados arrecadam volume maior de impostos quando há alta de preços. A União, porém, também ganha com a alta do petróleo, por meio de receitas com royalties, participações e até dividendos da Petrobras.

"O debate ficou político. Isso cobriu, criou uma cortina de fumaça", disse Padilha. "O diagnóstico não foi técnico, foi errado. Por uma questão conjuntural, trouxeram a solução errada."

Para ele, a solução mais adequada seria a criação de uma conta de estabilização, abastecida com receitas de royalties e dividendos pagos pela Petrobras. Idiana Tomazelli e Fábio Pupo

Estados definem alíquota única para ICMS sobre diesel

Cobrança funcionará como valor máximo, e governadores poderão dar descontos para manter carga tributária atual

Carga efetiva após mudança, em R\$ sobre litro	Alíquota hoje, em % sobre preço
AC	18,5
BA	18
CE	18
RN	18
AM	18
SE	18
PB	18
PI	18
RN	18
CE	18
RR	17
AC	17
AP	17
PA	17
RR	17
GO	16
MT	16
PE	16
DF	14
MG	14
SP	13,5
TO	13,3
ES	12
MS	12
PR	12
RJ	12
RS	12
SC	12

R\$ 1,0060

é a alíquota única de ICMS sobre o diesel, a ser cobrada a partir de 1º de julho. Funcionará como valor máximo para a cobrança

Fonte: Confaz

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 25/03/2022	Caderno: Economia



Estados fixam alíquota única de ICMS sobre o diesel a partir de 1 de julho

Imposto estadual para o óleo diesel S10, o mais usado no País, ficou em R\$ 1,0060

Antonio Temóteo, O Estado de S.Paulo

24 de março de 2022 | 13h35

Atualizado 24 de março de 2022 | 21h05

BRASÍLIA - O **Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)** fixou em R\$ 1,0060 a alíquota de **ICMS** para o **óleo diesel S10**, o mais usado no Brasil. A decisão dos secretários estaduais de Fazenda atende a determinação de lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

A regra mudou o modelo da cobrança do tributo, que deixa de ser um percentual sobre o custo final na bomba para ser **um valor fixo sobre o litro**. A medida vale a partir de 1º de julho.

No caso do diesel, se um valor fixo não fosse definido em consenso pelos Estados seria adotada a média de preços dos últimos cinco anos. Essa medida, entretanto, resultaria em perda de até 30% na arrecadação aos cofres dos governadores.

O valor de **R\$ 1,006** é superior ao equivalente em porcentagem cobrado atualmente pela maioria dos Estados. Para evitar aumentos generalizados, os governadores decidiram criar um incentivo fiscal, uma espécie de desconto, que fará com que o aumento não recaia sobre o consumidor final. A decisão do Confaz contém em anexo um subsídio de ajuste de equalização, que garantirá descontos no valor fixo para manter o mesmo nível de arrecadação, a partir do parâmetro do congelamento de novembro. Além da fixação para o diesel, o Confaz prorrogou por 90 dias, até 30 de junho, o congelamento do ICMS da **gasolina**, do **etanol** e do **gás de cozinha**. Segundo o

presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Décio Padilha, durante esse prazo os Estados devem estudar os valores que serão fixados para os três combustíveis.

Padilha, que é secretário de Fazenda de Pernambuco, criticou a lei. Segundo ele, além de provocar uma perda de arrecadação que deve chegar a R\$ 30 bilhões, a norma viola a Constituição. Os Estados estudam recorrer ao Judiciário para declarar a norma inconstitucional.

“A resistência dos Estados ao novo modelo é que o impacto na arrecadação é avassalador. A queda da arrecadação é avassaladora. O impacto financeiro é muito grande. Para ninguém ter perda e ninguém ter ganho, a gente colocou o valor na maior alíquota e permitiu fazer a equalização tributária”, disse.

A alíquota unificada sobre o diesel valerá a partir de 1º de julho para que os Estados possam ajustar o sistema que administra a distribuição de arrecadação, assim como o programa da nota fiscal eletrônica para o novo modelo de tributação do diesel.

Além de criticar as novas regras, Padilha declarou que os Estados têm sofrido sistematicamente com perda de arrecadação diante de decisões do Judiciário, do Congresso e do governo.

Ele citou decisões recentes da Justiça que mudaram as alíquotas cobradas do setor de energia e de telecomunicações, além da redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

“Os Estados e municípios vão perder R\$ 12 bilhões com a redução do IPI. Em média, 70% das receitas dos estados decorrem da arrecadação do ICMS. Em média, 20% da arrecadação dos estados com ICMS decorrem da tributação de combustíveis. Os estados têm sido prejudicados sistematicamente”, disse.

Para 2022, o presidente do Comsefaz estimou que a arrecadação dos deve cair, diante da persistência da inflação. “Um aumento da inflação ajuda o crescimento da arrecadação entre os seis e oito primeiros meses. Isso aconteceu em 2021. Quando a inflação persiste, ela provoca um efeito contrário. A arrecadação estabiliza e cai. É o que

está acontecendo em 2022. Isso é uma questão conjuntural. O Brasil não teve um crescimento de arrecadação estrutural. Isso só ocorre com o crescimento sustentável do PIB”, disse.

‘Desconto’

Embora os Estados tenham definido o valor fixo de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10 (o mais usado no País) para atender à lei, na prática cada governador poderá cobrar um valor menor ao dar um “desconto” sobre o valor referência. Essa foi a solução (ver lista abaixo) que os secretários estaduais de Fazenda deram para evitar que os Estados e o Distrito Federal tivessem de subir a alíquota de ICMS em vez de reduzi-la como antecipou o *Estadão*.

O valor estabelecido ontem pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) é maior do que o equivalente ao cobrado hoje pela maior parte dos Estados. Somente o Acre não aplicará um “desconto”.

Na prática, o desconto fará com que a arrecadação com a cobrança de ICMS sobre o diesel permaneça a mesma de novembro de 2021, quando os Estados congelaram o valor do tributo sobre os combustíveis pela primeira vez.

A alíquota única entra em vigor em 1.º de julho. Até lá, o valor do ICMS sobre o diesel segue tendo como referência os preços de novembro.

Valor por Estado

- **Norte:** AC (R\$ 1,0060), AM (R\$ 0,9157), AP (R\$ 0,8679), PA (R\$ 0,8602), RO (R\$ 0,8864), RR (R\$ 0,8864) e TO (R\$ 0,6480).
- **Nordeste:** AL (R\$ 0,8868), BA (R\$ 0,9830), CE (R\$ 0,9267), MA (R\$ 0,8581), PB (R\$ 0,9034), PE (R\$ 0,7530), PI (R\$ 0,8784), RN (R\$ 0,9238) e SE (R\$ 0,9115).
- **Centro-Oeste:** DF (R\$ 0,7297), GO (R\$ 0,8086), MS (R\$ 0,5091) e MT (R\$ 0,8625).
- **Sudeste:** ES (R\$ 0,5563), MG (R\$ 0,7158), RJ (R\$ 0,5951) e SP (R\$ 0,6618).
- **Sul:** PR (R\$ 0,5304), RS (R\$ 0,5815) e SC (R\$ 0,5544).

Veículo: G1	
Data: 24/03/2022	Caderno: Política



Secretários fixam alíquota única de ICMS sobre diesel, mas estados poderão manter valor atual

Necessidade de definir uma alíquota única foi estabelecida em projeto aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Por Ana Paula Castro e Jéssica Sant'Ana, g1 e TV Globo — Brasília

24/03/2022 17h27 Atualizado há 13 horas



Secretários de Fazenda dos estados fixam alíquota única do ICMS para o diesel

Secretários estaduais de Fazenda fixaram nesta quinta-feira (24) a alíquota única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços que será cobrada nos combustíveis. O valor estabelecido foi de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10, o mais usado no país. O montante é mais alto do que o valor cobrado pela maior parte dos estados, por isso, serão aplicados descontos para manter a arrecadação de 2021 (*veja mais abaixo*).

A decisão foi tomada durante uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A criação de uma alíquota única em todos os estados

para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis foi determinada por projeto de lei aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro no início do mês.

O governo queria que, com a mudança, houvesse uma redução no imposto estadual cobrado sobre os combustíveis. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a afirmar que a mudança no ICMS geraria uma redução de R\$ 0,27 por litro de diesel. No entanto, os estados acharam uma forma de atender à nova regra sem interferir na arrecadação.

O valor estabelecido pelos secretários nesta quinta (24) é maior do que o cobrado pela maior parte dos estados atualmente e funcionará com um teto. Sendo assim, cada ente federativo poderá aplicar um desconto sobre o valor, para manter o que é cobrado atualmente. Somente o estado do Acre não aplicará esse desconto.

Na prática, o desconto que será dado fará com que a **arrecadação dos estados com a cobrança de ICMS sobre o diesel permaneça a mesma obtida em novembro de 2021**, quando os estados congelaram o valor do tributo sobre os combustíveis pela primeira vez.

"O Convênio contém em anexo um subsídio de ajuste de equalização de carga cuja repercussão não ultrapassará a arrecadação em vigor para o estado, a partir do parâmetro do congelamento de novembro", diz o Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), em nota.

Antes da sanção do projeto, a cobrança era feita por um percentual sobre o preço e cada estado tinha autonomia para estabelecer seu percentual.

Agora, será um valor fixo para todos os estados.

A alíquota única entra em vigor em 1º de julho. Até lá, os estados mantêm o congelamento. Ou seja, o valor do ICMS sobre o diesel segue tendo como referência os preços praticados em novembro.

Outros combustíveis

O Comsefaz também decidiu prorrogar o congelamento do ICMS sobre gasolina, etanol e gás de cozinha (GLP) por mais 90 dias.

Segundo o presidente do comitê, Décio Padilha, esse intervalo é suficiente para que os estados definam também a alíquota única de ICMS que incidirá sobre os outros três combustíveis: gasolina, etanol e GLP.

A necessidade de definição de uma alíquota única para cada tipo de combustível foi estabelecida na lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro neste mês.

Os estados já definiram a alíquota única sobre o diesel para evitar possíveis impactos na arrecadação. No caso específico deste combustível, a lei previa que, enquanto os estados não definissem alíquotas uniformes do ICMS para o diesel, a base de cálculo para a cobrança do imposto em cima desse combustível seria, até 31 de dezembro deste ano, a média do preço cobrado ao consumidor nos últimos cinco anos.

Veículo: G1	
Data: 25/03/2022	Caderno: Economia



Volume de etanol importado segue baixo e imposto de importação zero deve ter impacto mínimo nos preços

Etanol importado teve participação de apenas 4% nas vendas do combustível no mercado doméstico em 2021. Analistas alertam que decisão do governo de isenção de eliminar o imposto de importação dificilmente irá reduzir preço da gasolina nos postos.

Por Darlan Alvarenga, g1

25/03/2022 07h01 Atualizado há 2 horas



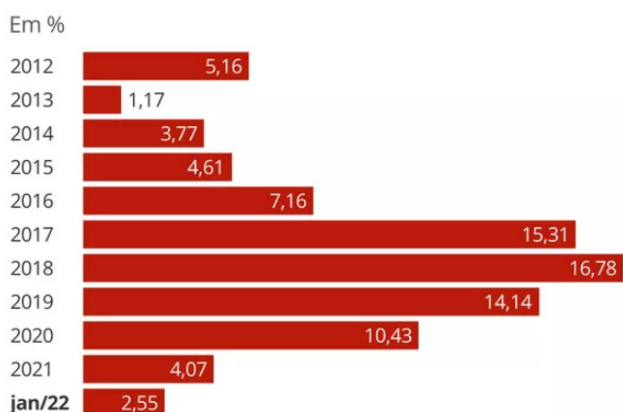
Bomba de combustível abastece carro em posto de São Paulo. — Foto: Marcelo Brandt/G1

O volume de etanol importado pelo Brasil permanece muito baixo e a [isenção de imposto para a importação do biocombustível](#) anunciada na segunda-feira (21) pelo governo deve ter pouco ou nenhum impacto no mercado doméstico e no preço da gasolina para os consumidores, alertam especialistas.

Levantamento da consultoria Tendências, a partir de dados da Agência Nacional de Petróleo e Gás ([ANP](#)), mostra que as importações de etanol anidro (utilizado na composição da gasolina no Brasil) representaram em 2021 apenas 4,07% das vendas totais do combustível no país. Em janeiro (último dado oficial disponível), a participação foi de apenas 2,55%.

Veja no gráfico abaixo:

Participação das importações do etanol anidro nas vendas no Brasil



Fonte: Tendências, a partir de dados da ANP

Já a participação das importações de etanol hidratado (usado diretamente para abastecer os carros) é irrisória: 0,001% na média de 2021 e de 0,03% em janeiro de 2022.

No anúncio da isenção da tarifa, o [Ministério da Economia](#) estimou que a redução da tarifa do etanol importado – de 18% para zero – pode baratear a gasolina nas bombas de combustível em até R\$ 0,20 por litro. O impacto na gasolina se daria porque o combustível, na sua mistura atual, tem 27% de álcool anidro.

Os analistas avaliam, porém, que **a medida deve representar pouco ou quase nenhum estímulo para as importações**, uma vez que o etanol de milho dos EUA (principal produto importado) ficou mais caro em meio à disparada dos preços das commodities no mercado internacional após a invasão da Ucrânia pela Rússia.

"O preço do milho no mercado externo está muito caro, então importar o etanol dos EUA não tem como ser mais barato. Um estímulo à importação seria se os preços lá fora estivessem menores, mas isso não vai acontecer esse ano por conta dessa questão do milho e da guerra na Ucrânia", afirma Gabriela Faria, economista da Tendências.



Governo Federal publica resolução que zera imposto para importação do etanol

O economista Rodrigo Botão, da GO Associados, também avalia que a tentativa do governo de reduzir o preço da gasolina e atenuar a inflação via tarifa zero para importação de etanol deve acabar sendo frustrada.

"O impacto será irrisório no preço da gasolina", afirma destacando que os volumes totais de etanol importado "são muito baixos", tendo registrando inclusive uma expressiva queda de 57,9% no comparativo com 2020.

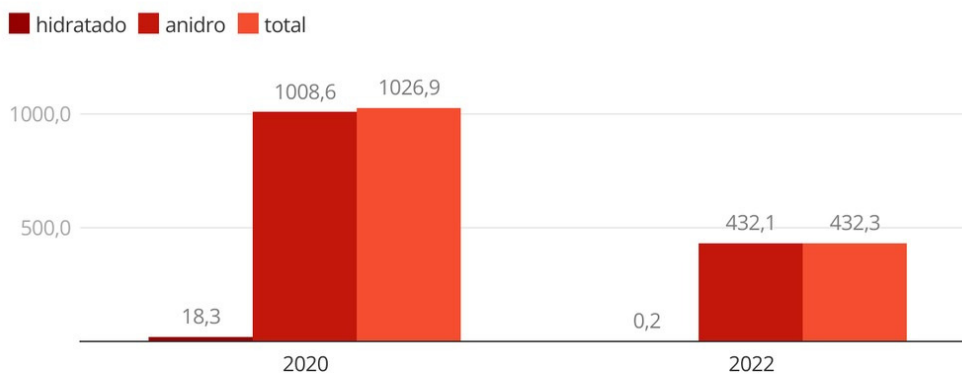
"Compreendemos que esta medida terá pouco impacto na redução da inflação".

A forte queda do volume importado no ano passado é explicada principalmente pela quebra na safra de cana-de-açúcar após geadas no Centro-Sul do país, o que fez disparar os preços do etanol, estimulando os produtores a produzir um volume maior de etanol anidro, que possui um percentual obrigatório de 27% na mistura da gasolina vendida nos postos.

"Os preços do etanol ficaram caros, logo os produtores decidiram destinar mais volume para a gasolina e a gente importou menos etanol anidro por uma questão de demanda", afirma a economista da Tendências, destacando que entre 2017 e 2020, o etanol importado teve participação de mais de 10% nas vendas no mercado doméstico.

Importação de etanol caiu 57,9% em 2021

Volume importado, em milhões de litros



Fonte: GO Associados, a partir de dados da ANP

Importação de etanol caiu 57,9% em 2021 — Foto: Economia g1

Tendência de queda dos preços com início de safra

Procurada pelo g1, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) não quis se manifestar sobre o fim do imposto de importação do etanol. Informou apenas que, em janeiro e fevereiro, foram importados 90,2 milhões de litros de etanol.

Mesmo com o [aumento das vendas e do preço do etanol](#) nos pontos nas últimas semanas, em meio ao forte reajustes nos preços da gasolina, os especialistas afirmam que o preço do etanol brasileiro tende a cair naturalmente nos próximos meses por conta da nova safra de cana, que começa em abril.

"A oferta de etanol vai aumentar nos próximos meses. A expectativa é que haja uma melhora porque no ano passado teve uma quebra da safra de cana de açúcar. Então, existe uma tendência de queda dos preços do etanol, independentemente de importação", explica Faria.

Vale lembrar, porém, que o preço da gasolina para o consumidor depende também do preço do petróleo e do câmbio, uma vez que [desde 2016 a Petrobras adotou a chama de paridade internacional](#), repassando, repassando as altas do petróleo no mercado internacional para o valor cobrado em suas refinarias.

O preço do petróleo Brent – principal referência internacional – tem oscilado nos últimos dias ao redor de US\$ 120 o barril, após ter atingido no início do mês a cotação de US\$ 139 o barril, a maior desde 2008. Apesar do recuo, ainda acumula um salto de mais de 50% no ano.

O governo zerou os impostos de importação sobre etanol e outros 6 produtos até 31 de dezembro, o que também foi considerada uma medida eleitoreira, já que Jair Bolsonaro vai concorrer à reeleição e o governo busca um discurso para rebater ataques sobre a alta dos combustíveis.

“Eu não traí ninguém, eu fui traído”

Vice-governador da Bahia diz que acordo foi rompido pelo PT

Por Andrea Jubé — De Brasília

25/03/2022 05h00 · Atualizado há 5 horas



João Leão: “Cheguei à conclusão de que quem eu quero não me quer” — Foto: Divulgação

Acusado pelos petistas de romper uma aliança de 14 anos para se alinhar ao principal adversário do grupo, o vice-governador da Bahia e presidente estadual do Progressistas (PP), João Leão, afirmou que o traído no episódio foi ele.

“Política é a arte do compromisso. Se não se honra o acordado, vamos cuidar da nossa vida em outro lugar”, justificou.

Nesta entrevista ao **Valor**, Leão relatou em detalhes a sucessão de fatos que culminou no rompimento da aliança do PP com o PT, o aval do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao acordo desfeito e a nova aliança com ACM Neto.

O ex-prefeito de Salvador é o principal adversário do PT na Bahia e pré-candidato ao governo pelo União Brasil. Pelo novo arranjo, Leão vai concorrer ao Senado na chapa encabeçada por Neto.

O potencial de danos do fim da aliança é tão preocupante que Lula desembarca em Salvador no dia 31 para tentar apagar arestas, reconstruir pontes e turbinar o novo pré-candidato do PT ao governo escolhido pelo governador Rui Costa, o secretário de Educação, Jerônimo Rodrigues, que patina nas pesquisas.

Leão, que também é dirigente nacional do PP, negou que o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira - presidente licenciado da legenda -, tenha atuado para que o partido, principal aliado do governo federal, reforçasse o palanque do presidente Jair Bolsonaro no Estado, onde Lula é quase hegemônico.

Ao **Valor**, Leão contou que tinha feito um acordo com Rui Costa e com o senador Jaques Wagner, principais lideranças do PT na Bahia, para a chapa majoritária que disputaria o pleito de outubro.

“Rui iria para o Senado e o [senador] Otto Alencar [do PSD] iria para o governo. Eu iria permanecer nove meses no governo, para não ser nada no futuro, mas para cuidar do governo, está bom demais”. Ele ponderou que, aos 76 anos, governar a Bahia seria a coroação de sua carreira política.

Segundo Leão, o acordo para a formação da chapa majoritária na Bahia foi celebrado em fevereiro, em uma reunião com Lula em São Paulo. E reiterado no dia 4 de março, em sua residência em Salvador.

“Wagner sentado na cabeceira da minha mesa, eu no meio da mesa, com três testemunhas”. Estavam presentes representantes da cúpula do PP baiano: o ex-senador Roberto Muniz, o ex-prefeito de Ilhéus Jabes Ribeiro e Cacá Leão, filho do vice-governador e ex-líder do PP na Câmara.

Naquele dia, Wagner disse que se Otto desistisse de disputar o governo, caberia a Leão assumir a cabeça de chapa, com Rui concorrendo ao Senado. Leão afirma que Lula avalizou o pactuado. “Lula queria que Rui Costa fosse candidato a senador e Otto a governador”, lembrou.

Porém, de acordo com o relato de Leão, o combinado ruiu três dias depois, quando Wagner anunciou, em uma entrevista a uma rádio local, que o PT lançaria outro nome para disputar a sucessão de Rui Costa e Otto buscaria a reeleição ao Senado. “Ele disse que não tinha acordo nenhum”, protestou Leão.

“Aquilo me magoou e eu não tive mais condições de perdoá-lo. Eu não traí ninguém, eu fui traído”, afirmou o vice-governador, reclamando de ter sido informado do fim do acordo pela imprensa.

Dois dias após a entrevista, em um vídeo gravado no dia 9 de março e que repercutiu nas redes sociais baianas, Wagner pediu desculpas a Leão, a Cacá e “à família PP”. “Tentei construir uma solução, eu estou aqui para voltar a conversar”, disse o senador. “Não deu certo [o ajustado], não deu tempo, não foi desatenção, eu tinha que anunciar porque a gente estava sem caminho”, alegou o petista.

Para Leão, Wagner foi pressionado pela bancada de deputados federais e estaduais do PT a recuar por causa do voto de legenda. “Achamos que a militância do PT apertou ele, uma militância que eu sempre tratei muito bem, atendi todos os pedidos dos deputados do PT como se fossem do meu partido”, argumentou,

lembrando que foi secretário de Infraestrutura, de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico.

Ele rechaça a hipótese de que os petistas ficaram com receio de que, ao se sentar na cadeira de Rui Costa, Leão transformasse o governo da Bahia em palanque para Bolsonaro. “Eles me conhecem, eu disse desde o início que iria votar em Lula”, alegou.

No entanto, Leão e ACM Neto acertaram que, por enquanto, não vão abrir os respectivos palanques para candidatos à Presidência. “Eu tenho interesse de apoiar o ex-presidente Lula, mas cheguei à conclusão de que quem eu quero não me quer.”

Em paralelo, a aliança do PP com o União Brasil prejudica o palanque de Bolsonaro na Bahia, que será encabeçado pelo ministro do Desenvolvimento Social, João Roma, ex-aliado e agora desafeto de ACM Neto. Roma vai se filiar nos próximos dias ao PL de Bolsonaro.

Leão descarta qualquer aliança com o PL e nega que Ciro Nogueira tenha lhe feito qualquer pleito nessa direção. “Nós já formalizamos esse apoio a ACM Neto e eu não dou marcha a ré. Eu sou vice-presidente nacional do PP e sempre tive independência no diretório da Bahia. Ele [Nogueira] não me pediu para apoiar Ciclano nem Beltrano”.

Leão lembrou que em 2018 a candidata a vice-presidente na chapa presidencial de Geraldo Alckmin, então no PSDB, era a senadora Ana Amélia, quadro do PP. Mesmo assim, ele pediu votos para Fernando Haddad, do PT.

Ele admite que haverá um voto “LulaNeto” na Bahia, porque “muitos prefeitos do PP votam em Lula”. Depois, ele emendou que “tem uns prefeitos do PP que votam em Bolsonaro também”.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

PESQUISA Consumo de bens industriais cai 2,3% em janeiro, diz Ipea

www.atarde.com.br/economia

CRÉDITO As contratações com as taxas menores começarão a ser feitas partir do dia 28 de março

Caixa Econômica Federal reduz juros para financiamento imobiliário

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil, Brasília

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem que vai reduzir em 0,15 ponto percentual a taxa de juros do crédito imobiliário na modalidade poupança. Com a redução, as novas taxas partem da Taxa Referencial (TR) + 2,80% ao ano, somadas à remuneração da poupança. Segundo o banco, as contratações com as taxas reduzidas começarão a ser feitas partir do dia 28 de março.

O banco informou ainda que lançou linha de crédito para reforma e adaptação de imóveis próprios destinados a Pessoas com Deficiência (PcD), no âmbito do programa Casa Verde e Amarela. A nova linha também começará a ser operada a partir do dia 28 de março e vai oferecer o crédito com recursos do Fundo e Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O crédito será disponibilizado para quem tem renda bruta mensal de até R\$ 3 mil e o limite de crédito será de até R\$ 50 mil, limitado a 80% do orçamento da obra apre-

sentado. O prazo para o pagamento do financiamento será de 240 meses.

Baixa renda

O banco também informou que, a partir de 12 de abril, passarão a valer as novas condições para financiamento às famílias com renda entre R\$ 2.000,01 e R\$ 2.400,00 do Programa Casa Verde Amarela, entre elas estão: a redução da taxa de juros de 0,5 ponto percentual no financiamento habitacional; e o aumento dos subsídios para aquisição e construção de moradias, o que amplia o poder de compra das famílias.

O banco lançou linha de crédito para reforma e adaptação de imóveis próprios de pessoas com deficiência



A Caixa anunciou ontem iniciativas para facilitar a compra da casa própria

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 22.4.2021

IMPOSTO

Receita abre consulta de lote residual da restituição

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

Cerca de 212 mil contribuintes que haviam caído na malha fina e acertaram as contas com o Fisco receberão R\$ 210 milhões na próxima semana. A Receita Federal abriu consulta ao lote residual do Imposto de Renda Pessoa Física de março.

A consulta pode ser feita a partir das 10h, na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O pagamento será feito em 31 de março, na conta informada na declaração do Imposto de Renda.

Ao todo, 212,711 contribuintes que declararam em anos anteriores foram contemplados. Desse total, 2.790 têm mais de 80 anos, 21.540 têm entre 60 e 79 anos, 2.199 têm alguma deficiência física, mental ou doença grave e 7.542 têm o magistério como principal fonte de renda.

PREÇOS

7,1% é inflação prevista para 2022

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil - Brasília

O Banco Central (BC) elevou a estimativa de inflação para este ano. A revisão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,7% para 7,1%, ficando acima do centro da meta definida para 2022: 3,5%. A nova estimativa consta do Relatório de Inflação divulgado ontem, em Brasília, pelo BC e aponta que a probabilidade de estouro da meta varia de 88% a 97%.

Segundo a publicação, a instituição trabalha com dois cenários. No primeiro, considerado "de referência", as projeções de inflação para 2022 ficam em torno de 10,6% nos dois primeiros trimestres do ano, caindo para 7,1%

no fim do ano e para 3,4% em 2023. Esse cenário tem a probabilidade de estouro da meta de 97% e prevê que a taxa básica de juros, a Selic, feche o ano em 12,75%, caindo para 8,75% ao ano em 2023.

Já o segundo cenário, considerado alternativo, prevê que a inflação feche 2022 em 6,3%, caindo para 3,1% em 2023. Esse ambiente considera a hipótese de uma queda no preço internacional do petróleo, diminuindo o impacto do produto na alta dos preços no país. Nesse aspecto, o BC adota a premissa na qual o preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura de mercado até o fim de 2022, terminando o ano em US\$ 100 o barril e passando a aumentar 2% ao ano a partir de janeiro de

2023. A probabilidade de furar a meta é de 88%.

Guerra na Europa

Segundo o Banco Central, o ambiente externo, com o conflito entre Rússia e Ucrânia, levou a um aperto significativo das condições financeiras e aumentou a incerteza em torno da economia mundial. Em particular, por conta do choque de oferta decorrente do conflito que "tem o potencial de exacerbar as pressões inflacionárias que já vinham se acumulando tanto em economias emergentes quanto nas avançadas."

"A elevação dos preços de commodities e dos preços de produtos importados – especialmente desde a escalada do conflito entre Rússia

e Ucrânia -, embora atenuada pela recente apreciação do real, pode ser considerada um novo choque de oferta do ponto de vista da economia doméstica, com impacto altista sobre a inflação e negativo sobre a atividade econômica no curto prazo", afirmou o relatório.

No ambiente interno, o BC disse que, apesar de indicadores mensais terem mostrado um recuo da atividade econômica em janeiro, é esperada uma recuperação da economia em fevereiro e março com a melhora da pandemia.

A perspectiva é favorável para alguns setores específicos, como a agropecuária e as atividades econômicas que ainda estão em processo de recuperação dos impactos negativos da pandemia.

COMBUSTÍVEIS

Confaz mantém congelado o ICMS sobre a gasolina

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

Os estados e o Distrito Federal definiram a alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel e prorrogaram, por 90 dias, o congelamento de ICMS sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. A medida foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda.

Em relação ao diesel, foi fixado o teto de R\$ 1,006 por litro para a variedade S10, a mais consumida no país. Até agora, o ICMS sobre os combustíveis era calculado co-

mo um percentual do preço na bomba, mas a Lei Complementar 192/2022, sancionada no dia 11 pelo presidente Jair Bolsonaro, mudou a forma de cobrança e estabeleceu um valor fixo por litro.

O Confaz também prorrogou, até 30 de junho, o convênio que congela a base de cálculo do ICMS cobrado sobre a gasolina, o etanol e o gás de cozinha. Tributo administrado pelos estados, o ICMS está congelado desde novembro do ano passado.

A partir de 1º de julho, entrará em vigor a alíquota única estabelecida pela lei complementar. Atualmente, cada unidade da Federação tem a liberdade de fixar uma alíquota.

INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUPTÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

30/03/2022 QUARTA-FEIRA
SALVADOR/AMARALINA - das 09:00 às 15:00 - Av. Manoel Dias da Silva, Rua Professor Oseas Santos e Rua Visconde de Itaborahy.
SALVADOR/BOCA DO RIO - das 09:00 às 15:00 - Rua Antônio da Silva Coelho.
SALVADOR/COSME DE FARIAS - das 09:00 às 15:00 - Parte da Av. Mario Leal Ferreira, Ladeira da Paz, Rua 18 de Outubro, Rua do Sossego, Rua Nova Era, Rua Wenceslau Galo, Tv. Eufrosina, Tv. Sao Geraldo e Tv. Wenceslau Galo.
SALVADOR/ENGENHO VELHO DE BROTAS - das 09:00 às 15:00 - Av. Laurindo Regis, Boca do Bozo, Rua Antonio Costa, Rua Brigida do Vale, Rua Chile da Capelinha, Tv. 2 Antonio Costa, Tv. 2 Brigida do Vale, Tv. Antonio Costa e Vila Sao Roque
SALVADOR/PERNANBUES - das 09:00 às 15:00 - Av. Botafogo, Av. Cruzeiro, Rua 15 de Agosto, Rua Alto do Cruzeiro, Rua Botafogo, Rua da Fonte, Rua da Graça, Rua da Legalidade, Rua das Cobras, Rua Nossa Sra da Conceição da Praia, Rua Santa Veruza, Tv. 1 Nova Olinda, Tv. 15 de Agosto, Tv. 2 Botafogo, Tv. 3 Santa Veruza, Tv. Botafogo, Tv. do Torto, Tv. Lolita, Tv. Santa Veruza, Rua Beira Mar, Rua Castro Alves, Rua da Mangueira, Rua Direta de Nova, Rua do Torto, Rua Parambu e Rua Manoel Bastos.

31/03/2022 QUINTA-FEIRA
CAMAÇARI/AREMBEPE - das 09:30 às 16:30 - Condomínio Loteamento Fonte das Águas, Praça dos Coqueiros, Rua Caruana, Rua Condomínio Loteamento Ampliação Arraial Arembepé, Rua Cosme de Farias, Rua da Paz, Rua do Campo, Rua do Violão, Rua dos Coqueiros, Rua Guilherme Machado, Rua Manoel Coelho e Tv. 1 dos Coqueiros.
SALVADOR/ÁGUAS CLARAS - das 09:00 às 17:00 - Av. Engenheiro Raymundo Carlos Nery, Av. Santos Dumont, Rua da Gratidão, Rua das Palmeiras, Rua Francisco Jorge, Rua Nossa Senhora de Lourdes, Rua Professor Isaías Alves de Almeida, Rua Professor Leopoldo Amaral, Vila Geraldo Brasil e Via Coletora B.
SALVADOR/ALPHAVILLE01 - das 09:00 às 14:00 - Alameda dos Corais, Av. Alphaville, Parte da Av. Luis Viana Filho, Rua das Cascatas, Rua dos Corais e Rua Le Champ.
SALVADOR/BAIRO DA PAZ - das 08:00 às 16:00 - Rua Machado de Assis, Rua Tancredino Neves, Tv. (3 e 4) Machado de Assis e Tv. 4 da Felicidade.
SALVADOR/CURUZU - das 09:00 às 15:00 - Av. Moises, Conjunto Residencial Reitor Miguel Calmon, Rua Adelino Santos, Rua Artur Coelho, Rua do Curuzu, Tv. Adelino Santos e Tv. São Paulo.
SALVADOR/FAZENDA COUTOS - das 09:00 às 15:00 - Rua 55 Etapa 03, Rua Alvaro da Franca Rocha, Rua Lirio do Vale, Rua Marinheiro Sandoval dos Santos, Rua Salinas das Margaridas, Rua Soldado Ademir dos Santos e Rua Soldado Evilasio de Assis

NEOENERGIA COELBA SERVIÇOS

1.116 É O TELEFONE DA NEOENERGIA COELBA PARA SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. ANTES DE QUALQUER LIGAÇÃO, VERIFIQUE O DISJUNTOR DE SUA INSTALAÇÃO.
2. AO FAZER A SUA RECLAMAÇÃO, INFORME O NÚMERO DO CONSUMIDOR INDICADO NA SUA CONTA, ISSO FACILITARÁ O ATENDIMENTO.

www.neoenergiacoelba.com.br

UNIÃO Órgão tem entre suas propostas fortalecer o ativismo das empresas

ACB lança Conselho Consultivo de Entidades Empresariais

CLAUDIA LESSA

A Associação Comercial da Bahia (ACB) lançou, ontem, o Conselho Consultivo de Entidades Empresariais do Estado da Bahia (Consempre). O órgão surge com a proposta de fortalecer o ativismo da função social das empresas; funcionar como voz dos empresários e defender os interesses comuns da classe empresarial. O evento, que aconteceu no Restaurante Bistrot Trapiche Adega, no Comércio, contou com a presença do presidente da ACB, Mário Dantas e de representantes das 31 entidades de classe produtiva, além de gestores

municipais e parlamentares.

O vice-presidente e coordenador do Núcleo Jurídico da ACB, Paulo Cavalcanti, destacou que a criação do Consempre é uma demonstração de união e engajamento das entidades representativas das classes produtivas baianas (comércio, serviço, indústria, construção civil, agronegócio e turismo) em busca de um ambiente com segurança jurídica para o empreendedor. “O Conselho tem o propósito de promover o reconhecimento da classe e do empreendedorismo brasileiro como alavancas para a economia. Acredito que todo



Evento reuniu representantes de 31 entidades de classe, gestores e parlamentares

empresário precisa ser um ativista da função social da empresa e participar da construção de um ambiente que garanta sobrevivência, crescimento e sucesso do empreendimento”.

O sentimento de pertenc

“Todo empresário precisa ser um ativista da função social da empresa”

PAULO CAVALCANTI, da ACB

cimento da classe produtiva também foi destacado pelo dirigente da ACB. “Compreender que a coisa pública é nossa e que a má gestão desta tem poder para destruir os nossos negócios. Precisamos compreender que as diferenças com os nossos concorrentes, entidades empresariais conflitantes, vaidades pessoais ou escolhas políticas não podem estar acima da nossa luta para fazer valer os nossos direitos, a defesa da função social da empresa, do nosso direito de viver em um país no qual tenhamos voz e que sejamos respeitados”.

As atribuições formais dos integrantes do Consempre

serão definidas, posteriormente e de forma democrática, pelos líderes de cada uma das entidades empresariais participantes. A participação no Conselho é aberta “a todos que acreditam na importância de as classes produtivas assegurarem a sua representação política junto ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e às principais instituições do Estado”. A sede do órgão está sendo instalada no Paço da Associação Comercial da Bahia, entidade empresarial com 210 anos de existência.

“É nesse espaço que o Conselho irá exercer o seu papel de fórum de discussão e su-

gestão de propostas que busquem melhorar o ambiente de negócios, com a conquista de maior segurança jurídica para os empreendimentos. Com isso, os setores produtivos poderão colaborar para o aumento na arrecadação de impostos, geração de emprego, renda e bem estar social, de acordo com a ACB”, finalizou Paulo Cavalcanti.

Para o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Luiz Henrique do Amaral, a criação do Conselho Consultivo de Entidades Empresariais do Estado é “a melhor tração do despertar” do setor produtivo da Bahia para a importância da desenvolvimento e consolidação da função social da empresa. “O Consempre surge do compromisso de uma construção harmoniosa, buscando sempre somar e agregar recursos na geração de um melhor ambiente de negócios, gerando valor para toda a sociedade. É um conselho moderno, ágil, atento à velocidade de transformação do mundo atual e à necessidade de fazer acontecer”.

Participaram do evento de ontem representantes de entidades como Fecomércio, Sindicombustível, Sinduscon, Sindetur, Abrasce, Abap, Abav, Sebrae, Sindvest, além de profissionais liberais, deputados e gestores municipais. A TARDE esteve representada por seu diretor de Relações Institucionais, Luciano Neves.

INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUPTÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



INTERIOR

30/03/2022 QUARTA-FEIRA

BARRA DA ESTIVA/RURAL - das 09:10 às 17:10 - Fazenda Babilônia, Povoado Babilônia, Povoado Babilônia II e Povoado Samambaia Riachinho.
BREJOLANDIA/RURAL - das 13:00 às 18:00 - Av. Central, Av. Matias, Fazenda Baixa Verde, Fazenda Monte Carmelo e Povoado Posto de Baixo.
CANDIBA/RURAL - das 10:00 às 16:00 - Estrada Candiba Lagoa da Pedra, Fazenda Jurema e Rodovia Candiba-Guanambi.
CARAIBAS/RURAL - das 09:00 às 13:00 - Estrada Feirinha - Anage e Povoado Gama.
CATU/RURAL - das 09:00 às 17:00 - Fazenda Baixa da Areia e Rua Antonio Matos.
CICERO DANTAS/CENTRO - das 09:45 às 14:45 - Av. Getúlio Vargas, Rua Sergipe, Rua Benício Tomaz, Tv. 2 Acm, Rua Nação Velha, Tv. 1 Getúlio Vargas, Rua da Barroca e Av. Antonio Carlos Magalhães.
CONDE/RURAL - das 11:00 às 17:00 - Fazenda Alto da Canoá, Fazenda Alto do Pinheiro, Fazenda Cachoeira, Fazenda Espinheiro, Fazenda Ilha da Ostra, Fazenda Itapicuru, Fazenda Jaboticaba, Fazenda Jaboticabinha, Fazenda Mare, Fazenda Paty, Fazenda Santo Antonio, Fazenda Tiririca III, Povoado Barra do Itariri, Povoado de Mare, Povoado de Rio de Pedras, Povoado Espinheiro, Povoado Oiteiro, Povoado Região de Pontes, Povoado Tiririca, Rua Laudelina Gomes e Rua Nicolau Tolentino Santos.
EUCLIDES DA CUNHA/RURAL - das 09:15 às 17:15 - Povoado Serra Branca.
EUNAPOLIS/RURAL - das 10:00 às 12:00 - Estrada Itagi Salto Divisa, Fazenda Agua Roxada, Fazenda Banderinha, Fazenda Boa Vista, Fazenda Ipiranga, Fazenda Nova Extrema, Praça Arnaldo Lima, Povoado Cabeceira do Limoeiro, Povoado Côrego da Sapucaieira, Povoado Região Barro Branco, Povoado Região da Gamberia, Povoado Região de Cascaheira, Rodovia BR 101, Rodovia Gambiarra, Rua Anésia Guimaraes, Rua Aristides Meira, Rua Arnaldo Pereira, Rua Bela Vista, Rua Boa Vista, Rua da Divisa, Rua da Entrada, Rua Emiliano R Araujo, Rua Gregório Virgens, Rua Joaquim Virgens, Rua Luis Viana Neto, Rua Manoel D Lacerda, Rua Padre Emiliano, Rua Principal, Rua Sidrack Carvalho, Rua Sípriano Souza Lima e Rua Teodoro Bahia.
FATIMA/RURAL - das 08:40 às 16:40 - Fazenda Lagoa da Volta, Povoado Bandinha, Povoado Belem de Fatima, Povoado Cantos e Rua Jose Carlos Aleluia.
FEIRA DE SANTANA/35 BI - das 09:00 às 15:00 - Av. Antonio Bernardino de Carvalho, Av. Rubens Carvalho, Rua A Conjunto Feira IV, Conjunto Morada do Sol, Rua Belem, Rua Chico Mendes, Rua Colossal, Rua Itamar de Carvalho, Rua Pau Brasil e Tv. Tancredo Neves.
GLORIA/RURAL - das 09:00 às 15:00 - Povoado São Francisco.
GUAJERU/RURAL - das 09:00 às 15:00 - Fazenda Boca da Caatinga e Povoado Pau de Colher.
GURATINGA/RURAL - das 10:00 às 16:00 - Estrada Buranhem Guaratinga, Estrada São João do Sul Burahem, Fazenda Alagoinha, Fazenda Boa Esperança, Fazenda Conjunto Boa Vista, Fazenda Conjunto Sapucaia, Fazenda Cruz Malatina, Fazenda Divisa Cachoeira, Fazenda Nova Alagoinha, Fazenda Novo Oriente e Povoado São João do Sul.
IGUAÍ/RURAL - das 10:00 às 14:00 - Povoado Norteiro.
IRARA/RURAL - das 10:00 às 16:00 - Fazenda Caboranga
ITABUNA/CENTRO - das 14:00 às 17:00 - Praça da Liberdade, Rua B, Rua E, Rua F, Rua G, Rua J e Tv. F.
ITAMARAJU/RURAL - das 12:00 às 17:00 - Av. Brasil, Praça Cristo Redentor, Rua Alcobaca, Rua Buarera, Rua Cachoeira, Rua Camacan, Rua Canavieiras, Rua Caravelas, Rua Gandu, Rua Ibirapitanga, Rua Itagi, Rua Itajuipe, Rua Itambé, Rua Itaparica, Rua Itapebí, Rua Marambaia, Rua Porto Seguro, Rua Santo Antonio de Jesus, Rua Santos, Rua São Felix, Rua Uabaítã, Rua Uruçuca, Rua Vista Bela, Rua Vitória da Conquista, Tv. Paulo Afonso e Tv. Rio de Contas.
ITAPETINGA/CENTRO - das 08:00 às 12:00 - Av. Americo Nogueira de Souza, Rua Antonio Pereira Novais, Rua Cel Belizario Ferraz, Rua Davino Ferreira de Oliveira, Rua Deraldo Pereira Anunciacao, Rua Durval A Oliveira, Rua Joao Alves Feitosa, Rua Joao Goulart, Rua Justino J Brito e Tv. Deraldo Pereira Anuciacao.
ITAPICURU/RURAL - das 08:55 às 16:55 - Povoado Boa Vista, Povoado Muniz e Povoado Raso.
ITUBERA/CENTRO - das 09:00 às 17:00 - Av. Alto da Bela Vista, Av. Volta de Gás, Rodovia Itubera Gandu, Rua 41, Rua B, Rua Bela Vista, Rua Cairu, Rua das Malvinas e Rua das Pedreiras.
JUAZEIRO/RURAL - das 09:00 às 17:00 - Fazenda Camaleão, Fazenda Jaburu, Fazenda Vermelha, Povoado Boa Sorte, Povoado Caraibeira, Povoado de Mari, Povoado Jaburu, Povoado Mari de Torres, Povoado Muquem e Sítio Sao Jose.
MAIRI/RURAL - das 10:00 às 18:00 - Povoado Barretos e Povoado Sítio do Caju.
MILAGRES/RURAL - das 08:30 às 16:30 - Estrada de Tartaruga, Loteamento Santo Antonio Tartaruga, Praça da Matriz, Povoado Cariri, Povoado Gameleira, Povoado Nova Itarana, Povoado Quarana, Povoado Sítio Deus Dara, Povoado Tartaruga, Rua Americo Rodrigues, Rua Antonio Cintra, Rua Antonio Sampaio, Rua Aurelino Mascarenhas, Rua Bela Vista, Rua do Velame, Rua do Vento, Rua Lourenco Borges, Rua Nova, Rua Nova Itarana, Rua Nova Tartaruga, Tv. Americo Andrade Tartaruga e Tv. Jose Lopes Moraes.
PAULO AFONSO/CENTRO - das 09:00 às 15:00 - Av. Delmiro Gouveia, Rua Floresta, Rua Juscelino Kubitschek, Rua Maruim, Rua Mem de Sa, Rua Santa Rita e Tv. Juscelino Kubitschek.
PEDRO ALEXANDRE/RURAL - das 09:00 às 15:00 - Povoado Alto da Terra.
PORTO SEGURO/IBIRUCU - das 09:00 às 16:00 - Povoado Comunidade Ibirucu de Dentro.
PRESIDENTE TANCREDO NEVES/CENTRO - das 08:00 às 12:00 - Av. 7 de Setembro, Av. Brasil, Fazenda Riacho do Mel, Loteamento Nova Aurora, Praça Bahia, Praça Brasil, Praça Marinha de Jesus, Rua Alto das Flores, Rua B, Rua Caixa D Agua, Rua Castro Alves, Rua da Serraria, Rua das Flores, Rua das Palmeiras, Rua do Amparo, Rua do Cemiterio, Rua do Japão, Rua Eugenio Venceslau dos Santos, Rua Garciailiano Jose de Andrade, Rua Maria Carolina, Rua Nova e Rua Valença.
SANTO ESTEVÃO/ALEGRETE - das 09:00 às 17:00 - Av. da Substação.
SANTO ESTEVÃO/RURAL - das 09:00 às 17:00 - Av. Varzea Nova e Povoado Dique.
SEBASTIAO LARANJEIRAS/CENTRO - das 08:00 às 11:00 - Rua Denominacao e Rua Livramento.
SENHOR DO BONFIM/BARAUNA - das 12:00 às 18:00 - Povoado Baraunas, Estrada Senhor do Bonfim, Povoado Três Morros e Rua Corníbia.
SENTO SE/CENTRO - das 09:00 às 14:00 - Av. 07 de Setembro, Av. Osvaldo Sento Se, Praça Bibiano, Praça da America, Praça do Tombador, Rua 7 de Setembro, Rua do Hospital, Rua Dr. Carlos Sampaio, Rua Ruy Barbosa, Rua Tenente Mario Alves e Tv. 7 de Setembro.
TERRA NOVA/RURAL - das 10:00 às 15:00 - Fazenda Aliança, Povoado Carapia, Povoado Itapemirim, Povoado Muribeca, Povoado Triunfo, Povoado Itapetingui, Praça da Usina, Povoado Ypiranga, Rua da Areia, Rua da Balança, Rua da Feira Velha, Rua da Fonte Nova, Rua da Rodagem, Rua das Flores e Rua do Ceilão.

TUCANO/RURAL - das 09:00 às 15:00 - Povoado Riacho dos Bios e Povoado Amazonas II.
TUCANO/RURAL - das 08:45 às 16:45 - Fazenda Cacimba, Fazenda Gado Bravo e Povoado Boqueirão.
UAUA/RURAL - das 09:00 às 17:00 - Povoado Cairá.
VALENTE/RURAL - das 09:00 às 16:00 - Estrada de Tanquinho, Povoado Baixa e Fazenda Tanquinho.

31/03/2022 QUINTA-FEIRA

ACAJUTIBA/RURAL - das 11:00 às 17:00 - Condomínio Bela Vista 2, Fazenda Areias, Fazenda Aruarí, Fazenda Barauna, Fazenda Barra dos Mangues, Fazenda Campinhos, Fazenda Cedro, Fazenda Chapada, Fazenda Fija, Fazenda Goiabeira, Fazenda Grotão, Fazenda Jenipapo, Fazenda Lagoa, Fazenda Mulungu, Fazenda Poco, Fazenda Porteira, Fazenda Santo Alegre, Fazenda Rancho Colorado, Fazenda Reunidas Malegre, Fazenda Santo Antonio, Fazenda Serra, Fazenda Timbozinho, Fazenda Vera Cruz, Povoado Marambaia, Povoado Mlungu, Povoado Pageu, Povoado Pau de Candeia, Rodovia BR 101 e Tv. Castro Alves.
AMARGOSA/RURAL - das 08:00 às 17:00 - Povoado Barragem do Timbo.
AMELIA RODRIGUES/CENTRO - das 10:00 às 16:00 - Povoado Camucurso e Rua do Granjão.
ARATUIPE/RURAL - das 13:00 às 17:00 - Povoado Engenho Santo Antonio e Povoado Sape 3 Bicos.
BARRA/RURAL - das 13:00 às 18:00 - Povoado Torrinha.
CANAVEIRAS/RURAL - das 10:00 às 16:00 - Fazenda Boa Vista e Fazenda Portao de Ferro.
CANDIBA/RURAL - das 07:55 às 11:55 - Fazenda Matinador, Praça Jose Coelho, Rua Ceara, Tv. Bahia e Tv. Ceara.
CANUADOS/RURAL - das 09:00 às 15:00 - Povoado Mandacaru, Povoado Rota dos Ventos, Fazenda Rota dos Ventos e Fazenda Supucira.
CRUZ DAS ALMAS/RURAL - das 09:00 às 17:00 - Povoado Rebouças.
CURACA/RURAL - das 09:00 às 17:00 - Fazenda Angico.
FEIRA DE SANTANA/SIM - das 09:00 às 16:00 - Estrada de Jaiba, Fazenda Alecrim, Av. Artemia Pires Freitas e Av. Sossego.
FEIRA DE SANTANA/CENTRO - das 09:30 às 15:30 - Rua Londrina, Rua Tijuca, Rua Jandaia, Rua Atletico, Rua Grenal, Rua Agua Verde e Rua Guarapuava.
GANDU/RURAL - das 10:00 às 15:00 - Fazenda Boa União, Fazenda Monte Alegre, Fazenda Santo Andre, Povoado Agua Preta, Povoado Alto da Bela Vista, Povoado Manoel Braga Monte Alegre, Povoado Região de Buris, Povoado Região de Monte Alegre, Povoado Região Palmeiras, Povoado Região Ponto do Aguilim II, Povoado Região Raquel, Sítio Região do Monte Alegre e Sítio Santo Antonio.
GUARATINGA/RURAL - das 10:00 às 16:00 - Estrada Sao Joao do Sul Burahem.
IBIASSUCÉ/CENTRO - das 09:00 às 15:00 - Av. Manoel Gonçalves, Av. Senador Antonio Fernandes, Rua Alto do Cruzeiro, Rua Francisco Benjamin, Rua Jose Diana Rita, Rua Machado de Assis, Rua Manoel Gonçalves Almeida, Rua Olimpio Alves, Rua Rosalina Oliveira Farias, Rua Santa Isabel, Rua Santa Terezinha, Rua Sao Francisco de Assis, Rua Sao Joaquim, Rua Sao Jose, Rua Sao Paulo, Rua Senador Antonio Fernandes, Rua Tiradentes, Tv. Bahia, Tv. Castro Alves, Tv. Miguel Fernandes, Tv. Sao Paulo, Tv. Senador Antonio Fernandes e Tv. Tiradentes.
IBICOARA/RURAL - das 09:00 às 15:00 - Fazenda Cachoeira, Fazenda Pilaó, Povoado Corrego Fundo Riacho, Povoado Mundo Novo, Povoado Vania e Sítio Alto Bonito.
IGUAÍ/RURAL - das 10:00 às 14:00 - Fazenda Patamate.
IGUAÍ/CENTRO - das 10:00 às 16:00 - Rua Almir Ferreira, Rua da Rodovia Velha, Rua Dr. Ary Alves Dias, Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, Rua Ezequiel Batista, Rua Iguaí, Rua Ismael de Souza, Rua Marinho Freitas Neto, Rua Rui Barbosa e Tv. Bela Vista.
INHAMBUE/BAIXA GRANDE - das 10:00 às 15:00 - Av. Manoel Ramos Machado, Estrada da Capoeirinha, Estrada do Gravata, Fazenda Boa Vista Murici, Praça Nossa Senhora da Paz, Povoado Baixa Grande, Rua Baixa Grande, Rua Baixa Grande-Inhambue, Rua Conselheiro Manoel Dantas e Rua do Cemiterio.
IPIRA/MALHADOR - das 08:50 às 15:50 - Praça Jose Barbosa, Povoado Malhador, Rua Antonio Barbosa, Rua Caixa da Agua, Rua Emerito Alves, Rua Otaviano Galdino, Rua Silvano Alves, Rua Silvano Silva e Rua Silvino Gomes.
ITABUNA/PONTALZINHO - das 14:00 às 17:00 - Tv. Zeuxis Alves Muniz, Praça do Trabalho, Rua Ariston Caldas, Rua Bartolomeu Mariano, Rua Monte Cristo, Rua N, Rua Ne Abade, Rua Pedro Torquato, Rua Sancho Silva, Rua São Vicente, Tv. Monte Cristo e Tv. São Vicente.
ITAMBE/RURAL - das 10:00 às 16:00 - Fazenda Cerro Azul.
JAGUAQUARA/RURAL - das 08:00 às 12:00 - Fazenda Alianca do Rio Preto, Fazenda Andarai, Fazenda Carriereira, Fazenda Changra, Fazenda do Eliezer, Fazenda Nova Esperanca, Fazenda Petrópolis, Fazenda Reunidas Bela Vista, Fazenda Riacho das Painelas, Fazenda Rio Bonito, Fazenda Rio Preto, Fazenda Santa Fe, Fazenda Sao Cosme, Fazenda Sao Jorge, Fazenda Sempre Viva, Fazenda Sítio Novo, Povoado Boqueirão dos Herminios, Povoado Morre Sem Vela, Povoado Rio Preto do Andaraí, Rua Estacao e Sítio Sao Jose.
JEQUIE/RURAL - das 10:00 às 16:00 - Loteamento Urbis III e Loteamento Urbis IV.
JUAZEIRO/CENTRO - das 09:00 às 17:00 - Loteamento Monte Castelo, Rua 1, Rua 2, Rua 8, Rua 10, Rua Garcia, Rua Pirajá, Rua São Caetano, Rua Soleanva e Rua Stella Maris.
MEDEIROS NETO/RURAL - das 09:00 às 15:00 - Fazenda Alcobaca II, Rua Stella Campina, Fazenda Campo Belo, Fazenda Santa Fe, Fazenda Sempre Viva e Rodovia Medeiros Neto Itupeva.
MUNDO NOVO/RURAL - das 11:00 às 17:00 - Fazenda Lagoa Grande.
PAULO AFONSO/RURAL - das 09:00 às 15:00 - Povoado Riacho Grande.
PAULO AFONSO/TANCREDO NEVES 3 - das 09:00 às 15:00 - Rua Alto do Mulungu, Rua Diniz Olavo de Santana, Rua Santa Luzia, Rua Joao Paulo II, Rua Padre Cicero, Rua Salvador, Rua Santo Antonio, Rua São Jorge e Rua São João.
PORTO SEGURO/PARAISO DOS PATAXOS - das 09:00 às 15:00 - Rua Ararary, Rua Grauna, Rua K, Rua L, Rua Paraíso dos Pataxos, Rua Píclui, Rua Piracema e Rua Piraqueira.
PORTO SEGURO/TRANCOSO - das 09:00 às 17:00 - Povoado Comunidade Sapirara e Povoado de Sapirara Gravata.
QUIXABEIRA/RURAL - das 10:00 às 14:30 - Av. Centro Oeste, Av. Cruzeiro do Sul, Av. Juvito Souza Novaes, Praça 21 de Abril, Praça Absolton Dias Novaes, Praça Eteivino Carneiro, Praça Gildasio Oliveira, Praça Manoel Sebastiao, Rua Acelino Araujo, Rua Almon J Silva, Rua Araujo Rios, Rua Aurelio Jose de Souza, Rua do Foro, Rua Euflozina Novaes, Rua Ireneo Delfino de Lima, Rua Joao Alves, Rua Joao Basilio, Rua Joao Martins, Rua Jose Amando, Rua Jose Gomes, Rua Jose Lino, Rua Liziano Gonçalves, Rua Primavera, Tv. Aurelio J Souza, Tv. Cruzeiro do Sul, Tv. Guanabara,

Tv. Jose Lino dos Santos e Tv. Jovito S Novais.
RAFAEL JAMBEIRO/RURAL - das 11:00 às 17:00 - Rodovia BR 116.
RIBEIRA DO POMBAL/RURAL - das 08:20 às 16:20 - Fazenda Joao do Alto, Fazenda Ponta da Lagoa e Fazenda Sítio do Padre.
RODELAS/MOREIRA - das 09:00 às 15:00 - Povoado Branco e Povoado Moreira.
SERRA DO RAMALHO/RURAL - das 08:00 às 13:00 - Estrada Eixo 01, Povoado Agrovila 01, Rua A, Rua B e Rua C.
SERRA DOURADA/RURAL - das 08:00 às 12:00 - Povoado Brejo do Arroz.
TANHACU/RURAL - das 09:10 às 15:10 - Fazenda Bela Vista, Fazenda Frio III, Fazenda Juazeiro e Fazenda Morro de Ze Leite.
TANQUE NOVO/RURAL - das 09:15 às 15:15 - Povoado Alecrim.
TEIXEIRA DE FREITAS/CENTRO - das 09:00 às 16:00 - Av. 07, Av. Alceu Amoroso Lima, Av. Atenas, Av. Aurelio Viana, Av. F, Av. Ivan Rocha, Av. Jornalista Ivan Rocha, Av. Pannhosi, Av. Presidente Getulio Vargas, F, Rua 01, Rua A, Rua Alceu Amoroso Lima, Rua Artur Lidio de Carvalho, Rua Atenas, Rua Aureliano J Oliveira, Rua Aurelio Viana, Rua Cruz das Almas, Rua (D, E, F, G, H, K, R), Rua Egberto Rabelo Pina, Rua Erico Verissimo, Rua Floriano Peixoto, Rua Garrincha, Rua Governador Muniz de Aragao, Rua Guilherme Marback, Rua Joao Bonato, Rua Joao Dias Soares, Rua Jornalista Ivan Rocha, Rua Mensiteiri, Rua Monte Pascoal, Rua Nova Jersey, Rua Osvaldo Cruz, Rua Rafael Teixeira de Carvalho, Rua Santa Cruz Cabralia, Rua Sao Benedito, Tv. Antenas e Tv. Celso Furtado.

01/04/2022 SEXTA-FEIRA

ARACI/RURAL - das 10:00 às 17:00 - Povoado de Joao Vieira.
BIRITINGA/RURAL - das 10:00 às 12:00 - Fazenda Bombiril, Povoado Caja e Povoado Candaele.
CONCEIÇÃO DO COITE/CENTRO - das 09:00 às 15:00 - Fazenda Lagoa Cavada, Povoado Salgadilla, Rua Bela Vista, Rua da Caixa D Agua, Rua do Conceicao, Rua da Rodagem, Rua Denis Almeida, Rua do Cemiterio, Rua Felipe Almeida, Rua Jardim Bela Vista, Rua Maria Queiteira, Rua Nova, Rua Novo Horizonte, Rua Paraíso, Rua Paulo Carneiro, Tv. do Cemiterio e Tv. Felipe Almeida.
ENCRUZILHADA/RURAL - das 14:00 às 18:00 - Fazenda Recreio.
ENCRUZILHADA/RURAL - das 10:00 às 14:00 - Fazenda Queixada Fazenda Colatino.
ITAMBE/CENTRO - das 10:00 às 14:00 - Av. Amazonas, Av. Caatiba, Av. Contorno, Av. Encruzilhada, Av. Joao Durval Carneiro, Av. Macarani, Av. Minas Gerais, Av. Tancredo Neves, Rua Itorror, Rua Joao Durval Carneiro, Rua Oliveira, Rua Ronivaldo Soares Velane, Rua Tancredo Neves e Tv. Encruzilhada.
JUAZEIRO/COUNTRY - das 09:00 às 17:00 - Av. Papa João Paulo I, Rua Almirante Inhauma, Quadra F, Rua Almirante Custodio de Mello e Rua Almirante Paulo de Frontim.
PINDAI/RURAL - das 08:35 às 12:35 - Fazenda Furado Fundo, Fazenda Macaco, Fazenda Pesqueiro, Fazenda Tataira, Fazenda Vista Elegante e Povoado Pesqueiro.
POCOES/CENTRO - das 10:00 às 14:00 - Av. Siqueira Campos, Av. Vitória da Conquista, Loteamento Luis Eduardo Magalhães, Loteamento Nuncio Gomes da Costa, Loteamento Schettini, Rua 13 de Maio, Rua Afonso Manta Alves, Loteamento Santo Expedito, Rua Projotada, Loteamento Luis e Magalhães, Rua Rui Barbosa, Rua Siqueira Campos e Rua Vitória da Conquista.
SANTANA/RURAL - das 13:00 às 18:00 - Povoado Brejinho e Povoado Salgado.

02/04/2022 SABADO

ARACI/RURAL - das 10:00 às 17:00 - Povoado de Joao Vieira.
CICERO DANTAS/RURAL - das 08:25 às 16:35 - Povoado Mandacaru, Fazenda Boa Vista, Povoado Lagoa Grande II, Fazenda Massaranduba, Fazenda Chapa da Lagoa, Povoado Candaele, Fazenda Limão, Fazenda Pau Ferro, Povoado Ilha e Povoado Farias.
EUCLIDES DA CUNHA/RURAL - das 09:15 às 17:15 - Povoado Porteira Macho Velho, Povoado Formiga, Fazenda Macaco e Povoado Maria Preta II Negro.
ITABUNA/NOVA ITABUNA - das 08:30 às 10:30 - Av. Taveirolandia, Av. Ibicaral, Av. J S Pinheiro, Fazenda Palmira, Fazenda Santo Antonio, Rodovia Br 415, Rua Beira Rio, Rua Bela Vista, Rua C, Rua D, Rua E, Rua F, Rua Manoel Nascimento, Rua Sao Jorge, Rua Sao Pedro e Rua Senhor do Bonfim.
JUAZEIRO/CENTRO - das 06:00 às 14:00 - Av. Adolfo Viana, Rua Carlos Drummond de Andrade, Rua Castro Alves, Rua da America, Rua do Colizeu, Rua dos Ingleses, Rua Esperanto, Rua Guarani, Rua Hildete Lomanto, Rua Novo Mundo, Rua Oscar Ribeiro, Rua Professor Luiz Cursino e Tv. Antonio Luiz Ferreira.

03/04/2022 DOMINGO

CRUZ DAS ALMAS/CENTRO - das 09:00 às 16:00 - Praça Senador Temistocles, Rua Rosentina Marques, Av. Alberto Passos, Rua Manoel Vilaboim e Rua Anfífilio Lima de Oliveira.
IGUAÍ/CENTRO - das 10:00 às 16:00 - Praça Juracy Magalhães, Praça Lomanto Junior, Rua Iraci, Rua Manoel Pires, Rua Monteiro Lobato, Rua Rodolfo Novais, Rua Rodrigo Teixeira e Tv. Juracy Magalhães.
VALENCA/CENTRO - das 10:00 às 16:00 - Rua D Pedro II e Rua Governador Gonçalves.

04/04/2022 SEGUNDA-FEIRA

ITABERABA/RURAL - das 09:00 às 15:00 - Rodovia BA 233 Km3.
ITAPETINGA/CENTRO - das 08:00 às 12:00 - Av. Americo Nogueira de Souza, Av. Gerson de Oliveira, Av. Jose Sarney, Rua Agnaldo Moreira de Araujo, Rua Antonio Pereira Novais, Rua Davino Ferreira de Oliveira, Rua Joao Ribeiro Costa, Rua Joaquim Jose da Silva, Rua Joel dos Santos, Rua Pooeos e Tv. Gerson de Oliveira.
JEREMOABO/CENTRO - das 10:00 às 16:00 - Povoado Agua Branca e Povoado Lages.
RIBEIRA DO LARGO/RURAL - das 14:00 às 18:00 - Fazenda Raio do Sol.

05/04/2022 TERÇA-FEIRA

MUTUIPE/RURAL - das 10:00 às 17:00 - Povoado Cariri, Fazenda Corrego, Sítio Nosso Senhor, Povoado do Corrego, Fazenda Pe de Serra, Sítio Bom Amor e Fazenda Capim.
NOVA FATIMA/RURAL - das 09:00 às 16:00 - Estrada Sao Francisco Km 10 Povoado Sao Francisco, Fazenda Lagoa de Dentro, Povoado Alto Bonito, Povoado Angicalino e Povoado do Fabrico.
POJUACA/RURAL - das 10:00 às 15:00 - Fazenda Berto, Fazenda Cabiola, Fazenda Comes e Bebe, Fazenda Ipomeia, Fazenda Papo Sul, Fazenda Raimar, Fazenda Santa Luzia, Fazenda Sao Joaquim, Fazenda Sonho Real, Fazenda Tuxa, Povoado Brejos, Povoado de Brejão, Povoado de Miranga, Povoado Jenipapo, Povoado Lagoa Verde, Povoado Miranga, Povoado Ponte de Ferro e Povoado Riacho das Pedras.

NEOENERGIA COELBA SERVIÇOS

1.116 É O TELEFONE DA NEOENERGIA COELBA PARA SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. ANTES DE QUALQUER LIGAÇÃO, VERIFIQUE O DISJUNTOR DE SUA INSTALAÇÃO.

2. AO FAZER A SUA RECLAMAÇÃO, INFORME O NÚMERO DO CONSUMIDOR INDICADO NA SUA CONTA, ISSO FACILITARÁ O ATENDIMENTO.

www.neoenergiacoelba.com.br

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● A proposta assegura que estados e municípios deverão estabelecer auxílios e indenizações para valorizar esses profissionais. Serão 400 mil beneficiados

Márcio Marinho

Deputado federal pelo Republicanos da Bahia, ao comemorar a aprovação do piso de dois salários mínimos para agentes de saúde e de combate a endemias

Banzé no Oeste

Na maior confusão envolvendo conflitos de terra no Oeste do estado após o estouro da Operação Faroeste, a desembargadora Telma Laura Silva Brito, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ), derrubou uma decisão que concedia a posse de 9,4 mil hectares em Correntina para comunidades de fundo de pasto e restabeleceu a liminar que garante a produtores rurais da região o direito sobre a área. A disputa judicial, que se arrasta desde 2017, teve uma reviravolta em fevereiro deste ano, quando um juiz substituído da 1ª Vara Cível de Correntina, cassou os efeitos da liminar e abriu caminho para que moradores das comunidades tradicionais invadissem e tentassem se manter nas terras.

APITO FINAL

No recurso ao TJ, os produtores anexaram escrituras e registros em cartório que, para eles, comprovam a titularidade da área. Com base nas alegações dos fazendeiros, Telma Brito, relatora do caso na Corte, suspendeu a decisão favorável aos invasores até o julgamento definitivo do imbróglio.

Filme repetido

O duelo pela posse de propriedades com tamanho equivalente a mais de nove mil campos de futebol profissional mistura todos os ingredientes conhecidos das disputas no Oeste baiano: espertalhões com histórico de grilagem que manipulam pequenos agricultores de comunidades de fundo de pasto para convencê-los de que são os donos originais de áreas produtivas particulares ou mesmo da chamada reserva legal, atuação suspeita de magistrados, adulteração de registros cartoriais e advogados ligados a esquemas de fraude imobiliária. Como pano de fundo para os conflitos, está a cobiça em torno das valiosas terras que integram um dos mais importantes polos do agronegócio brasileiro.

Corrida do ouro

Diante do boom econômico provocado pela crescente produção de soja, milho e algodão no Oeste do estado, o número de ações judiciais que reivindicam a posse de terras explodiu nos últimos cinco anos. O que elevou o nível de tensão entre produtores que migraram para lá a partir do final dos anos 1980, investiram alto para impulsionar o agro na região e transformá-la no Eldorado baiano, mas enfrentam hoje um gradativo processo de insegurança jurídica.

Saliva gasta

É intensa a pressão de parlamentares do PT para convencer a deputada federal Lidice da Mata (PSB) a aceitar a vaga de vice na coligação encabeçada pelo candidato da base aliada ao partido a governador, o pequista Jerônimo Rodrigues. Contudo, a firmeza com a qual Lidice vem recusando os convites feitos até agora colocou uma muralha difícil de transpor no caminho dos cardeais do partido escalados para assediá-la.

Daqui não saio

A cada novo apelo, a deputada e presidente estadual do PSB reafirma a determinação de brigar pelo segundo mandato na Câmara, apesar dos riscos de não se reeleger por causa da ausência de candidatos competitivos na chapa da legenda. Para driblar o aperto, conta com o apoio do Palácio de Ondina e da cúpula nacional do PSB.

A terceira temporada do programa

Uma história chamada
Salvador

VAI AO AR NOS DIAS
26 DE MARÇO E 02 DE ABRIL,
LOGO APÓS O JORNAL HOJE, NA TV BAHIA.

Depois de contar a história da capital baiana pelas óticas portuguesa e africana, em 2019 e 2020. Nesta temporada, será possível compreender a herança que moldou o jeito de falar e de ser do baiano.



ECONOMIA

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 4.831	R\$ 4.832
Dólar Turismo	R\$ 4.830	R\$ 4.997
Euro turismo	R\$ 5.313	R\$ 5.316

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	119.052,91	+1,36%

POUPANÇA

25/03/2022	0,5000%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1212,00

INFLAÇÃO

	Fevereiro	Ano	12 meses
ÍPCA/IBGE	1,07%	1,56%	10,54%
INPC/IBGE	1,00%	1,68%	10,80%
IGP-M/FGV	1,83%	3,68%	16,12%

DÓLAR CAI PELA SÉTIMA VEZ SEGUIDA E FECHA A R\$ 4,83

MOEDAS Os juros altos no Brasil e o clima mais favorável nos mercados externos fizeram o mercado financeiro ter mais um dia de alívio. O dólar caiu pela sétima vez seguida e está cada vez mais perto de R\$ 4,80. A bolsa de valores teve forte alta e fechou no nível mais alto em quase sete meses.

O dólar comercial encerrou esta quinta-feira (24) vendido a R\$ 4,832, com recuo de R\$ 0,012 (-0,25%). A cotação chegou a cair para R\$ 4,76 na mínima do dia, por volta das 11h30, mas uma movimentação de compra por causa do preço baixo fez a moeda retornar para acima de R\$ 4,80.

A moeda norte-americana está no menor nível desde 13 de março de 2020, quando estava sendo vendida a R\$ 4,81. A divisa acumula queda de 6,28% em março e de 13,34% em 2022.

EMPREENDEDORISMO VOLTOU A TER QUEDA NO BRASIL EM 2021

NEGÓCIOS Após ter perdido 9,4 milhões de empreendedores em 2020, o Brasil voltou a registrar queda da taxa nacional de empreendedorismo total em 2021. Segundo o relatório Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizado pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, o número de pessoas entre 18 e 64 anos de idade que, no ano passado, tinham seu próprio negócio formal ou fizeram algo para abri-lo não passou de 43 milhões. Um ano antes, este resultado chegava a 44 milhões. E em 2019, a 53,4 milhões de pessoas.

Apesar de "ligeira" se comparada à de 2020, a queda verificada no último ano foi suficiente para que, em 2021, a Taxa de Empreendedorismo Total (TTE) do país chegasse ao patamar mais baixo desde 2013.

Caixa reduz taxa de juros para financiamento imobiliário

BANCOS A Caixa Econômica Federal anunciou ontem que vai reduzir em 0,15 ponto percentual a taxa de juros do crédito imobiliário na modalidade poupança. Com a redução, as novas taxas partem da Taxa Referencial (TR) + 2,80% ao ano, somadas à remuneração da poupança. Segundo o banco, as contratações com as taxas reduzidas começarão a ser feitas a partir do dia 28 de março.

O banco informou ainda que lançou linha de crédito para reforma e adaptação de imóveis próprios destinados a Pessoas com Deficiência (PcD), no âmbito do programa Casa Verde e Amarela. A nova linha também começa-

Linha de crédito para reforma e adaptação de imóveis próprios destinados a Pessoas com Deficiência (PcD), dentro do programa Casa Verde e Amarela, foi outra iniciativa anunciada pela Caixa

rá a ser operada a partir do dia 28 de março e vai oferecer o crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O crédito será disponibilizado para quem tem renda bruta mensal de até R\$ 3 mil

e o limite de crédito será de até R\$ 50 mil, limitado a 80% do orçamento da obra apresentado. O prazo para o pagamento do financiamento será de 240 meses.

O banco também informou que, a partir do dia 12 de abril, passarão a valer as novas condições para financiamento às famílias com renda entre R\$ 2.000,01 e R\$ 2.400,00 do Programa Casa Verde Amarela, entre elas estão: a redução da taxa de juros de 0,5 ponto percentual no financiamento habitacional; e o aumento dos subsídios para aquisição e construção de moradias, o que amplia o poder de compra das famílias.

MALHA FINA

212

mil contribuintes que haviam caído na malha fina e acertaram as contas com o Fisco receberão R\$ 210 milhões na próxima semana. A Receita Federal abriu ontem a consulta ao lote residual do IRPF. A consulta pode ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

Inflação deve fechar 2022 a 7,1%, diz Banco Central em nova previsão

CUSTO DE VIDA O Banco Central (BC) elevou novamente a estimativa da inflação para este ano. A revisão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,7% para 7,1%, ficando acima do centro da meta definida para 2022: 3,5%. A nova estimativa consta do Relatório de Inflação divulgado pelo BC ontem, em Brasília, e aponta que a probabilidade de estouro da meta chega a 97%. Segundo a publicação, a instituição trabalha com

12,75% é o percentual que a Selic deve atingir se a inflação fechar o ano acima de 7%

dois cenários. No primeiro, considerado "de referência", as projeções de inflação para 2022 ficam em torno de 10,6% nos dois primeiros trimestres do ano, caindo

para 7,1% no fim do ano e para 3,4% em 2023. Esse cenário tem a probabilidade de estouro da meta de 97% e prevê que a taxa básica de juros, a Selic, feche o ano em 12,75%, caindo para 8,75% ao ano em 2023.

Já o segundo cenário, considerado alternativo, prevê que a inflação feche 2022 em 6,3%, caindo para 3,1% em 2023. Esse ambiente considera a hipótese de uma queda no preço internacional do petróleo, diminuindo o impacto do produ-

to na alta dos preços no país. Nesse aspecto, o BC adota a premissa na qual o preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura de mercado até o fim de 2022, terminando o ano em US\$ 100 o barril e passando a aumentar 2% ao ano a partir de janeiro de 2023. A probabilidade de furar a meta é 88%. Segundo o BC, o ambiente externo, com o conflito na Ucrânia, levou a um aperto das condições financeiras e aumentou a incerteza em torno da economia mundial.

SECRETARIA DA SAÚDE  **Estado da Bahia**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2022 ID: 929401 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 06/04/2022, às 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: **Aquisição de Medicamento: MESALAZINA 1200mg, comprimido, OMALIZUMABE 150mg, pó liofilizado para solução injetável, etc. "REGISTRO DE PREÇO"**. Família(s): 65.01/65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: fernando.pinto@saude.ba.gov.br, telefone (71) 3115-8334/3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 24/03/2022. **Fernando Lima Pinto - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE  **Estado da Bahia**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 - ID 929487 - SESAB/HGESF

Abertura: 06/04/2022 às 09h00min. (Horário de Brasília-DF). Objeto: **Aquisição de Suplementos Nutricionais (FIBROSE CÍSTICA-HEOM)**. O Edital poderá ser obtido através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: danielle.silva@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3103-9138 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h00min no endereço: Praça Conselheiro João Alfredo, S/Nº, Pau Miúdo, Salvador-Bahia. 24 de março de 2022. **Danielle Moutinho Silva - Pregoeira Oficial.**

SESAB

GOVERNO DO ESTADO  **BAHIA**

AVISOS DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIAS Nº 042/2022, Nº 043/2022, Nº 044/2022 E Nº 045/2022.

CONCORRÊNCIA Nº 042/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 10/05/2022 às 09h30min. Objeto: Implantação da sinalização luminosa em Aeródromos Públicos da Bahia: balizamento noturno, bituta iluminada e grupo gerador. Família 08.39.

CONCORRÊNCIA Nº 043/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 10/05/2022 às 14h30min. Objeto: Construção da Ponte sobre o Rio Itariri na ligação da BA-099 a BA-233 - Km 2,7, trecho: Linha Verde a Barra do Itariri, vao: 19,60 m. Família 07.23.

CONCORRÊNCIA Nº 044/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 11/05/2022 às 09h30min. Objeto: Restauração em TSD com Capa Selante em Rodovias BA-416, trecho: Valente - São Domingos - Ent. BR-324: 31,00 km. Família 07.19.

CONCORRÊNCIA Nº 045/2022.
Tipo: Menor Preço. Abertura: 11/05/2022 às 14h30min. Objeto: Pavimentação nas rodovias BA-542/BA001 no trecho de Travessia Urbana no município de Valença, extensão 6,25 km. Família 07.19.

Local: Comissão Permanente de Licitação - CPL - SEINFRA, Av. Luiz Viana Filho, nº 440 - 4ª Avenida - Centro Administrativo da Bahia - Prédio Anexo - 1º andar - Ala B, Salvador-Ba. Os interessados poderão obter informações no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, maiores esclarecimentos no telefone (71)3115-2174, no site: www.infraestrutura.ba.gov.br e e-mail: cp@infra.ba.gov.br. Salvador-Ba, 24/03/2022. **Alexinaldo Negreiros da Silva/Presidente da CPL.**

SEINFRA

CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL PORTAL DO SERTÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022. O CONSORCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL PORTAL DO SERTÃO, por intermédio de sua Pregoeira, torna público que realizará licitação Pregão Presencial Nº 001/2022. Tipo: Menor Preço por Lote. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços continuados visando a realização de serviços de manutenção da frota do Consórcio Portal do Sertão com substituição de peças. Sessão de Abertura dia 07/04/2022 às 09:00h. Edital disponível em www.portaldosertao.ba.gov.br Informações: compraslicitacoes@portaldosertao.com.br. Telefone: 75-36227140 das 08h00 às 17h00. Feira de Santana, 24 de março de 2022. **Cigliola Alves Dourado, Pregoeira - Portaria 001/2022.**

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Ford Motor Company Brasil Ltda. torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) Licença de Operação - Portaria Inema Nº25.476, de 7 de Março de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 08/03/2022, válida até 08/03/2027, para operar terminal privativo para embarque/desembarque de veículos e componentes automotivos, composto de um canal de atracação de 195m de extensão e pátio de estocagem de veículos com área de 156.585 m2, sito à Via Matoim, Distrito de Mutuim, s/n, Zona Portuária Norte, município de Candeias, Bahia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAVELAS
CNPJ Nº: 13.761.689/0001-19

AVISO

A Prefeitura Municipal de Caravelas, através da COPEL, torna público que no dia 11/04/2022, às 10:00h, no endereço Rua Barão do Rio Branco, 65, centro, Caravelas/Ba, serão recebidas propostas relativas à Licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇO nº 009-2022, por Preço Global, tendo como objeto a Contratação de empresa para Prestação de Serviços técnicos especializados em assessoria e acompanhamento do controle dos bens patrimoniais referente ao exercício de 2022, maiores informações no horário de 8:00h às 12:00h, no endereço supra citado. Caravelas/Ba, 24/03/2022. Presidente da COPEL.

O Município de Caravelas faz saber que, realizará licitação na modalidade: Chamada Pública nº 009-2022, para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, Sessão: 18/04/2022, às 09:00h. Informações na sede da Prefeitura, no horário 8:00h às 11:00h, no setor de licitações, sito na Rua Barão do Rio Branco, 65, centro, Caravelas/Ba, Rosilene Rocha Lacoste - Presidente da COPEL. Caravelas, 24/03/2022. Presidente da COPEL.

AVISO

O Pregoeiro do Município de Caravelas comunica aos interessados que fará realizar no dia 06 de abril de 2022, às 09:00 h, na sala de licitação na Rua Barão do Rio Branco, 65, centro, Caravelas - Bahia, na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço nº PRP 010-2022. Menor Preço Global, objetivando Contratação de Empresa do Ramo, para futura e eventual Prestação de Serviços de Sanitização e Desinfecção para combate ao Covid-19 (Coronavírus), para atender à necessidade das diversas secretarias do Município de Caravelas/Ba, quando serão recebidas as propostas e documentos de habilitação, nos termos do edital e seus anexos, que poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Caravelas, de segunda a sexta - feira, no horário comercial de 08:00 às 12:00h, ficando os interessados identificados que todos os atos desta licitação serão publicados no Diário Oficial do Município, imprensa oficial: www.io.org.br/ba/caravelas. Caravelas - BA, 24 de março de 2022. Pregoeiro.

Mais*

DÍVIDAS COM BANCOS, CREDIÁRIO E CARTÕES PODEM SER RENEGOCIADAS DURANTE O FEIRÃO DA SERASA

Carolina Cerqueira

REPORTAGEM

carolina.cerqueira@redebahia.com.br

A taxa de desemprego elevada, a inflação alta e a queda da renda dos trabalhadores têm gerado um aumento no número de endividados no Brasil. Na Bahia, 4.138.037 pessoas estão com o "nome sujo", o que representa 37% da população. São mais de 12 milhões de pendências que somam cerca de R\$ 12 bilhões em dívidas. Os dados são de janeiro deste ano e foram fornecidos pela Serasa.

De acordo com o órgão, os principais causadores das dívidas baianas são bancos e cartões, com 28%, utilidades (contas básicas, como luz, água e gás), com 25%, e varejo (19%). Através do Feirão Limpa Nome, que acontece até o dia 31 de março, é possível quitar as pendências com descontos de até 99%.

A especialista da Serasa, Patrícia Camillo, explica porque os bancos e cartões são os campeões do ranking. "O cartão de crédito é um mecanismo muito usado pelos brasileiros. Além disso, ele tem um dos juros mais altos do mercado. A partir do momento em que a pessoa contrai uma dívida em cartão, mesmo que inicialmente pequena, ela acaba virando uma bola de neve por conta dos juros sobre juros", diz.

Sobre o segundo lugar no ranking das dívidas, Patrícia afirma que revela a face cruel da crise financeira atual. "São contas de gás, luz, água, ou seja, básicas. Isso mostra o quanto os brasileiros estão num cenário difícil de inflação, preços altos e taxas de juros, como a Selic, muito altas. Isso diminui o nosso poder de compra e diminui o nosso acesso ao crédito", diz.

O mototaxista Flávio Nascimento, 30 anos, tem dívidas com contas do setor de utilidades, de sua moto e outras coisas. São tantas dívidas que ele já não sabe mais dizer o valor total que deve. "Eu sou autônomo e estou com dívidas no MEI, são boletos atrasados desde o início da pandemia. Agora, também estou com contas de luz em atraso. E por aí vai porque falta dinheiro para alimentação. Outro dia acabou o gás e eu sai rodando para fazer pesquisa de preço, o mais barato foi R\$ 100", conta.

Flávio diz que já tentou limpar o nome, mas foi aí que descobriu outras dívidas e, ao tentar parcelar os valores, se complicou ainda mais. "Eu fui ver uma dívida e descobri que tinha outras. Só com o Bradesco, a dívida era de R\$ 11 mil. Ai eu fui parcelar, mas complicou. É difícil porque fiquei parado na pandemia. Até hoje o negócio não está bom", lamenta.

●● **Ao longo da pandemia, tivemos uma baixa [na inadimplência] por conta dos auxílios do governo, mas, agora, retrocedemos**
Patrícia Camillo
Especialista do Serasa

●● **Eu sou autônomo e estou com dívidas no MEI desde o início da pandemia. Agora, também estou com contas de luz em atraso**
Flávio Nascimento
Mototaxista

●● **Foi ótimo, consegui pagar tudo, nome limpinho na praça, coisa boa demais!. Depois daquilo, dívida nunca mais**
Paula Carvalho
Vendedora ambulante



Paula aproveitou o feirão da Serasa e renegociou dívidas em atraso com um desconto de quase 93%

Inadimplência atinge 37% das famílias baianas

Segundo a Serasa, estado tem hoje mais de 4,1 milhões de pessoas com o 'nome sujo'

Patrícia Camillo confirma que o aumento das dívidas como consequência da pandemia já pode ser percebido. "O Nordeste voltou ao patamar de dívidas de abril de 2020, quando mal era possível notar os efeitos da pandemia. Ao longo da pandemia, tivemos uma baixa por conta dos auxílios do governo, mas, agora, retrocedemos, acompanhando a alta da inflação e das taxas de juros", destaca.

Justamente por isso, em 2022, está sendo realizada uma edição extra do Feirão Limpa Nome. Os feirões acontecem, geralmente, no final do ano. Em 2021, aconteceu em novembro. Em

2022, o Serasa abriu uma exceção e está realizando agora uma edição extra. "Agora em março, está sendo realizada uma edição especial devido ao cenário de crise e aumento de dívidas", explica Patrícia.

A vendedora ambulante Paula Carvalho participou da edição do ano passado do feirão. Há 21 anos, ela devia o pagamento de uma fatura de telefone fixo. Ela também tinha débitos com o O Boticário e o Itaú. Ao todo, chegavam a mais de R\$ 1.500. No final, só precisou pagar R\$ 106, um desconto de quase 93%. "Foi ótimo, consegui pagar tudo, nome limpinho na praça, coisa boa demais!".

Entenda o que pode causar o descontrole financeiro

Para não ficar no vermelho, o assessor de investimentos João Victor Moreira, da ACT Investimentos, explica que é preciso ter cuidado com os créditos oferecidos, a principal via de endividamento.

"Ele é a confiança que determinado agente financeiro traz em relação a um montante a pagar no futuro. Só que as pessoas começam a usar esse capital como um dinheiro delas, ao invés de uma obrigação. Pela falta de conhecimento, termina gerando uma bola de neve", diz.

"O consumidor precisa ficar atento para não realizar compras e gastos que não caibam no orçamento. O parcelamento é atrativo, mas pode ser uma armadilha", acrescenta o economista e educador financeiro Edísio Freire.

Ele também orienta, a partir da contratação da dívida, o que pode ser feito pelo cidadão para reverter a situação. "O primeiro passo para retomar o equilíbrio financeiro é fazer um diagnóstico. Quanto você gasta? Quanto você consegue reservar da sua receita, se possível, para pagar as dívidas? Se não for possível, vai ser preciso enxugar os gastos ou crescer a renda", aconselha.

No Blog Serasa Ensina, é possível acessar conteúdos de educação financeira e dicas para evitar endividamentos.

CONFIRA ONDE E COMO PAGAR AS DÍVIDAS

Pelo site serasa.com.br ou aplicativo Serasa. O primeiro passo é fazer um cadastro com CPF e criar uma senha. Depois, é preciso consultar as dívidas que estão no seu nome e quais delas têm oferta para quitação com desconto. A partir da manifestação de interesse em pagar, é gerado um boleto

A Serasa possui uma agência física, no Edifício Capemi, na Pituba. Atendimento: De segunda a sexta, das 9h às 17h

Através dos números 0800 591 1222 ou 3003-6300 ou pelo WhatsApp da Serasa (11) 99575-2096

Também é possível limpar o nome nas agências dos Correios

Por Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Chapa

O presidente do PDT na Bahia, deputado federal Félix Mendonça Jr, está disposto a abrir mão da vice na chapa de ACM Neto (União Brasil) se o partido do ex-prefeito de Salvador apoiar nacionalmente a candidatura de Ciro Gomes à Presidência. Nesta quinta-feira (24), Félix almoçou com Neto e com o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi. Lupi disse que combinou com o presidente nacional do União Brasil, Luciano Bivar, a conversar com lideranças como Eduardo Leite (PSDB) e Simotete Tebet (MDB) para a discussão do futuro do Brasil.



Félix Mendonça Jr.

Violência, intolerância, é impressionante o retrocesso civilizatório que vivemos. E de outro lado uma economia parada, com uma inflação absurda. Então é hora de desprendimento, convergência, união para o Brasil retomar sua atividade

Geraldo Alckmin, ex-PSDB, agora PSB

Desistência

O desembargador José Cícero Landim Neto, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), desistiu de concorrer ao cargo de desembargador eleitoral titular do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA). O pedido foi apresentado ao presidente do TJ-BA, desembargador Nilson Castelo Branco, nesta quinta-feira (24). Landim Neto não explicou o motivo da desistência - ainda não há data definida para a eleição de novo desembargador titular da corte eleitoral na Bahia.

Filiação

O deputado federal Raimundo Costa, mais conhecido como Raimundo da Pesca, deixou o PL e se filiou ao Podemos. "O tempo que passei no Partido Liberal foi de muito aprendizado e de gratidão por terem me abraçado e abraçado também as minhas causas de vida, a pesca e as organizações sociais como um todo, além de parceiros vereadores, lideranças e prefeitos. Agora sigo no Podemos, partido que também chega nos abraçando e nos fazendo ter a certeza que estamos no caminho certo", disse Raimundo Costa, em uma publicação no Instagram.

Cobertura vacinal

A cidade de Salvador atingiu ontem a cobertura vacinal de 70% entre as crianças de 5 a 11 anos, o que equivale a cerca de 131 mil pequeninos imunizados com a 1ª dose contra a Covid-19. Entre os adolescentes de 12 a 17, o número é ainda mais expressivo: 100% do público nesta faixa etária já iniciou o esquema vacinal na capital baiana.

Vale-cultura

A deputada federal Lídice da Mata (PSB) apresentou proposta na Câmara para aumentar o valor mensal do vale-cultura, por usuário, de R\$ 50 para R\$ 80. O Projeto de Lei 699/22 também prorroga para 2026 o benefício fiscal a empresas que disponibilizarem o vale-cultura. De acordo com Lídice, o setor cultural foi fortemente impactado com as políticas de isolamento impostas pela pandemia da Covid-19. Estudo da Unesco, apresentado pela deputada, mostra que 63% dos profissionais de artes cênicas, 77% dos artistas de circo, 73% dos artistas de casas de espetáculo e 70% dos artistas de teatro perderam toda a sua renda entre maio e julho de 2020.



Lídice da Mata

Turismo na Bahia 1

Discutir sobre os entraves dos municípios na inserção do Mapa do Turismo da Bahia foi o foco central da reunião realizada na manhã de ontem, na sede da União dos Municípios da Bahia (UPB). O encontro contou com representantes da entidade, da Secretaria de Turismo da Bahia (Setur) e da Câmara de Turismo da Baía de Todos-os-Santos (CTBTS), além de secretários de turismo e demais representantes da pasta.

Turismo na Bahia 2

Presente na reunião, o assessor especial da presidência da entidade, Jorge Castellucci, reforçou a importância do planejamento do turismo nos municípios e de estar inserido no Mapa do Turismo da Bahia. "Cada município tem sua especificidade, então elaborar o plano de gestão do turismo é primordial. A UPB, a Setur e a Câmara de Turismo da Baía de Todos-os-Santos pode ajudar nesse processo para desenvolver o turismo no nosso estado", afirmou.

Dividir para somar

Na Bahia, a estratégia nacional do presidente da República Bolsonaro de dividir políticos entre os partidos PL e Republicanos está sendo mantida. Recém-filiado ao PL, Bolsonaro vir na divisão entre duas siglas a chance de eleger mais apoiadores nos estados. Um dos exemplos da tática é a filiação da fundadora da Tidell Outdoor Living, a empresária Tati Mandelli, que escolheu se filiar ao Republicanos em vez do PL na Bahia para ter uma candidatura mais competitiva a uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Casos

O boletim epidemiológico de ontem registrou 1.165 casos de Covid-19, 1.059 recuperados e mais 11 óbitos. Dos 1.527.992 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.496.809 já são considerados recuperados. 29.646 tiveram óbito confirmado. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.800.262 casos descartados e 326.337 em investigação. Na Bahia, 62.844 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19.

Imunizados

Até ontem, 11.484.650 pessoas haviam sido vacinadas com a primeira dose, 10.479.585 com a segunda dose ou dose única e 4.609.011 com a dose de reforço. Do público de 5 a 11 anos, 788.604 crianças já foram imunizadas com a primeira dose e 103.974 já tomaram também a segunda dose. No Brasil, o número de crianças vacinadas, na faixa etária de 5 a 11 anos, com ao menos uma dose contra a Covid-19 no Brasil chegou ontem a 10.301.443 milhões, o equivalente a 90,25% desta população.

GERSON BRASIL

É difícil derrotar a ideia do Ocidente

Oligarca russo Mikhail Fridman de repente se descobriu russo, mas tinha uma vida europeia, com a fortuna de US\$ 10 bilhões. Sem a posse do ouro, agora reclama: "acreditamos sinceramente que somos tão bons amigos do mundo Ocidental que não poderíamos ser punidos". O fato de o capital ser globalizado não implica em que o detentor seja europeu e pertencente ao mundo Ocidental, que começa pela antiguidade greco-romana, se estende pela Idade Média e o Renascimento, e hoje e amanhã é depois. Esse é o mundo Ocidental, europeu em contraposição ao Oriental.

Putin carrega o mundo bizantino, a parte Oriental da poderosa Roma, que só veio a se dissolver após a Primeira Guerra mundial, com os aliados repartindo entre si uma imensidão de terras. A Rússia bizantina, eslava (os povos indo-europeus), não guarda o Oriente, como a China. Do império russo e da União Soviética nada restou. Putin tem armas, mas não tem economia, não é asiático, nem oriental, nem europeu, nem ocidental. Talvez a pior parte. A China o ultrapassou, sendo hoje a segunda economia

do mundo, a primeira ainda são os Estados Unidos. Mas acontece que o mundo é Ocidental e essa é uma ideia difícil de ser mudada. Não basta apenas ter economia poderosa ou máquina de guerra invejável. O imaginário é Ocidental, o que inclui os americanos. Distanciaram-se dos ingleses, formaram sua ideia de nação e de mundo e a difundiram onde havia possibilidade de mercado. A Europa acompanhou esse modelo, porque já tinha vivenciado, principalmente quando a Itália de 1450 a 1650 brilhou e irradiou seu poderio pelo mundo, inundando-o de mercadorias e capitais, sem dispensar Constantinopla. O historiador francês Fernand Braudel comenta no livro, "O modelo Italiano", que em 1348 as alfândegas genovesas lucravam 200 mil soldos. As de Constantinopla apenas 30 mil soldos.

Por volta de "1450 o universo dominado pelas lições, pelas economias e pelas inteligências da Itália é a Europa, no sentido amplo, mais o Mediterrâneo". Rebatendo o Ocidente é rebater o pensamento, e como a ideia não se pega como vírus ou gripe, ou enxaqueca, ou resfriado e pneumonia, russos e chineses, estes



querendo assegurar uma vida dirigida pelo partido comunista para o bem de toda nação e felicidade geral, não vão se ocidentalizar e nem prevalecer na ideia.

Putin e Xi Jinping, às vezes de "mãos dadas", como o amor e a colera, tentam ensaiar um balé que o Ocidente não quer comprar. O ingresso é caro e o figurino é sempre o mesmo. Da preferência ao jazz, à bossa nova, ópera, à música clássica, o pop desenfreado e os ritmos da América Latina.

Veneza recebe anualmente 25 milhões de pessoas. Fazer desaparecer essa multidão, ou mitigar esse fluxo, com a magia da espiritualidade ou ideologia Oriental na força e em produtos made in China, é admirável. Mas só isso. E conte-se também o imaginário americano mais forte do que a fé cristã.

Como não é possível se tornar Ocidental num estalar de dedos, fica sempre a dúvida se alguém vai trocar os dedos por algo que produza um estampido mais forte e encorajador e convincente de que a mágica deu certo, ou subiu no muro e caiu, levando o muro e mais. Toda escolha e fatalidade são insuficientes, não produzem o lugar sonhado. Algumas levam à servidão, à destruição, outras à liberdade, ao individualismo. As vermelhas à idiotia. Raras vezes a uma mulher bonita ou sem se desdobrar. No Youtube, Everything Happens To Me, com Chet Baker, com uisque, marlinhe.

Gerson Brasil é secretário de Redação da Tribuna.

Desfilado

O deputado estadual Marcelinho Veiga teve a desfiliação do PSB realizada nesta quinta-feira (24). O parlamentar é genro do deputado federal Marcelo Nilo, que também deixou a sigla socialista, e deve se filiar ao União Brasil para disputar a reeleição. Especulou-se que, mesmo com a saída de Nilo da base de Rui Costa, Veiga ficaria no PSB e no governo. A especulação não se confirmou e o deputado estadual deve ir para a oposição na Assembleia Legislativa da Bahia.



Marcelinho Veiga

Podemos 1

O deputado federal Bacelar anunciou, nesta quinta-feira (24), a desfiliação do Podemos para se filiar ao Partido Verde (PV). A saída aconteceu depois da confirmação de que Sérgio Moro será o candidato do Podemos à Presidência da República. "A permanência no partido ficou insustentável por motivos ideológicos. Sempre apoiou o governo do PT, na Bahia, e optei por continuar na base do governador Rui Costa e apoiar Lula para presidente. Mas a conversa para a minha desfiliação foi amigável e pacífica", disse o parlamentar. Bacelar confirmou que se filiaria ao PV.

Podemos 2

O ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil) ganhará o apoio do Podemos, partido de Sérgio Moro, na disputa pelo governo da Bahia. A informação é do blog "Meaquível", da revista Veja. O anúncio seria feito em evento na noite desta quinta-feira (24), com a presença da presidente do Podemos, a deputada federal Renata Abreu (SP).

Mortes

O Brasil registrou ontem 300 novas mortes por Covid-19, elevando para 658.367 o total de vítimas da doença. A média móvel de óbitos diários, cujo objetivo é eliminar distorções entre dias úteis e fim de semana, teve queda de 42% na comparação com duas semanas atrás e ficou em 269. Na véspera, o índice estava em 295. Ontem, foram notificados ainda 35.544 novos casos de Covid-19. Com isso, o total de diagnósticos positivos da doença chegou a 29.764.701.

No aguardo

Sem confirmar o imediato ingresso de Marcelinho Veiga na bancada de oposição, o líder do bloco na Assembleia Legislativa da Bahia, Sandro Régis (União Brasil), comentou: "Marcelinho é um jovem preparado. Vamos aguardar os fatos".

Vice-presidência

O secretário da Saúde de Salvador (SMS) e deputado estadual licenciado, Leo Prates, assumiu nesta quinta-feira (24) a vice-presidência estadual do PDT. O convite foi feito por Carlos Lupi, presidente nacional da legenda, e por Félix Mendonça Júnior, presidente estadual. Prates também seguirá presidindo o PDT na capital baiana. O pedetista é pré-candidato a deputado federal.



Leo Prates

Uso Capião?

Proprietários de terrenos na orla, Patamares em especial, andam preocupados com uma quadrilha que pratica a "invasão legal". Seguinte: ao invés de ocupar as áreas, eles forjam contratos de compra e venda, e até escritura, conseguindo em alguns casos obter até a validação em cartório, chegando ao cúmulo de assumir a propriedade via "uso capião". Recentemente, por mais hilário que seja, obtiveram o "reconhecimento de uma firma" representada por "impressão digital". O líder dos "invasores" é conhecido por José Sérgio, e mantém relações com uma magistrada envolvida na Operação Faroeste. A polícia já está de olho nele.

"Grandes tarefas"

Presidenciável do PDT, Ciro Gomes afirmou, em vídeo, que a vice-prefeita de Salvador, Ana Paula Matos, que é do mesmo partido, "vai cumprir grandes tarefas para Salvador, pela Bahia e pelo Brasil". "Pouca gente eu vi com a vocação para servir ao povo como vi em você, na questão técnica, na capacidade", disse o ex-governador do Ceará, classificando ainda Ana Paula como uma liderança política importante do Brasil e do PDT. O vídeo foi gravado por Ciro ao lado da própria vice-prefeita da capital, durante um encontro entre os dois em São Paulo. Ana Paula já foi convidada pelo PDT para ser candidata nas eleições deste ano, mas recusou.



Ana Paula Matos

Convênio

Um dos principais equipamentos esportivos da Prefeitura de Salvador, o Centro Integrado de Esportes (CEI)

Armando Biriba, em Itapua, será gerido pelo Instituto Dani Alves e permitirá que a capital baiana tenha um espaço dedicado à descoberta de talentos juvenis do esporte. O convênio será assinado hoje, às 9h, no próprio equipamento esportivo, situado na Rua da Ilha, 364, Itapua, com as presenças do prefeito Bruno Reis e de representantes do instituto.

Confiança

O presidente Jair Bolsonaro defendeu o ministro da Educação, Milton Ribeiro, na noite de ontem, durante sua live semanal nas redes sociais. "Sobre" o Milton, coisa rara eu falar aqui: eu boto minha cara toda no fogo pelo Milton. Estão fazendo uma covardia com ele", afirmou. Milton Ribeiro é alvo de investigação por suposto favorecimento na liberação de recursos para prefeituras por meio da intermediação de dois pastores. Os religiosos também são alvo do inquérito que foi aberto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR).

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

Hotéis fechados e pandemia ainda não conseguiram reabrir

DAVI VALADARES ESTAGIÁRIO

A pandemia da Covid-19 está próxima de chegar ao fim. Em muitos países o vírus já é tratado como uma epidemia. Mesmo com o otimismo para os próximos meses com a volta à normalidade no Brasil, os efeitos das perdas durante os últimos anos deverão persistir por um longo

tempo. O setor de hotelaria, por exemplo, teve bastante prejuízo na pandemia. Se não bastasse a queda na taxa de ocupação, muitos empreendimentos faliram e fecharam ao longo de 2020 e 2021.

“A pandemia ceifou o sonho de muitos empresários. Calculamos que em torno de 10% dos empreendimentos hoteleiros e 30% dos bares e restaurantes faliram e tiveram que ser fechados ou foram arrendados na Bahia”, disse o presidente da Federação de

Hospitalidade e Turismo do Estado da Bahia (FeTur), Silvio Passos.

Entre os empreendimentos que fecharam as portas na pandemia e não conseguiram retomar suas atividades este ano estão: Hotel Marazul, Sotero Hotel, Vila Velha, Convento do Carmo e Sol Bahia. Para o presidente do Conselho Baiano de Turismo (CBTur), órgão que congrega as 25 entidades que representam todas as atividades profissionais responsáveis

CRISE Muitos estabelecimentos não conseguiram se manter

pela condução do turismo da Bahia, Roberto Duran, o fechamento desses empreendimentos é resultado da falta de uma entidade de destino para Salvador.

“Esses fechamentos são resultados de mais de 10 ou 12 anos de falta de uma entidade de destino para cidade. Salvador não se colocou na praieira do Brasil e do mun-



Foto: Romildo de Jesus

venda dos destinos baianos”, disse.

Conforme ainda lembrou o porta-voz do trade, antes da pandemia, outros empreendimentos já haviam fechado as portas. Ele citou o Hotel Pestana Bahia, Hotel Lazer Platá, Corsário Praia Hotel, Porto Farol Apart Hotel, Pousada Bayona, San Marino, Hotel Solar Diana, Villa Giuliana Residence, Albergo do Porto, Pousada Redfish e Hotel Litorâneo.

“Na verdade, antes da pandemia 31 cancelaram o CNPJ, ou seja, fecharam, e 11 trocaram de CNPJ. Já durante a pandemia passamos por uma situação delicada onde alguns governantes e alguns prefeitos tiveram ações exacerbadas. Muitos fecharam tudo e pediram para as pessoas ficarem em casa. Isso acabou gerando grande prejuízo na operação de hotéis e outros segmentos. Alguns fecharam para retornar agora no pós-pandemia, mas infelizmente ainda não retornaram. Isso é resultado do estrangulamento que o setor passou na pandemia”, finalizou.

Gasolina pode subir 66% por alta no barril de petróleo este ano

O Banco Central (BC) calculou que o grau de repasse do preço do petróleo para a gasolina na bomba pode chegar a 66% neste ano. A estimativa consta no Relatório de Inflação divulgado nesta quinta-feira (24).

Segundo o estudo do BC, a elevação do preço do petróleo nos últimos anos foi tão expressiva que tende a ultrapassar os demais impactos no preço da gasolina, como a mistura com o etanol.

No caso de 2022, a expectativa é de que o cálculo con-

siderando um preço de etanol constante levaria a um repasse de 47,2% dos preços do petróleo para a bomba. Já quando é considerado uma razão do preço de etanol pelo da gasolina, o repasse chega a 66,1%.

No ano passado, esses números foram de 39,8% e 54,4%, respectivamente. Segundo o BC, a expectativa é de que os preços nos postos de combustíveis sejam ainda mais impactados pela alta no petróleo este ano.

Por Agência O Globo

Dólar cai pelo 7º dia seguido e atinge R\$ 4,80

Fernanda Strickland Michelle Portella

O dólar seguiu em queda no preço desta quinta-feira (24), chegando ao sétimo dia seguido de desvalorização. Por volta das 9h10, a moeda recuava 0,47%, para R\$ 4,80. Na última quarta-feira (23), o declínio da moeda

norte-americana foi o maior registrado em dois anos, com recuo de 1,43%, chegando a R\$ 4,84. A mercadoria finalizou o movimento principal índice de ações da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) — operou em alta, diante do avanço dos papéis ligados a commodities.

No ano, o dólar acumula uma baixa de 11,85% frente

ao real. O CEO da mesa proietaria Axi Investing Antônio, Marcos Samad, lembra que desde junho de 2021 não se viu uma cotação fora do fluxo de R\$ 5. Segundo o especialista, a alta dos preços das commodities no mercado internacional é um dos fatores para a depreciação da moeda norte-americana.

“Além disso, os estrangeiros passaram a ver o Brasil com mais interesse. Boa parte do movimento de compra de dólar se deu pelo fluxo de capital estrangeiro chegando ao país para aproveitar a alta da taxa básica de juros (Selic), que atualmente está entre as maiores taxas de juros reais do mundo”, aponta.

8 municípios vão ganhar unidades do CrediBahia

Mais oito prefeituras baianas foram contempladas com Assinatura do Termo de Adesão ao Programa Estadual de Microcrédito (CrediBahia), com o compromisso formal de implantar o programa nos municípios - Jacobi-na, Contendas do Sincora, Amélia Rodrigues, Rodelas, Irajuba, Almadina, Maragogipe e Cândido Sales. Na oportunidade, também foi assinada a adesão do Centro Público de Economia Solidária do Baixo Sul, situado em Nilo Peçanha. Durante ato, que ocorreu nesta quinta-feira, 24, no gabinete da Secretária do Trabalho, Emprego Renda e Esporte (Setre), o secretário Davidson Magalhães destacou a importância do CrediBahia como uma ferramenta de inclusão social, que gera trabalho e renda e capaz de avançar o desenvolvimento. “Precisamos cada vez mais avançar e melhorar a vida do nosso povo. A partir de agora, vamos implantar um posto do CrediBahia em todos os Centros Públicos de Economia Solidária, o que facilitará o acesso dos empreendedores do segmento”, informou Davidson Magalhães.

Tendências de cuidados com a saúde no Outono

Com a chegada do outono e dias com temperaturas mais amenas, é importante ficar atento a alguns cuidados com a saúde já que, nessa estação, gripes e resfriados costumam ser mais frequentes. Para manter a imunidade em alta, mudar alguns hábitos alimentares pode contribuir para que o corpo se adapte melhor durante essa transição de estações. “Alimentos ricos em vitamina C, como a acerola, o mamão, a manga, a goiaba, a carambola, aléi”, explica Priscila Gontijo Corrêa, nutricionista da DUX Nutrition Lab. Segundo ela, além de contribuir com a melhora do sistema imunológico, o consumo de alimentos ricos em vitamina C também é um importante aliado para controle de peso, já que frutas e legumes costumam ter poucas calorias, e serem ricos em nutrientes que ajudam a manter a saciedade ao longo do dia. Além de fortalecer o sistema de defesa do organismo, a vitamina C é um nutriente importante para a prevenção de anemias por deficiência de ferro e ainda pode ajudar a evitar o envelhecimento precoce da pele e de outros tecidos como cabelos, ossos e dentes.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 003/2022 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SAEB/COORDENAÇÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL
Tipo: menor preço (até 1) Abertura: 28/03/2022, 10h00min. Objeto: Execução do projeto urbanístico, área localizada no campus UESB. Família: 06-56 - Local da sessão: 2º Andar, nº 200, 1º andar, sala 102, Edifício Berthelot, CEP 44264-004, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site: www.comprasnet.br. A sessão presencial deste certame ocorrerá por videoconferência, no endereço eletrônico: https://comprasnet.br/comprasnet/essao-virtual, em conformidade com a Instrução Normativa SAEB nº 016/2020. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: ccl@saeb.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-3130 ou presencialmente, de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min - 13h30min no endereço supracitado - SAEB, 24/03/2022, à atenção: Andréa Queiroz, Nova - Presidente da Comissão Especial para Obras e Serviços de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.

SAEB

Table with financial data for Banco Econômico S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. Includes columns for Banco Econômico S.A., CNPJ, and various financial metrics.

Caixa reduz juros para financiamento de imóveis

A Caixa Econômica Federal anunciou hoje (24) que vai reduzir em 0,15 ponto percentual a taxa de juros do crédito imobiliário na modalidade poupança. Com a redução, as novas taxas partem da Taxa Referencial (TR) + 2,80% ao ano, somadas à remuneração da poupança. Segundo o banco, as contratações com as taxas reduzidas começarão a ser feitas a partir do dia 28 de março. O banco informou ainda que lançou linha de crédito para reforma e adaptação de imóveis próprios destinados a Pessoas com Deficiência (PcD), no âmbito do programa Casa Verde e Amarela. A nova linha também começará a ser operada a partir do dia 28 de março e vai oferecer o crédito com recursos do Fundo e Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O prazo para o pagamento do financiamento será de 240 meses. Por Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil - Brasília

ATAKAREJO DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS E BEBIDAS S.A. DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA RESUMIDAS

Financial statement table for Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A. showing balance sheet and income statement data for 2021 and 2020.

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA RESUMIDAS

Financial statement table for Demonstração Financeira Resumidas showing balance sheet and income statement data for 2021 and 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAPUANA AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2022/SRP

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAPUANA realizará licitação em 06/04/2022 às 09h00min, Local Site: www.licitacoes-e.com.br. Nº 92382 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2022/SRP Objeto: Seleção de proposta para contratação de empresa especializada para aquisição de materiais e artefatos de cimento através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos. Não se trata de licitação de caráter de compra. O edital encontra-se disponível no Portal de Licitação do sistema (http://igrapuna.ba.gov.br/transparencia) e no site: www.licitacoes-e.com.br. Informações podem ser obtidas pelo e-mail: ccl@igrapuna.ba.gov.br. Igrapuna, 24 de março de 2022. Roberto Eugênio O. Travassos - Pregoeiro.

AGERBA GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA TRABALHOS

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência Pública nº 84/2021. Processo nº: 081.2198.201.0003309-71.
Objeto: Entrega de Permissão de Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado da Bahia, através do SLIC, Subsistema Complementar, com veículos tipo Microônibus, na seguinte Linha: 2279 - SEABRA x MULUNGU DO MORRO.
Data, Hora e Local da Realização: dia 17.05.2022, às 09h00, no Auditório da AGERBA - 4ª Avenida, nº 435, Centro Administrativo da Bahia.
Os interessados poderão obter informações na sede da AGERBA - Comissão Especial de Licitação, situada na 4ª Avenida, nº 435, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia - CAB, das 08h30 às 17h30h, Tel (71) 3115-4843, e para aquisição de Edital, consultar no endereço: www.comprasnet.ba.gov.br. Salvador, 24 de março de 2022. Patrícia Silveira de Queiroz, Presidente da Comissão Especial de Licitação/CELIC.
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência Pública nº 79/2021. Processo nº: 081.2198.201.0005100-19.
Objeto: Entrega de Permissão de Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado da Bahia, através do SLIC, Subsistema Complementar, com veículos tipo Microônibus, na seguinte Linha: 2283 - ALAGONINHAS x SERRINHA IV.
Data, Hora e Local da Realização: dia 17.05.2022, às 10h30h, no Auditório da Agerba - 4ª Avenida, nº 435 Centro Administrativo da Bahia.
Os interessados poderão obter informações, na sede da AGERBA - Comissão Especial de Licitação, situada na 4ª Avenida, nº 435, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia - CAB, das 08h30 às 17h30h, Tel (71) 3115-4843, e para aquisição de Edital, consultar no endereço: www.comprasnet.ba.gov.br. Salvador, 24 de março de 2022. Patrícia Silveira de Queiroz, Presidente da Comissão Especial de Licitação/CELIC.
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência Pública nº 80/2022. Processo nº: 081.2198.201.0002531-87.
Objeto: Entrega de Permissão de Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado da Bahia, através do SLIC, Subsistema Complementar, com veículos tipo Microônibus, na seguinte Linha: 2285 - ALAGONINHAS x SERRINHA IV.
Data, Hora e Local da Realização: dia 18.05.2022, às 9h00 h, no Auditório da Agerba - 4ª Avenida, nº 435 Centro Administrativo da Bahia.
Os interessados poderão obter informações, na sede da AGERBA - Comissão Especial de Licitação, situada na 4ª Avenida, nº 435, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia - CAB, das 08h30 às 17h30h, Tel (71) 3115-4843, e para aquisição de Edital, consultar no endereço: www.comprasnet.ba.gov.br. Salvador, 24 de março de 2022. Patrícia Silveira de Queiroz, Presidente da Comissão Especial de Licitação/CELIC.
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência Pública nº 79/2021. Processo nº: 081.2197.201.0003860-43.
Objeto: Entrega de Permissão de Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado da Bahia, através do SLIC, Subsistema Complementar, com veículos tipo Micro-ônibus, na seguinte Linha: nº 2312 - BOM JESUS DA LAX X CARINHANHA VIA BA 161.
Data, Hora e Local da Realização: dia 18.05.2022, às 10h30h, no Auditório da Agerba - 4ª Avenida, nº 435 Centro Administrativo da Bahia.
Os interessados poderão obter informações, na sede da AGERBA - Comissão Especial de Licitação, situada na 4ª Avenida, nº 435, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia - CAB, das 08h30 às 17h30h, Tel (71) 3115-4843, e para aquisição de Edital, consultar no endereço: www.comprasnet.ba.gov.br. Salvador, 24 de março de 2022. Patrícia Silveira de Queiroz, Presidente da Comissão Especial de Licitação/CELIC.
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência Pública nº 10/2022. Processo nº: 081.2164.201.0004003-80.
Objeto: Entrega de Permissão de Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado da Bahia, através do SLIC, Subsistema Complementar, com veículos tipo Micro-ônibus, na seguinte Linha: nº 2259 - POVOADO DE CADETE X BARREIRAS VIA WANDERLEY.
Data, Hora e Local da Realização: dia 18.05.2022, às 14h00 h, no Auditório da Agerba - 4ª Avenida, nº 435 Centro Administrativo da Bahia.
Os interessados poderão obter informações, na sede da AGERBA - Comissão Especial de Licitação, situada na 4ª Avenida, nº 435, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia - CAB, das 08h30 às 17h30h, Tel (71) 3115-4843, e para aquisição de Edital, consultar no endereço: www.comprasnet.ba.gov.br. Salvador, 24 de março de 2022. Patrícia Silveira de Queiroz, Presidente da Comissão Especial de Licitação/CELIC.
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência Pública nº 12/2022. Processo nº: 081.2164.201.0003005-08.
Objeto: Entrega de Permissão de Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado da Bahia, através do SLIC, Subsistema Complementar, com veículos tipo Micro-ônibus, na seguinte Linha: nº 2219 BARREIRAS X BARRA.
Data, Hora e Local da Realização: dia 18.05.2022, às 09h00 h, no Auditório da Agerba - 4ª Avenida, nº 435 Centro Administrativo da Bahia.
Os interessados poderão obter informações, na sede da AGERBA - Comissão Especial de Licitação, situada na 4ª Avenida, nº 435, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia - CAB, das 08h30 às 17h30h, Tel (71) 3115-4843, e para aquisição de Edital, consultar no endereço: www.comprasnet.ba.gov.br. Salvador, 24 de março de 2022. Patrícia Silveira de Queiroz, Presidente da Comissão Especial de Licitação/CELIC.
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência Pública nº 12/2022. Processo nº: 081.2177.201.0003691-04.
Objeto: Entrega de Permissão de Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado da Bahia, através do SLIC, Subsistema Complementar, com veículos tipo Micro-ônibus, na seguinte Linha: nº 2318 - BOM JESUS DA LAX X AGROVILA XXIII (CARINHANHA).
Data, Hora e Local da Realização: dia 18.05.2022, às 14h00 h, no Auditório da Agerba - 4ª Avenida, nº 435 Centro Administrativo da Bahia.
Os interessados poderão obter informações, na sede da AGERBA - Comissão Especial de Licitação, situada na 4ª Avenida, nº 435, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia - CAB, das 08h30 às 17h30h, Tel (71) 3115-4843, e para aquisição de Edital, consultar no endereço: www.comprasnet.ba.gov.br. Salvador, 24 de março de 2022. Patrícia Silveira de Queiroz, Presidente da Comissão Especial de Licitação/CELIC.

Sexta, 25 de Março de 2022 - 10:00

Petróleo e clima vão ditar os preços do álcool na safra 2022/2023

por Marcelo Toledo | Folhapress



A influência do preço do petróleo sobre o valor do etanol nas bombas será mais forte ao longo de 2022. É o combustível fóssil que vai definir o ritmo dos reajustes, o que já foi visto neste mês. Após a Petrobras ter anunciado um aumento de 18,8% no preço da gasolina e de 24,9% no valor do diesel no último dia 10 de março, o etanol também ficou mais caro para os motoristas nos postos.

Conforme levantamento da S&P Global Commodity Insights, a alta chegou a 5% em apenas uma semana após o reajuste feito pela petrolífera.

Analista sênior de biocombustíveis da S&P, Beatriz Pupo afirma que o impacto direto da alta do petróleo pode se traduzir em preços de etanol mais atrativos para os produtores, por aumentar o piso do álcool hidratado, que é o vendido nos postos. A previsão da consultoria é que a produção total na safra 2022/2023 fique em 29,3 bilhões de litros.

"Até agora, os preços domésticos do etanol foram sustentados por fortes valores internacionais de petróleo bruto e por um aumento concomitante na demanda doméstica de hidratado, uma vez que a paridade na bomba de gasolina ficou abaixo do ponto de equilíbrio de 70% na região Sudeste", diz a analista.

Essa conta é feita com base no consumo médio dos combustíveis. Em geral, um veículo abastecido com etanol rende, em média, 30% a menos do que se estivesse rodando com gasolina.

Portanto, para compensar no bolso, o preço do álcool na bomba deve ser inferior a 70% do cobrado pelo litro da gasolina.

Além do petróleo, o clima é também uma das incógnitas para os usineiros no atual ciclo canavieiro.

Embora a previsão seja de crescimento em relação à temporada anterior, há preocupação por conta das condições climáticas no primeiro terço da safra. De acordo com a consultoria Datagro, houve piora no cenário em virtude dos incêndios e das geadas que ocorreram no ano passado.

A temporada 2022/2023, que começa em abril, deverá moer 562 milhões de toneladas no centro-sul do país, segundo a consultoria.

O montante é superior aos 525 milhões previstos para a safra 2021/2022, mas poderia ser melhor se não fossem as questões do clima. Com esse volume, as usinas produzirão mais etanol e mais açúcar, conforme a previsão da consultoria.

São projetados 29,8 bilhões de litros de etanol (incluindo de milho) na safra 2022/2023, ante os 27,7 bilhões previstos para a safra compreendida entre abril de 2021 e março de 2022.

Para o açúcar, a projeção aponta 33 milhões de toneladas, ante as 32,1 milhões de toneladas da safra 2021/2022.

A safra seguirá alcooleira, com 55,3% da cana-de-açúcar transformada em etanol anidro (misturado à gasolina antes da venda) e hidratado (vendido diretamente nos postos), índice ligeiramente superior aos 55,1% do mix de produção da safra 2021/2022.

Para a região Nordeste, a Datagro projeta colheita de 53 milhões de toneladas, acima das 52,5 milhões de toneladas da safra 2021/2022, com a produção praticamente estabilizada de etanol e açúcar.

Docente da USP (Universidade de São Paulo) especializado em agronegócios, Marcos Fava Neves afirma que a perspectiva de preços para a safra é boa para os produtores pelo fato de a oferta de cana-de-açúcar estar equilibrada, enquanto o consumo está maior.

"Provavelmente teremos preços bons, já que a oferta e a demanda de açúcar estão equilibradas e o petróleo com preço alto. Vamos entrar [na safra] com estoques baixos e consumo em alta."

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineisa@grupofolha.com.br

Nas urnas

Diante do resultado da nova pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta (24), que aponta Lula com 43% e Bolsonaro com 26% de intenções de voto, grandes empresários ainda falam em terceira via. Para Horácio Lafer Piva, que tem insistido na necessidade de se fortalecer um novo nome para urnas, ainda é cedo para avaliar e o cenário pode mudar: "O Datafolha é a pesquisa mais confiável, mas nem ela nem ninguém ainda capta o voto da enorme maioria de eleitores", diz.

PARTIDA Segundo Lafer Piva, há uma indicação, mas parte dos votos nos polos contém eleitores não convencidos de suas preferências. "É hora de combater a ansiedade e apostar no debate por vir e na democracia", afirma.

XADREZ O jogo ainda está começando, na opinião de Antonio Carlos Pipponzi, presidente do conselho da RaiaDrogas. "Um terço dos eleitores busca uma terceira via e parte dos que estão declinando intenções de voto neste momento poderá escolher um novo caminho", diz.

CALDEIRÃO Laércio Cosentino, presidente do conselho da Totvs, também acha que as pesquisas ainda não trazem o que pode acontecer lá na frente. "Temos de ver as pesquisas para ir balizando, mas enquanto não tivermos definição dos candidatos e alianças, são apenas números."

NOTAS O banqueiro Ricardo Lacerda, do BR Partners, vê outro horizonte. "A pesquisa mostra a consolidação da tendência de polarização entre Bolsonaro e Lula e baixa probabilidade da terceira via. A partir de agora o mercado deve focar na probabilidade da eleição ser definida no primeiro turno", afirma.

ESPELHO O investidor Lawrence Pih, que foi um dos primeiros empresários a apoiar o PT na década de 1980 e também um dos primeiros a criticar o governo Dilma, também pondera que as pesquisas refletem o momento.

CARRINHO O radar das empresas que monitoram a cadeia de suprimentos vem captando novas mudanças, provocadas pela inflação, no abastecimento dos supermercados e no comportamento do consumidor. O cenário de fevereiro mostrou supermercados com menor variedade nas prateleiras e produtos mais populares, diz a Neogrid.

SACOLA Segundo Robson Muzoz, da Neogrid, na tentativa de a indústria e do varejo de se adequarem à queda do poder de compra, as marcas mais caras somam das prateleiras. O leite foi uma das categorias com menor sortimento.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS	Mar., em % ao mês	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00	8,26
Empréstimo pessoal	4,05	4,05	8,26

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA	Competência fevereiro
Autônomo e facultativo	
Valor mín.	R\$ 1.212,00 20% R\$ 242,40
Valor máx.	R\$ 7.087,22 20% R\$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 mar.

MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	R\$ 1.212	5%	R\$ 60,60
Assalariado	Até R\$ 1.212,00	7,5%		
De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35	9%			
De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03	12%			
De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22	14%			

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 16 mar. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

TELA Além das cobranças que já recebeu do Procon-SP e do MPF por ter excluído um anúncio de vaga de trabalho para profissionais negros e indígenas, o LinkedIn começa a ser questionado pelas grandes companhias.

REDE A Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, movimento para superar o racismo no ambiente corporativo que desde 2015 reúne grandes empresas de diversos setores, enviou um comunicado ao LinkedIn pedindo explicações sobre o caso, segundo Raphael Vicente, que comanda a Iniciativa.

FRONTEIRA Ele diz que um documento semelhante também está sendo encaminhado para a sede da rede social nos Estados Unidos. "Vamos notificá-los por isso e acompanhar junto com os órgãos responsáveis para entender o que foi que aconteceu", diz Vicente.

BOMBA O governo de São Paulo anuncia nesta quinta (24) um desconto de R\$ 0,35 por litro de diesel S-10. Segundo a secretaria da Fazenda do estado, a medida indica que não haverá aumento do ICMS cobrado por, pelo menos, 12 meses.

AMARELOU A Uber fechou acordo para listar todos os táxis de Nova York em sua plataforma. A parceria é com as empresas de software de táxi CMT (Creative Mobile Technologies) e Curb.

ASFALTO Os novos motoristas receberão um valor adiantado do aplicativo e também verão o preço da corrida antecipadamente, assim como os atuais motoristas da Uber. O valor para os passageiros será semelhante.

CESTA Os consumidores devem encontrar ovos de chocolate até 40% mais caros nas prateleiras dos supermercados para a Páscoa deste ano na comparação com 2021, de acordo com levantamento da Apas (Associação Paulista de Supermercados).

PEGADAS Os demais produtos tradicionais na data, como bacalhau, vinho e bombons, por outro lado, tendem a apresentar menor aceleração ou até mesmo redução.

Gasolina cairá menos de R\$ 0,01 com isenção do álcool, diz especialista

Governo afirma que medida que zerou imposto de importação pode baixar preço em R\$ 0,20 por litro, mas não apresenta cálculo

Filipe Andretta e Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO e CURITIBA Sem apresentar cálculos, o Ministério da Economia afirmou que a medida de zerar até o final de 2022 o imposto de importação sobre o etanol anidro pode baixar em até R\$ 0,20 o preço do litro da gasolina. Especialistas, porém, dizem que a redução para o consumidor será praticamente nula.

O etanol anidro compõe 27% da mistura da gasolina, por isso seu custo afeta o preço do combustível.

Para o consultor Dietmar Schupp, especialista em tributação de combustíveis, a isenção que entrou em vigor na quarta-feira (23) vai baixar apenas R\$ 0,004 por litro no preço médio nacional.

O imposto sobre o etanol anidro importado de fora do Mercosul era 18%. A alíquota era cobrada essencialmente do álcool vindo dos Estados Unidos, país que também tributa o etanol brasileiro.

A isenção foi anunciada na segunda-feira (21) pelo governo Jair Bolsonaro (PL) como mais uma medida para tentar conter a inflação em meio à disparada nos preços das matérias-primas internacionais após o início da guerra na Ucrânia.

Além do etanol, também foram beneficiadas commodities como café, óleo de soja e o açúcar.

Uma das razões para o impacto ser tão inexpressivo é que a quantidade de álcool importado pelo Brasil para compor a mistura da gasolina é relativamente pequena.

Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) mostram que, em 2021, o Brasil produziu 11,4

milhões de metros cúbicos de etanol anidro e exportou 5,4% desse volume. A importação total foi de 432 mil metros cúbicos, o equivalente a 3,8% do etanol anidro produzido no Brasil.

Segundo Dietmar Schupp, apenas 2% do etanol anidro vendido atualmente no Brasil é importado. A redução de R\$ 0,20 por litro projetada pelo governo só ocorreria caso todo o etanol misturado à gasolina viesse de fora do país.

Maurício Canédo Pinheiro, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV (Fundação Getúlio Vargas), também projeta um efeito pequeno sobre o preço para o consumidor da isenção sobre o etanol anidro. Como Schupp, ele elenca a baixa participação do álcool importado no total utilizado pelo país, e o fato de o produto compor apenas 27% da mistura da gasolina.

"São fatores que diluem o efeito da medida", diz Pinheiro. Já o Ministério da Economia afirma que a estimativa de R\$ 0,20 foi baseada "em um modelo de equilíbrio parcial", mas que "o estudo não está disponível para publicação".

A equipe econômica alega que a isenção vai aumentar a participação do etanol importado no mercado nacional, com um choque de preços que chegará ao consumidor.

"Para 2022, a produção brasileira de etanol deverá somar 28,3 bilhões de litros na safra 2021/22, uma queda de 13,7% em relação à safra anterior. Já nos Estados Unidos, a expectativa é de aumento da safra", diz o ministério.

Importadores de combustíveis, diretamente beneficiados pela isenção, corroboram a versão do governo.

“O preço do etanol americano está alto com essa crise mundial de combustíveis, e hoje não tem mercado aqui. Pode ser que mais na frente venha a entrar etanol, mas no momento [a isenção de impostos] não vai ter muita influência”

Alexandre Andrade Lima presidente da Feplana (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil).

Renato Cunha, do Sindicato Car-PE, os sindicatos dos produtores de cana de Pernambuco, afirma que a isenção representa um benefício sem reciprocidade nos EUA e que pode custar muitos empregos no Brasil.

Rodrigo Zingales, diretor executivo da AbriLivre, associação que representa revendedores de combustíveis em todo o Brasil, afirma que isentar o etanol dos Estados Unidos vai beneficiar poucos agentes do mercado e que, dificilmente, o consumidor será beneficiado.

“O governo deveria estar investido pesado em produção de açúcar e etanol, mas está fazendo o contrário, subsidiando produtos importados”, afirma Zingales.

Venda de gás cai 4,2% em 2021 com menor distanciamento e fim do auxílio emergencial

RIO DE JANEIRO A redução gradativa do auxílio emergencial e a reabertura da economia reduziram as vendas de botijões de gás no Brasil. Com a escalada dos preços em 2022, o mercado teme que o cenário se mantenha, mesmo após a criação do programa Auxílio Gás.

Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), as vendas de botijões de 13 kg, mais usados em residências, caíram 4,2% em 2021. No primeiro bimestre de 2022, a queda em relação ao mesmo período do ano anterior é de 3,5%.

“Os preços afetaram o consumo”, disse a diretora de Estudos de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), Heloisa Borges, em evento da AIGLP (Associação Iberoamericana de Gás Liquefeito de Petróleo), nesta quinta (24).

Considerando todos os tipos de vasilhame e o mercado a granel, as vendas de gás caíram 1,1% em 2021. No primeiro bimestre de 2022, a queda é de 2,2%.

Para o setor, o mau desempenho reflete o fim do auxílio emergencial pago durante a pandemia, que ajudou o brasileiro de baixa renda a comprar gás, e a reabertura da economia, que reduziu o volume de refeições feitas em domicílio. “As pessoas passaram a comer mais em restaurante, au-

mentando a eficiência energética no uso do gás”, diz Sérgio Bandeira de Mello, presidente do Sindigás, sindicato que reúne as maiores distribuidoras do combustível no país.

Em 2020, com as medidas de restrição à circulação e o apoio financeiro do governo às famílias de baixa renda, as vendas de botijões de 13 quilos cresceram 5,1%.

Além do arrefecimento da pandemia, 2021 foi marcado por uma escalada no preço do botijão, que passou de R\$ 69,47 no início de janeiro para R\$ 102,28 no fim de dezembro, com repasses de reajustes promovidos pela Petróbras em suas refinarias.

Bandeira de Mello diz que não é possível avaliar qual a influência dos altos preços do botijão sobre o desempenho das vendas durante o ano. Mas teme que a escalada do preço após o início da guerra na Ucrânia possa ter impacto na capacidade de compra pelo consumidor.

O gás de cozinha é considerado um produto inelástico, isto é, cujas vendas têm pouca influência de fatores como preço ou cenário econômico. Mas, no patamar atual, diz o presidente do Sindigás, essa situação pode mudar.

Na semana passada, segundo a ANP, o botijão de 13 kg custou, em média, R\$ 112,54, com preço máximo de R\$ 160

“As pessoas passaram a comer mais em restaurante, aumentando a eficiência energética no uso do gás”

Sérgio Bandeira de Mello presidente do Sindigás

em Sinop (MT). Com a escalada, os R\$ 52 pagos de Auxílio Gás representam hoje uma fatia menor do preço do botijão.

O benefício é de R\$ 60 a cada dois meses a 5,5 milhões de famílias de baixa renda no país. Quando foi instituído, o valor equivalia à metade do preço médio de um botijão, que dura em média dois meses. Assim, a ideia era pagar meio botijão para os beneficiados.

Agora, o valor equivale a cerca de 45% do valor médio. Em Sinop, não garante nem um terço do necessário para comprar um botijão.

O auxílio foi aprovado em meio a um crescimento do uso de lenha, carvão ou resíduos de lixo por famílias que não tinham condições de comprar botijões de gás. Durante a pandemia, o álcool também passou a ser alternativa.

Autor do projeto de lei que criou o Auxílio Gás, o deputado federal Christiano Azeiteiro (PP-RJ) diz que prepara projeto ampliando a ação do programa, que custa R\$ 1,9 bilhão por ano. Ele defende dobrar o número de beneficiados.

“A população em extrema pobreza já está atendida, mas podemos avançar”, afirmou o parlamentar, também no evento da AIGLP. O aumento, porém, só poderia ocorrer a partir de 2023, já que o Orçamento para este ano está definido. Nicola Pamplona

BC vê alto risco de novo estouro da meta de inflação

Campos Neto indica que ciclo de aumento dos juros se encerra em maio

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Banco Central projeta pico de inflação de 10,6% no primeiro trimestre e vê alta probabilidade de estourar a meta estipulada pelo segundo ano consecutivo. Os dados são do Relatório Trimestral de Inflação de março, divulgado nesta quinta-feira (24).

A autoridade monetária desenhou dois cenários para a inflação para este ano, com base na trajetória de preços do petróleo. Em ambos, o IPCA tem grandes chances de ficar acima do teto da meta.

O valor fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para este ano é de 3,5% —com 1,5 ponto percentual de tolerância.

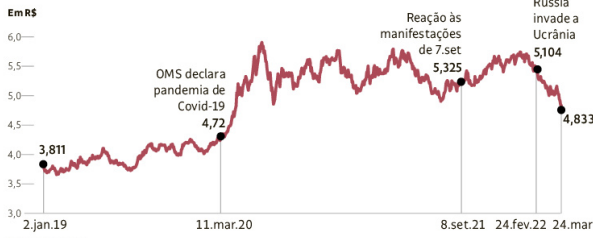
Na projeção do cenário “alternativo”, que utiliza trajetória descendente para o preço do barril de petróleo, a inflação acumulada em 12 meses atinge pico de 10,6% no primeiro trimestre, caindo para 6,3% no fim de 2022, acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta.

Já na projeção do cenário de referência, que utiliza hipótese usual para a trajetória do preço do petróleo, a inflação acumulada em quatro trimestres fica em 10,6% nos dois primeiros, recuando para 7,1% no fim do ano, também acima do teto da meta.

De acordo com o BC, a probabilidade de a inflação ficar

Dólar no governo Bolsonaro

Flutuação diária do dólar desde janeiro de 2019



Fonte: Bloomberg

acima do limite em 2022 saltou de cerca de 41% no relatório anterior, divulgado em dezembro, para em torno de 88% no cenário “alternativo”, tido como mais provável pela autoridade monetária, e 97% no cenário de referência.

“Parte significativa da surpresa inflacionária no trimestre está relacionada a componentes mais voláteis, em especial aos preços de combustíveis e de alimentos, mas também houve surpresa em itens associados à inflação subjacente. As diversas medidas de inflação subjacente permanecem acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação”, mostrou o relatório.

O BC aponta que a princi-

pal pressão sobre a inflação ao consumidor no próximo trimestre deve-se aos preços dos combustíveis, refletindo a recente elevação do petróleo. “Combustíveis para veículos contribuíram com quase metade da surpresa com a inflação no trimestre”, indicou.

O documento diz ainda que os impactos da guerra na Ucrânia também são esperados sobre preços livres, com importância alta sobre os alimentos.

“A elevação dos preços de commodities e dos preços de produtos importados — especialmente desde a escalada do conflito entre Rússia e Ucrânia —, embora atenuada pela apreciação do real, pode ser considerada um novo choque de oferta do ponto de vista da

economia doméstica, com impacto altista sobre a inflação e negativo sobre a atividade econômica no curto prazo.”

Mas o BC fez uma ressalva de que a contribuição dos preços administrados para a inflação no trimestre só não será maior em virtude das condições pluviométricas favoráveis. Para maio, é esperado o fim da bandeira “escassez hídrica” e a transição para a bandeira amarela.

Como resposta à inflação, a escalada dos juros no Brasil já completa um ano no Brasil. No dia 16, o Copom (Comitê de Política Econômica) do BC elevou a Selic em um ponto percentual, de 10,75% para 11,75% ao ano. Para a próxima reunião, em maio, sinalizou no-

va alta da mesma magnitude.

Um aumento adicional da taxa básica de juros em junho não é um cenário provável, disse o presidente do BC, Roberto Campos Neto, nesta quinta, indicando o fim do forte ciclo de aperto monetário iniciado há um ano em maio.

Segundo Campos Neto, na reunião do Copom da semana passada, o colegiado avaliou a elevação do cenário de incerteza, o ritmo adequado para a alta dos juros e a taxa terminal do ciclo de aperto.

“Entendemos que, usando esse mix de fatores, o mais apropriado era fazermos uma elevação de um ponto [na Selic em março] e indicar mais 1 ponto [em maio], dizendo que, se o cenário internacional se agravasse ou que se houvesse algum outro choque que afetasse as expectativas na mesma direção, nós poderíamos repensar o cenário, fazendo um movimento adicional em junho, não é o cenário mais provável”, disse.
Com Reuters

bal do novo coronavírus.

No decorrer da sessão desta quinta, o dólar chegou a mergulhar 1,61%, a R\$ 4,7650. Na véspera, havia afundado 1,44%, a R\$ 4,8430.

A forte alta da Bolsa, que segue atrativa aos investidores estrangeiros, foi um fator importante para a manutenção da queda da taxa de câmbio.

O Ibovespa saltou 1,36%, a 119,052 pontos. Também na sua sétima alta consecutiva, o indicador de referência para o mercado acionário do país atingiu o seu maior valor desde 1º de setembro de 2021.

A forte alta da Bolsa, que segue atrativa aos investidores estrangeiros, foi um fator importante para a manutenção da queda da taxa de câmbio.

Foi em setembro do ano passado que a Bolsa iniciou um prolongado período de queda devido às incertezas provocadas pelo avanço da inflação global, pelas ameaças de ruptura democrática no Brasil devido às manifestações de caráter golpista promovidas por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL), e por preocupações sobre o equilíbrio das contas públicas no ano eleitoral de 2022.

Nesta quinta, porém, foi o cenário internacional favorável às commodities, apesar da correção do preço do petróleo, o maior responsável pelo salto da Bolsa. As principais exportadoras brasileiras na composição do Ibovespa, Vale e Petrobras, subiram 0,54% e 1,15%.

Ao final da tarde de quinta, o barril do petróleo Brent estava cotado a US\$ 117,98 (R\$ 567,02), em queda de 2,98%, após um ganho de 5,30% na véspera.

Nos Estados Unidos, os índices Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq subiram 1,02%, 1,43% e 1,93%, respectivamente.

Dólar tem sétima queda seguida e fecha R\$ 4,83

Clayton Castelani

SÃO PAULO O dólar caiu pelo sétimo dia seguido nesta quinta (24), renovando a sua cotação mínima desde o início da pandemia, há dois anos. Já a Bolsa alcançou o seu melhor resultado em sete meses.

A moeda fechou em queda de 0,20%, a R\$ 4,8330. Esse é agora o menor valor da divisa desde 13 de março de 2020, dois dias após a OMS (Organização Mundial da Saúde) ter declarado a disseminação glo-

Caixa reduz juro em linha de crédito da casa própria atrelada à poupança

Ana Luiza Tieghi

SÃO PAULO Em evento organizado pela Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias) nesta quinta-feira (24), o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, anunciou redução na taxa de financiamento imobiliário do banco na linha atrelada à poupança.

A partir de segunda (28), a taxa passa de 2,95% ao ano para 2,8% ao ano, mais o rendimento da poupança e TR. Com o atual rendimento da aplicação, isso equivale a uma taxa final de 8,97% ao ano, acrescida de TR.

A linha de crédito tradicional da Caixa, com taxa fixa atrelada à TR, hoje começa em 8,2% ao ano, mas a média fica em 8,9% ao ano, segundo levantamento da plataforma de crédito MelhorTaxa. Dessa forma, as duas linhas passam a ter valores similares.

No entanto, os juros da linha atrelada à poupança podem mudar quando a Selic ficar novamente abaixo de 8,5% ao ano, o que altera o rendimento da aplicação.

Em simulações feitas pela MelhorTaxa, as curvas de evolução da prestação e do saldo devedor seguem o mesmo movimento mas duas linhas. “Em um cenário no qual as condições da modalidade TR e poupança são

iguais, não há melhor ou pior modalidade [de linha]”, analisa Ralph Silva, estrategista da plataforma.

Silva ressalta que uma futura queda da Selic pode diminuir a remuneração da poupança, o que deixará a linha mais atrativa.

O presidente do banco também anunciou o início da redução da taxa de crédito imobiliário pelo programa Casa Verde e Amarela para famílias que ganham de R\$ 2.001 a R\$ 2.400, o que já havia sido aprovado pelo Conselho Curador do FGTS na última semana.

A redução é de 0,5 ponto percentual. Para famílias do Norte e Nordeste, a taxa passa a ser de 4,25% ao ano, enquanto famílias das demais regiões pagam taxa de 4,5%.

Os novos valores começam a valer em 12 de abril. Essas pessoas serão incluídas no grupo 1 do programa, em vez da atual classificação no grupo 2.

“Isso ainda não é suficiente [para resolver problema habitacional], mas é um passo”, diz Guimarães.

Segundo ele, o orçamento para oferta de crédito no Casa Verde e Amarela subiu 20% neste ano.

O banco projeta que R\$ 160 bilhões serão usados em 2022 para financiamento imobiliário, no SBPE, com recursos

da poupança, e no Casa Verde e Amarela, com fundos do FGTS, aumento de 13,5%. Cerca de R\$ 100 bilhões serão destinados aos financiamentos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).

Juros do crédito imobiliário nos principais bancos brasileiros

Caixa entre 8% e 8,99% ao ano + TR, ou 2,8% ao ano + rendimento da poupança e saldo devedor atualizado pela TR

Itaú A partir de 9,1% ao ano + TR, ou 2,99% ao ano + rendimento da poupança e saldo devedor atualizado pela TR

Santander A partir de 9,49% ao ano + TR

Banco do Brasil a partir de 8,56% ao ano + TR

Bradesco Taxa média de 9,5% ao ano + TR

Fonte: Bancos e MelhorTaxa

CMN aprova open finance, evolução do open banking

BRASÍLIA O CMN (Conselho Monetário Nacional) aprovou nesta quinta (24) resolução que marca o lançamento oficial do open finance, projeto evolutivo do open banking.

O open finance, ou sistema financeiro aberto, prevê a integração de serviços não bancários ao modelo, ampliando o compartilhamento de dados pessoais, bancá-

rios e financeiros entre instituições — mediante autorização prévia do cidadão — para variados setores, incluindo seguradoras, corretoras de investimentos, câmbio e previdência.

Para consolidar a migração, o Banco Central e o CMN estão atualizando o tratamento regulatório para essa nova nomenclatura.

“Espera-se com isso facilitar a compreensão por parte do público em geral, visto que a profusão de terminologias (open banking e open finance) torna o entendimento da iniciativa mais complexo, podendo, inclusive, afetar, por parte dos clientes, a predisposição à utilização de produtos e serviços”, disse a autoridade monetária em nota.

Comunicado de recall Hyundai.



A **HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMÓVEIS LTDA.** (“HMB”) convida os proprietários dos veículos CRETA Action, modelo 2022, fabricados entre 28/11/2022 e 26/2/2022, de chassis número 9BHG81BNP268970 a 9BHG81BNP271604, não sequenciais, para comparecerem a uma concessionária Hyundai Motor Brasil (“Concessionária HMB”), a fim de realizar a substituição do Módulo de Gerenciamento do Motor (“ECU”) de forma gratuita.

Modelo/ano	Período de fabricação	Chassis (8 últimos dígitos)
CRETA Action 2022	28/11/2022 a 26/2/2022	NP268970 a NP271604

Razões técnicas: foi identificado que um restrito lote de veículos foi montado com um Módulo de Gerenciamento do Motor (ECU) com configuração incompatível, o que pode reduzir o desempenho do motor.

Importante: não há perda de capacidade de controle na condução do veículo, ou seja, não envolve risco de segurança.

Riscos e implicações: redução do desempenho do motor.

Início do atendimento: 18/3/2022.

Solução: inspeção do veículo e substituição do Módulo de Gerenciamento do Motor (ECU).

Contato: o agendamento para a inspeção pode ser realizado diretamente na Concessionária HMB de preferência do consumidor. Em caso de dúvidas, favor contatar a Central de Relacionamento Hyundai por meio do número 0800-770-3355, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e aos sábados, das 9h às 15h, ou pelo website: www.hyundai.com.br/servicos/recalls.

Visando resguardar a satisfação de seus clientes, a HMB destaca a importância do pronto atendimento a esta convocação.

Juntos salvamos vidas.





Valor Empresas 360 | Para quem investe sabendo

Agora você pode saber tudo sobre as empresas em um único lugar. Antes de investir, acesse e consulte

Saiba mais →

PPPs de iluminação pública devem bater R\$ 1,8 bi

Será o maior volume de negócios desde 2014, quando a gestão passou das distribuidoras de energia para os municípios

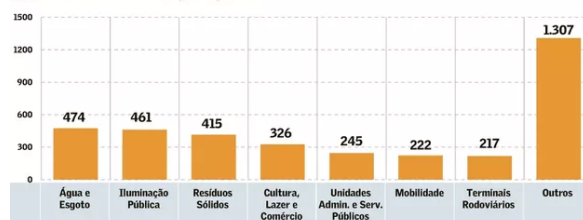
Por Robson Rodrigues — De São Paulo

25/03/2022 05h03 · Atualizado há 5 horas

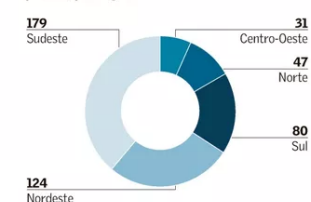
Vai clarear

Investimentos privados devem alcançar o maior volume de negócios desde 2014

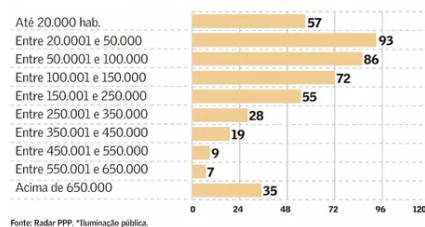
■ Quantidade de iniciativas, por segmento



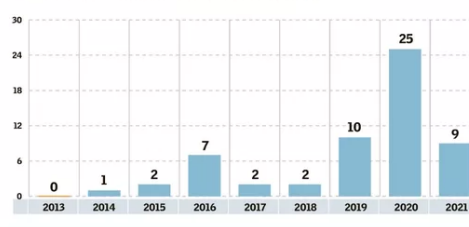
■ Quantidade de iniciativas iluminação pública, por região



■ Quantidade de iniciativas de IP*, por porte populacional do município



■ Quantidade de contratos assinados de IP*, por ano



Fonte: Radar PPP. *Iluminação pública.

Um levantamento da Radar PPP, a pedido do **Valor**, mostrou que só em 2022 as Parcerias Público-Privadas para iluminação pública devem ultrapassar os R\$ 1,8 bilhão em investimentos privados, o maior volume de negócios desde 2014, quando a responsabilidade pela gestão dos parques de iluminação pública passou das distribuidoras de energia para os municípios.

Atualmente, o ambiente de PPPs e concessões no Brasil conta com 3667 iniciativas em 19 segmentos, sendo o de iluminação pública o segundo maior em número de projetos, com 461 desde 2014, atrás do segmento de água e esgoto.

O sócio da Radar PPP, André Sampaio, conta que deste total, até o fim de 2021, 58 projetos já alcançaram a etapa de contrato iniciado com investimentos de quase R\$ 18 bilhões. Para 2022, o executivo prevê um ano mais aquecido, já que há uma série de projetos em estágio avançado.

“O segmento de iluminação pública conta com 35 projetos que se encontram em estágio avançado, ou seja, que estão da consulta pública publicada em diante, o que permite estimar que o volume de investimento privado a ser contratado apenas em 2022 supere R\$ 1,8 bilhão”, diz.

Sampaio avalia que os investimentos privados em serviços de iluminação pública são viabilizados, em larga medida, devido à existência da Contribuição de Serviço de Iluminação Pública (Cosip) recolhida na conta de energia elétrica, o que gera um fluxo de capital de baixo risco à futura concessionária.

“É esta garantia que contribui decisivamente para que o parceiro privado invista milhões de reais no projeto e tenha maior segurança de que os pagamentos serão honrados pelo poder público, ou seja, cumprindo os requisitos previstos em contrato, o investidor terá um fluxo de receita mais protegido do que em outros segmentos”, afirma.

Como a Cosip é um tributo com finalidade carimbada na Constituição Federal para custear os serviços de iluminação pública, o agente privado tem mais segurança jurídica e econômica no negócio. O sócio de Orizzo Marques Advogados, mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP, Daniel Gabrielli de Godoy, acrescenta outro ponto importante.

“Os projetos de PPP e iluminação pública possuem boa segurança jurídica, principalmente nas questões relativas ao recebimento de valores do ente público. Em sua grande maioria os projetos possuem vinculações aos valores cobrados diretamente dos

consumidores (CIP) e são destinados a fundos especiais que garantem o fluxo de pagamentos à concessionária”, analisa Gadoy.

Além disso, existe no Brasil, com apoio de entidades estruturadoras, como o BNDES e Caixa Econômica Federal, um padrão na modelagem destes projetos, o que vem aumentando o interesse da iniciativa privada.

O BNDES já levou seis projetos a leilão: Porto Alegre, Teresina, Vila Velha (ES), Petrolina (PE), Caruaru (PE) e Jaboatão dos Guararapes (PE). Os certames atraíram entre três e onze grupos licitantes e tiveram bastante competição. A redução estimada de gasto de energia corresponde a mais de 130 mil MWh a cada ano, o que representa uma economia de mais de 50% em relação ao consumo pré-PPP

Estão ainda em andamento Curitiba, Canoas (RS), Caxias do Sul (RS) e Joinville (SC). Somados, os dez projetos impactam quase 8 milhões de pessoas e englobam mais de 600 mil pontos de luz, com investimentos estimados de R\$ 1,5 bilhão.

“Além dos resultados obtidos, construímos uma referência de modelagem de PPPs que tem sido aproveitada na maior parte dos projetos. Estamos replicando com sucesso o que há de mais moderno em estruturação para parques de iluminação de regiões fora dos grandes centros, como no interior do Nordeste. São ganhos que vão muito além do orçamento. Há uma valorização do patrimônio público com reflexos no comércio e na segurança, redução de custos com melhor eficiência energética e, sobretudo, uma maior governança sobre o serviço”, diz o diretor de Concessões do BNDES, Fábio Abrahão.

O que Abrahão diz encontra lastro na pesquisa da Radar PPP, já que a quantidade de iniciativas de iluminação pública tem se concentrado em cidades de médio porte populacional nas regiões Nordeste e Sudeste.

Ao todo, são mais de 50 grupos empresariais que se interessaram pelo setor, incluindo companhias de capital aberto e fundos de investimento. Além disso, os últimos leilões feitos no Brasil foram

marcados por forte concorrência e deságios que ultrapassam 60% em relação ao limite máximo definido em edital.

O setor de iluminação pública vem pleiteando novos modelos contratuais que prevejam a modernização e regras para receitas acessórias e digitalização nas PPPs em cidades inteligentes. André Sampaio, da Radar PPP, considera salutar que os modelos contratuais contemplem isso para possíveis implantações e melhorias além das que estão previstas em contrato.

“A tendência é que a gente bata recorde atrás de recordes em números de contratos assinados (...). Encontramos na maioria dos contratos dispositivos que contemplem a receita acessória e entendemos que isto é imprescindível.”

Considerando os 3667 projetos monitorados pela Radar PPP, Sampaio destaca que 815 alcançaram a etapa de contrato iniciado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

DesinPros oferta especial. Grátis pote extra em qualquer kit

DESINPROS - SAÚDE DA PRÓSTATA

LINK PATROCINADO

Sérgio Vale: “Aproximação de Bolsonaro com Putin pode ter consequências econômicas no longo prazo”

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

LINK PATROCINADO

Próstata inflamada e idas ao banheiro constantes: Faça isso antes de dormir. Confira!

DESINFLOW

LINK PATROCINADO

Preço das caixas de som amplificadas abaixaram em Salvador

CAIXA DE SOM ESTRONDOSA

Comprar agora

LINK PATROCINADO

Camisa gola polo premium masculina

CONFORTO E MOBILIDADE SOB O CORPO.

Comprar agora

LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2022

TOTAL BATTLE

Jogar

Repasse do petróleo à bomba pode chegar a 66% em 2022

BC estima que impacto na inflação pode ser maior que 2021

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

25/03/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas

O preço da gasolina no Brasil deve ser ainda mais sensível ao do petróleo em 2022 do que foi em 2021, quando os combustíveis contribuíram com um terço da alta de 10,06% do IPCA, diz o Banco Central no Relatório de Inflação (RI) de março, divulgado ontem. Cálculos apresentados pela autoridade monetária indicam que grau de repasse do preço do petróleo em reais para preços ao consumidor neste ano pode ficar entre 47% e 66%, ante 40% a 54% em 2021.

Exercício simples do BC a partir de números de 2021 - dividindo a alta da gasolina pela alta de variáveis como o preço do petróleo Brent em reais, da gasolina na refinaria e da mistura de gasolina e etanol - sugere que o repasse pode ir a 73% e não ser inferior a 50%.

“Apesar de haver outros fatores que afetam o preço da gasolina (como o preço do etanol), que podem confundir a análise e dificultar a identificação do grau de repasse, a elevação do petróleo foi tão expressiva no período em questão que tende a dominar os demais efeitos. Dessa forma, a simples divisão da alta da gasolina ao consumidor pela alta do preço do petróleo em reais serve como uma aproximação razoável do grau de repasse”, diz o BC.

O resultado obtido nesse exercício simplificado foi corroborado por uma análise mais detalhada do relatório, que utiliza a estrutura de custos do preço ao consumidor - gasolina na refinaria; etanol anidro no atacado; impostos federais e estaduais; margens de distribuição e revenda - para calibrar o coeficiente de repasse.

Usando pesos de dezembro de 2020, o grau de repasse é calculado em 39,8% quando o preço do etanol é considerado exógeno ao modelo (portanto, constante) e em 54,4% quando se considera resposta endógena do preço do etanol, de modo a manter constante a razão de preços com a gasolina na bomba. “É possível que o verdadeiro grau de repasse seja um valor intermediário entre os obtidos sob essas duas hipóteses”, afirma o BC.

A partir dos pesos de dezembro de 2021, o grau de repasse para 2022 é calculado em 47,2% quando o preço do etanol é constante e 66,1% no segundo caso - altas de 7,4 pontos percentuais e 11,7 pontos, respectivamente, em comparação com as calibrações para o ano anterior.

“Ou seja, espera-se que o preço da gasolina em 2022 seja ainda mais sensível ao preço do petróleo. A maior sensibilidade reflete o fato de que preço da gasolina na refinaria - o componente mais sensível ao preço do petróleo - é atualmente mais importante na estrutura de custos do que era antes”, explica o BC. O custo do etanol também ganhou relevância e contribuiu para o maior grau de repasse, diz o relatório. Já os impostos federais, que não são sensíveis ao preço do petróleo, tiveram sua participação na estrutura de custos reduzida de forma importante.

A influência do preço do petróleo em reais sobre a inflação ao consumidor será maior não só pelo repasse maior, mas também porque o peso da gasolina na cesta de consumo cresceu de 4,9% para 6,6%. “Se em 2021 um aumento de 10% do preço do petróleo em moeda local tinha impacto de 0,20 a 0,27 ponto percentual (p.p.) no IPCA, em 2022 esse impacto deve estar entre 0,31 e 0,43 p.p.”, estima.

Sem lei federal, ônibus ficará mais caro em SP, diz prefeito

Congresso discute projeto que transfere para o governo federal o custeio das passagens de idosos no transporte público

Por Folhapress — De São Paulo

25/03/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou que, se o projeto que transfere para o governo federal o custeio das passagens de idosos no transporte público não for aprovado e sancionado até o fim de abril, a cidade de São Paulo não vai conseguir manter a tarifa nos ônibus em R\$ 4,40.

No início de fevereiro, o Senado aprovou um projeto dos senadores Nelsinho Trad (PSD-MS) e Alexandre Giordano (MDB-SP), para que o governo federal repasse a municípios, Estados e ao Distrito Federal o valor gasto com a gratuidade dos idosos no transporte público em áreas urbanas. Isso evitaria aumento na passagem neste ano.

Segundo levantamento da Frente Nacional dos Prefeitos, a gratuidade dos idosos representa 8% do custo do transporte público.

A estimativa é que esse subsídio chegará a R\$ 5 bilhões ao ano para os cofres públicos da União. Só na cidade de São Paulo, a gratuidade com a passagem de ônibus para idosos a partir de 65 anos representa R\$ 500 milhões anuais, segundo cálculos da SPTrans.

“Falei na manhã de hoje [quinta] com o Arthur Lira [PL-AL, presidente da Câmara] e com o deputado Marcos Pereira [Republicamos-ES] e o Lira disse que não consegue votar o projeto nesta semana, mas que vota o mérito na primeira semana de abril”, afirmou Nunes.

A Câmara aprovou ontem por 307 votos a 64 o requerimento de urgência do projeto que obriga o governo a pagar gratuidade de idosos

em ônibus. O mérito, no entanto, só deve ser votado em abril, pois não há consenso em torno do texto. Além disso, o governo ainda não encontrou fonte para compensar o impacto de R\$ 5 bilhões.

Segundo Nunes, o recente reajuste do diesel, de 25%, aumentou ainda mais a pressão dos municípios para que o governo federal aprove o subsídio de parte da tarifa. “Esse aumento [do diesel] representa 6,5% no preço da tarifa.”

Na semana passada, o sindicato das empresas que operam o transporte público na cidade, o SPUrbanuss, afirmou estimar que haverá despesa adicional de R\$ 600 milhões, o equivalente a 7,5% das despesas anual de todo o serviço, que é de R\$ 8 bilhões. Não estão inseridos nessa conta o impacto da inflação sobre peças de reposição e pneus nem os demais reajustes aplicados ao combustível ao longo do último ano.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sérgio Vale: “Aproximação de Bolsonaro com Putin pode ter consequências econômicas no longo prazo”

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

LINK PATROCINADO

DesinPros oferta especial. Grátis pote extra em qualquer kit

DESINPROS - SAÚDE DA PRÓSTATA

LINK PATROCINADO

Isso pode encolher uma próstata aumentada, faça isso antes de dormir. Confira

DESINFLOW

LINK PATROCINADO

‘O Ocidente não deu ouvidos a Vladimir Putin’, diz o enxadrista russo Garry Kasparov

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

LINK PATROCINADO

Aproveite hoje o desconto de até 60% e perca muito peso em até 30 dias!

MOROTRIL

LINK PATROCINADO

Todos os exercícios em um único aparelho

Compre agora

Solução para baratear gasolina está difícil, afirma líder do governo

Segundo Barros, não há uma proposta que tenha aval de ministérios e que tenha condições políticas de ser aprovada

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — Brasília

25/03/2022 05h02 · Atualizado há 4 horas

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou nesta quinta-feira que o Executivo está estudando muitas formas de reduzir o preço da gasolina, mas que esbarrou em muitas travas legais e não tem encontrado uma solução. “Vejo muita dificuldade que nós consigamos achar uma fórmula que supere todas essas dificuldades”, disse.

Segundo Barros, não há uma proposta que tenha aprovação do Ministério da Economia, do Ministério de Minas e Energia e da Advocacia-Geral da União (AGU) e que tenha condições políticas de ser aprovada. Um projeto de lei já foi aprovado exclusivamente para zerar os impostos federais sobre o diesel, gás de cozinha e querosene da aviação.

Para a gasolina, contudo, há impasses, como o alto custo orçamentário dessa desoneração, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a lei eleitoral, que impede a criação de um auxílio específico para algumas categorias. “O TSE [Tribunal Superior Eleitoral] se omitiu de responder a consulta sobre a criação de um subsídio à gasolina em ano eleitoral”, reclamou o líder.

Uma ideia que surgiu recentemente, e está em debate, segundo Barros, é um projeto de lei do deputado Danilo Forte (União-CE) para reclassificar os combustíveis de bem supérfluo para essencial. Com isso, disse, seria possível reduzir as alíquotas. “Na época em que ocorreu essa classificação, automóvel era um bem para poucos, hoje é essencial”, afirmou.

Barros disse não saber se o governo está apoiando a aprovação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) para volta do quinquênio para o Judiciário, um pedido do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). “Não tenho essa posição do governo ainda, vou questionar. Mas pessoalmente sou contra esses privilégios, eles já tem mais vantagens do que a população pode suportar”, disse.

O líder do governo Jair Bolsonaro afirmou que se reunirá com o relator do projeto de lei que criminaliza a disseminação das fake news, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), na semana que vem, para discutir o texto. “O presidente [da Câmara] Arthur Lira quer votar [...] e vamos fazer um esforço para garantir que a liberdade de expressão seja preservada”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sérgio Vale: “Aproximação de Bolsonaro com Putin pode ter consequências econômicas no longo prazo”

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

LINK PATROCINADO

Tudo sobre o conflito entre Rússia e Ucrânia

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

LINK PATROCINADO

Próstata dilatada: faça isso todos os dias para diminuir. Confira!

DESINFLOW

LINK PATROCINADO

Risco zero para testar: perca peso ou seu dinheiro de volta!

MORO TRIL | GOTAS MILAGROSAS

Testar

LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2022

TOTAL BATTLE

Jogar

LINK PATROCINADO

Zumbido que virou "hospede"? Não se acomode mais com ele (Confira)

SILENCIL

Quinquênio pode ser dado a todo funcionalismo

Emenda permite extensão de subsídio de 5% sob a justificativa de ‘garantir o princípio da isonomia’

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

25/03/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

Parada há oito anos no Senado, a PEC do quinquênio ganhou sete emendas desde que passou a ser discutida nos bastidores. A proposta institui um subsídio de 5% nos vencimentos de juízes e promotores a cada cinco anos e, por isso, tem sido alvo de lobby de ministros, magistrados e membros do Ministério Público. Se a pressão pela votação do projeto surtir efeito, no entanto, uma possibilidade é que o subsídio seja estendido a todo o funcionalismo público.

Essa sugestão foi apresentada pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) por meio de uma emenda assinada também por Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Lasier Martins (Podemos-RS). A justificativa é que isso garantiria o “princípio da isonomia”. Vieira admite que este não é o “momento ideal” para um “penduricalho”, como é conhecido esse tipo de benefício. Mesmo assim, propõe que todos os agentes públicos tenham direito ao acréscimo.

“Se aprovada a PEC 63, é importante reconhecer que os problemas que a proposta visa a corrigir não são exclusivos da magistratura e do Ministério Público, mas atingem todo o funcionalismo público”, afirma. “Temos a certeza de que, com essa providência estaremos não apenas homenageando o princípio da isonomia, erigido em cláusula pétrea da nossa Constituição, como criando mecanismo de valorização do serviço público como um todo”, complementa.

A ofensiva nos bastidores acontece em meio ao impasse sobre a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) enviar um projeto de

lei para o Congresso Nacional propondo um reajuste para a categoria, o que poderia desgastar a imagem do próprio tribunal.

A alternativa foi recorrer à tal PEC. A proposta que trata desse subsídio foi apresentada há nove anos no Senado, mas estava parada desde 2014. Em 2019, no entanto, a matéria foi desarquivada.

Coincidentemente, neste mês de março, a PEC ganhou sete emendas em pouco mais de uma semana, o que escancarou a negociação para que a matéria seja apreciada na Casa.

Outra emenda que ganhou diversos apoios é a do senador Humberto Costa (PT-PE). Ele quer estender o benefício para os delegados da Polícia Federal. Além disso, o senador petista propõe incluir um dispositivo que permite que os Estados criem o quinquênio também para a Polícia Civil. “Cabem aos integrantes das carreiras da advocacia pública, da defensoria pública, e de delegado de polícia os mesmos argumentos utilizados para a apresentação e aprovação desta PEC na CCJ”, justifica.

Se computados os gastos previstos apenas para as duas carreiras contempladas no projeto original - juizes e promotores - o impacto anual é de R\$ 3,6 bilhões. Esse valor será acrescido de mais R\$ 900 milhões, caso a benesse seja estendida também a advogados e defensores públicos, além de delegados. Se considerarmos, entretanto, todos os entes do setor público, o impacto seria de quase R\$ 10 bilhões.

O texto ainda permite que a contagem para o benefício inclua tempo de serviço na advocacia, no caso de juizes e promotores, e seja retroativo à sua aprovação, o que poderia beneficiar aposentados. A PEC foi apresentada originalmente pelo ex-senador Gim Argello, que chegou a ser condenado e preso na Operação Lava-Jato.

Guedes afirma que redução do IPI chegará a 33%

“É a nossa sétima redução de imposto agora”, disse ministro

Por Marsílea Gombata e Marcelo Osakabe — De São Paulo

25/03/2022 05h02 · Atualizado há 4 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo ampliará a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para 33%. Em evento da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), em São Paulo, Guedes disse que a redução de impostos que vem sendo feita permitirá reindustrializar o país.

“Esse aumento de arrecadação que está acontecendo, estamos transformando em Redução de impostos. É a nossa sétima redução de imposto agora. Já acertamos a redução do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) pelos próximos anos para a nossa entrada no OCDE, já zeramos DPVAT, já reduzimos o IPI em 25% e vamos reduzir de novo, vamos levar para 33% a redução do IPI”, afirmou.

Segundo o ministro, há 40 anos não era feita redução de impostos no Brasil. “E estamos baixando em várias dimensões. Baixamos pela primeira vez as tarifas de importação, que chamamos de TEC (tarifa externa comum do Mercosul)”, disse. “Desde que o Mercosul foi criado ninguém baixou, e nós estamos baixando pela primeira vez. Baixamos 10% para bens de capital e tecnologia da informação, para o mesmo volume de investimento financeiro comprar muito mais máquinas.”

No evento, ele afirmou que antes do governo do presidente Jair Bolsonaro o Brasil era “prisioneiro da capacidade de empresas estatais”, cuja “capacidade de investimento foi baixando”.

Hoje, seguiu ele, o Brasil tem fundamentos macroeconômicos para resistir ao choque da guerra entre Rússia e Ucrânia.

“Brasil já está com o juros no lugar, fiscal no lugar, fiscal forte, já está com o câmbio indo para o lugar”, disse. “O Brasil deve ser um dos primeiros países a derrubar a inflação. Zeramos o fiscal, os fundamentos fiscais estão fortes”, declarou, acrescentando ainda que o país está pronto para avançar e “condenado a crescer”.

“Temos contratos de R\$ 828 bilhões contratados pelos próximos 10, 12 anos. Estimamos mais R\$ 300 bilhões neste ano. Isso, com um câmbio de R\$ 5 (por dólar), daria dois planos Marshall”, disse. “Enquanto os brasileiros falam mal do Brasil, não é isso o que estamos ouvindo lá fora.”

Como em ocasiões passadas, o ministro também aproveitou a ocasião para alfinetar economistas que projetaram estagnação ou mesmo recessão em 2022.

“Focus agora está em torno de 0,5%. O Banco Central tem 1% e a equipe econômica tem previsão de 1,5%. Então, o valor esperado é 1%. Se vai crescer 1% com os juros reais mais altos dos últimos anos, porque está combatendo a inflação, isso quer dizer que você já tem um crescimento sustentável de, possivelmente, 2,5% a 3,0%”, disse. “Se fosse estagnação, como muita gente previa, essa revisão seria para baixo, para -0,5%”.

Guedes ainda lamentou que o país não tenha aprovado mais reformas. Ele citou a reforma tributária, que traria o imposto corporativo para perto da média mundial, mas que foi bloqueada no Senado. “Achei de pouca inteligência porque nós tributaríamos muito pouco lucros e dividendos, 15% enquanto no mundo é 30%. Não aproveitamos essa oportunidade que agora está acontecendo e o próximo governo pode pensar um pouco diferente”, disse.



Por Claudia Safatle

Trabalhou na Gazeta Mercantil por 18 anos, foi repórter especial da Folha, diretora do JB, assessora do Banco Central e diretora-adjunta de redação do Valor

Casa Civil travou o pacote de crédito

Ala de técnicos da área jurídica da Casa Civil enxerga nas medidas a concessão de novos benefícios em ano de eleições gerais, o que seria proibido pela legislação eleitoral

25/03/2022 05h00 · Atualizado há 4 horas

O pacote de crédito para micro, pequenas e médias empresas parou na área jurídica da Casa Civil e não se sabe ao certo se e quando ele sairá de lá com o selo de aprovação. Há uma ala de técnicos da área jurídica da Casa Civil que enxerga nas medidas a concessão de novos benefícios em ano de eleições gerais, o que seria proibido pela legislação eleitoral.

O pacote de crédito foi concebido com base na extensão dos benefícios do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para até dezembro de 2023. O programa de crédito nasceu no auge da pandemia, em 2020, para socorrer as companhias micro e de pequeno porte. O argumento da área econômica para contestar a posição dos técnicos da Casa Civil é que os efeitos da pandemia ainda persistem e, agora, estão agravados pela guerra entre Rússia e Ucrânia.

“Estamos vivendo em uma situação emergencial. Temos a guerra e os efeitos colaterais da pandemia. É uma situação excepcional”, argumentou um assessor do Ministério da Economia, em defesa das medidas de expansão da oferta de crédito.

Ala jurídica da Casa Civil vê risco de ferir a lei eleitoral

Se aprovada pelo Executivo, a medida provisória que está sob exame da Casa Civil prorrogará os financiamentos feitos com base nos fundos FGO (Fundo Garantidor de Operações), do Banco do Brasil, e FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), do BNDES.

A rigor, o dinheiro que retornasse dos financiamentos contratados em 2020 e 2021 deveria ir diretamente para o Tesouro Nacional, mas a proposta é que ele retorne para os fundos de garantia de crédito até 31 de dezembro do ano que vem. Esses recursos seriam suficientes para lastrear até R\$ 100 bilhões em novas operações de crédito. A alavancagem é de oito vezes o valor da garantia. Só o fundo de aval do Sebrae, com R\$ 1,5 bilhão, é suficiente para gerar cerca de R\$ 12 bilhões em crédito.

Se, ao longo das discussões, chegou-se a pensar em concentrar a administração dos fundos no BNDES, essa ideia foi afastada. “Cada macaco no seu galho”, disse a fonte para quem o FGO continuará sob o comando do Banco do Brasil e o Fundo de Aval (Fampe) permanecerá com o Sebrae, assim como o FGI está sob a égide do BNDES.

Outra ideia que aparentemente não está madura e pode ser excluída da medida provisória refere-se à criação de um fundo garantidor de habitação popular da Caixa, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Outro aspecto da medida é o seu custo para o tomador final, que ficou bem mais salgado do que se imaginou: Selic mais 6% ao ano. O problema é a taxa Selic, que deve chegar à casa dos 13% anuais neste ano.

Formuladas antes do início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, as medidas têm sua importância reforçada diante dos impactos do conflito na atividade econômica e na inflação.

Segundo uma fonte, serão duas faces de apoio às micro e pequenas empresas. Além do crédito, será lançado o refinanciamento das dívidas do Simples, decorrente da derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro a essa medida. Veto que foi sugestão dos mesmos técnicos da Casa Civil que agora se opõem ao pacote de crédito. As dívidas estão estimadas em R\$ 20 bilhões e por causa delas cerca de 437 mil empresas estariam ameaçadas de expulsão do programa simplificado de pagamento de impostos.

Na parte do crédito, o ponto principal é a retomada do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe) e do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), duas linhas de crédito criadas na pandemia. Para voltar a operar, elas dependem de aportes adicionais no FGO e no FGI.

A ideia, como está dito acima, é editar uma medida provisória colocando nesses dois fundos os recursos que estão retornando dos empréstimos concedidos em 2020 e 2021. É necessário, porém, autorizar que o dinheiro fique no próprio fundo, já que hoje eles têm que ir, obrigatoriamente, para o Tesouro Nacional. Dessa forma, os dois fundos terão recursos suficientes para, em caso de inadimplência, dar suporte aos empréstimos que os bancos farão com recursos próprios.

Quem vai tomar um empréstimo de R\$ 5 mil ou R\$ 10 mil em geral não tem como dar garantia real. São pessoas que ficam à margem do sistema financeiro por não terem como bancar uma operação de crédito.

Apesar de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter previsto o anúncio do pacote de crédito para a semana anterior ao Carnaval, dia 1º de março, até agora não se sabe ao certo quando será divulgado.

Há controvérsias a respeito dessa medida que pretende patrocinar uma boa expansão no crédito das micro, pequenas e médias companhias (com faturamento de até R\$ 300 milhões por ano). Afinal, o Banco Central está no meio de uma política de aperto monetário, com a subida da taxa básica de juros e, neste

momento de alta inflação, a expansão da oferta de crédito é um sinal trocado dado pela área econômica do governo.

Há outras medidas em curso, a exemplo da que isenta do pagamento de Imposto de Renda as aplicações que os investidores estrangeiros fizerem no mercado de capitais, além de redução de impostos como o IPI.

Claudia Safatle é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sérgio Vale: "Aproximação de Bolsonaro com Putin pode ter consequências econômicas no longo prazo"

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA

LINK PATROCINADO

Próstata dilatada: faça isso todos os dias para diminuir. Confira!

DESINFLOW

LINK PATROCINADO

Risco zero para testar: perca peso ou seu dinheiro de volta!

MORO TRIL | GOTAS MILAGROSAS

Testar

LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2022

TOTAL BATTLE

Jogar

LINK PATROCINADO

Como o Brasil conseguiu destruir sua própria indústria de fertilizantes

BLOOMBERG LINEA

LINK PATROCINADO

Aproveite o desconto e reduza drasticamente as dores nas articulações em até 30 dias!

DOUTOR ZERO DOR

Compre agora

Bruna Linzmeier nada com jacarés no Pantanal: "Experiência sensacional"

UM SÓ PLANETA

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Flagrante de ataque de foca ganha prêmio internacional de fotografia

BC mantém estimativa de PIB de 1% em 2022, mas altera composição

Autoridade monetária projeta contribuição menor da agropecuária e eleva participação da indústria no resultado

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

25/03/2022 05h02 · Atualizado há 5 horas

Sob incerteza maior do que a usual, especialmente em virtude da guerra na Ucrânia, o Banco Central decidiu manter sua projeção de alta de 1% para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2022, segundo o Relatório de Inflação (RI) trimestral divulgado ontem.

A composição, porém, mudou. No âmbito da produção, houve recuo na agropecuária (de 5% para 2%), por causa da piora nas estimativas para a safra de grãos, e alta em indústria e serviços (de -1,3% para -0,3% e de 1,3% para 1,4%, pela ordem). Nos componentes da demanda, a estimativa de consumo das famílias ficou estável em 1,1% e houve ajuste marginal no consumo do governo, de 2,4% para 2,3%.

A projeção da formação bruta de capital fixo (FBCF) - medida para investimentos - foi revista de -3% para -1,5%. "O resultado acima do previsto no quarto trimestre, a manutenção da confiança de empresários dos setores de bens de capital e construção em níveis relativamente elevados e a perspectiva de elevação dos investimentos públicos contribuem para a melhora na projeção", diz a autoridade.

Já as exportações e as importações de bens e serviços em 2022 devem variar, na ordem, 2% e -2%, ante projeções anteriores de 2,5% e -1,5%, respectivamente.

A surpresa positiva com o PIB do quarto trimestre de 2021 elevou a "herança estatística" para 2022 e sugere, especialmente com ajuste sazonal alternativo - que minimiza a influência do período da

pandemia -, que a atividade vinha em processo de aceleração ao longo do segundo semestre de 2021, afirma o BC.

De modo geral, indicadores mensais mostram recuo em janeiro de 2022, em parte explicado pelo aumento de infecções associado à variante ômicron do coronavírus, aponta o relatório. “Com a melhora rápida da pandemia desde então, espera-se que a queda seja revertida em fevereiro e março.”

O BC nota que continua elevada a parcela de empresários na indústria que citam a escassez de matéria-prima como um fator limitante ao crescimento da produção. Além disso, diz, dados de sondagens empresariais indicam que os estoques do setor já estão mais próximos dos níveis neutros ou adequados.

“O risco fiscal elevado e o processo de aperto monetário em curso continuam impactando as condições financeiras atuais e, conseqüentemente, a atividade econômica corrente e futura. O elevado nível corrente de incerteza econômica doméstica atua na mesma direção”, acrescenta.

Em relação à guerra no Leste Europeu, a reduzida corrente de comércio do Brasil com os países diretamente envolvidos no conflito sugere impacto limitado por esse canal, diz o BC. As importações de adubos e fertilizantes, especialmente da Rússia, porém, são expressivas, e disrupções permanentes na oferta desses bens poderiam ter implicações negativas para o plantio agrícola nos próximos trimestres, reconhece.

O BC também revisou projeções para contas externas do Brasil em 2022, com transações correntes passando de um déficit de US\$ 21 bilhões para superávit de US\$ 5 bilhões e a balança comercial saindo de um saldo positivo de US\$ 52 bilhões para US\$ 83 bilhões.

Empresas de São Paulo perdem disputa sobre cobrança de ICMS

Tribunal de Impostos e Taxas mantém autuações relativas a compras na Zona Franca

Por Adriana Aguiar, Valor — São Paulo

24/03/2022 12h36 · Atualizado há 13 horas

Grandes empresas que compraram produtos da **Zona Franca de Manaus** terão agora que discutir o **cancelamento de créditos de ICMS** pelo governo paulista na **Justiça**. Ontem, a Câmara Superior do Tribunal de Impostos e Taxas (**TIT**) de São Paulo — última instância da esfera administrativa —, por nove votos a sete, considerou legais as autuações fiscais lavradas pela fiscalização.

LEIA MAIS:

Tribunal analisa anulação de créditos de ICMS de compras na Zona Franca

TJ-SP adia julgamento sobre regra de desempate em julgamentos tributários

O tema foi analisado na chamada “sessão temática”, responsável por unificar o entendimento do tribunal administrativo. A tese firmada agora será aplicada a todos os demais casos sobre o assunto levados ao TIT.

A corrente vencedora entendeu que não se pode permitir o uso de créditos de benefícios fiscais não autorizados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), conforme preveem os artigos 1º e 8º da Lei Complementar nº 24, de 1975.

Para os juízes, não seria possível aplicar ao caso o artigo 15 da mesma norma, como defendem os contribuintes. O dispositivo afirma expressamente que a medida não se aplica às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus. Os julgadores levaram em consideração que essa determinação é anterior à Constituição Federal de 1988 e, depois, vieram novas regras contra a guerra fiscal de ICMS, que proíbem a concessão de créditos não permitidos pelo Confaz.



Cobrança de ICMS: tema traz grande impacto para as montadoras, indústrias de eletrônicos, refrigerantes e cosméticos — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

O impacto econômico da discussão também foi levado em consideração. O juiz Rodrigo Pansanato Osada destacou, em seu

voto, que estaria em jogo, segundo informações da Fazenda do Estado de São Paulo, cerca de **R\$ 9 bilhões em créditos**.

Alguns juízes também consideraram que o tema julgado ontem estaria vinculado ao entendimento da Câmara Superior, adotado no ano passado, pela legalidade da anulação (glosa) de créditos sobre benefícios fiscais não aprovados pelo Confaz — discussão que não incluiu a Zona Franca.

A corrente que ficou vencida mantinha a aplicação do artigo 15 da Lei Complementar nº 24, de 1975, que traz a exceção para a Zona Franca de Manaus. O juiz Juliano Di Pietro, por exemplo, afirmou que o artigo é totalmente compatível com a Constituição e não possui qualquer limite temporal.

Ele acrescentou que o espírito constitucional é de estímulo da região Amazônica. E que isso já foi confirmado no Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, em abril de 2019, ao tratar do direito aos créditos de IPI na entrada de insumos, matéria-prima e material de embalagem adquiridos na Zona Franca de Manaus sob o regime da isenção (RE 592891).

Contudo, a corrente favorável à tese dos contribuintes ficou vencida. O tema deve afetar principalmente as montadoras de veículos, indústrias de eletrônicos, refrigerantes e cosméticos. Com a decisão, segundo Thiago Amaral, sócio do Demarest Advogados, “qual seria a vantagem hoje de comprar na Zona Franca de Manaus?”

Além dos milhões de reais envolvidos nos autos de infração aplicados aos contribuintes, de acordo com advogados, as empresas agora terão o custo de levar a discussão para o Judiciário, onde precisarão apresentar garantias. Contudo, afirmam, a Justiça tende a ser mais favorável às empresas nessa discussão.

Para Maurício Barros, do Demarest Advogados, tanto o legislador quanto o Supremo tem adotado uma linha de proteção máxima à Zona Franca. Tanto que depois da promulgação da Constituição, acrescenta, foram editadas duas emendas constitucionais (nº 42, de 2003, e nº 83, de 2014), que a mantém em vigor até 2073.

Segundo o advogado tributarista Mauricio de Carvalho Silveira Bueno, sócio do HRSA Sociedade de Advogados, agora a questão deve seguir o mesmo caminho da discussão sobre créditos de IPI. Após sucessivas derrotas dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), houve a manifestação do STF sobre a distinção da Zona Franca em relação aos demais Estados.

O julgamento do TIT, afirma o advogado, tratou o artigo 15 da Lei Complementar nº 24 “quase como letra morta, ainda que o Supremo não tenha declarado o dispositivo inconstitucional”. Ele lembra que o artigo 28 da Lei nº 13.457/2009, de São Paulo, que trata do processo administrativo tributário, é claro ao dizer que, em julgamento, é vedado afastar a aplicação de lei sob alegação de inconstitucionalidade, exceto quando o STF a tiver proclamado. “Agora teremos uma enxurrada de processos milionários no Judiciário paulista”, diz.

Apesar de haver precedente favorável sobre IPI no STF, o advogado Paulo Vieira da Rocha, do VRMA Advogados, alerta que tem ocorrido uma certa flexibilização em casos recentes julgados pelos ministros. No mês passado, diz, o Pleno Virtual declarou constitucionais incentivos concedidos pelas Leis nº 8.387, de 1991, e nº 10.167, de 2001, ao setor de informática, independentemente de estarem localizados na Zona Franca (ADI 2399). Em outro julgamento, de agosto de 2020, acrescenta, os ministros trataram da incidência de PIS e Cofins na revenda de veículos e autopeças de concessionárias localizadas na região e “parece ter havido alguma flexibilização, pelo menos segundo uma das duas interpretações que se podem tirar daquele difícil acórdão” (ADI 4254).

Em nota, a **Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo** afirma que a decisão da Câmara Superior do Tribunal de Impostos e Taxas atinge 47 processos do contencioso administrativo paulista, cujo débito exigido originalmente pelos lançamentos em autos de infração supera **R\$ 2 bilhões**.

Foram pautados e julgados cinco processos, de acordo com a nota. “As acusações fiscais restaram mantidas, tendo prevalecido, por maioria de votos (9 x 7), o entendimento pela legitimidade da

exigência fiscal em autos de infração, considerando indevidos os creditamentos efetuados pelos adquirentes paulistas em face da ausência de convênio Confaz na concessão de incentivos aos respectivos remetentes manauaras”, diz a Fazenda paulista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Próstata dilatada: faça isso todos os dias para diminuir. Confira!

DESINFLOW

LINK PATROCINADO

Como o Brasil conseguiu destruir sua própria indústria de fertilizantes

BLOOMBERG LINEA

LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2022

TOTAL BATTLE

Jogar

LINK PATROCINADO

Salvador Moradia para idosos - você pode não acreditar nos preços!

MORADIA PARA IDOSOS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Isso deixa qualquer pessoa 5 cm mais alta (é genial)

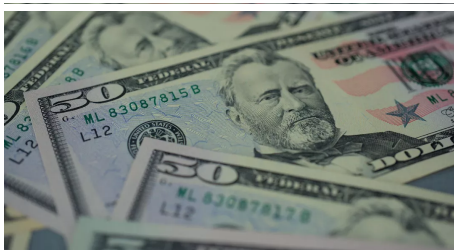
MAGIC INSOLE

LINK PATROCINADO

Esse chinelo Nike te dá a sensação de estar andando nas nuvens

ACHEI OFERTA

Mais do Valor Econômico



Juros futuros têm forte queda após IPCA-15 e dólar recua até R\$ 4,78

Investidores avaliam comportamento da inflação no Brasil, mas seguem atentos ao cenário externo

25/03/2022 09:57 — Em Finanças

Petróleo cai após acordo entre UE e EUA para reduzir dependência de energia russa

Foi criada uma força-tarefa de emergência que terá como objetivo principal no curto prazo de fornecer à UE volumes adicionais de gás natural liquefeito

25/03/2022 09:51 — Em Finanças

Economia



MICROSOFT E NVIDIA

Adolescente é suspeito de ataque hacker

Merando com a mãe, jovem de 16 anos de Oxford, Inglaterra, seria o me

PARA
ACESSAR
APORTE
O CELULAR
PARA
O QR CODE

entor do grupo

'CAMELÓDROMOS DIGITAIS'

FREIO NA IMPORTAÇÃO

Empresários pressionam, e governo elabora MP contra plataformas estrangeiras

MANOEL VENTURA, RAPHAELA RIBAS E BRUNO ROSA
economias@globo.com.br
BRASIL/RENO

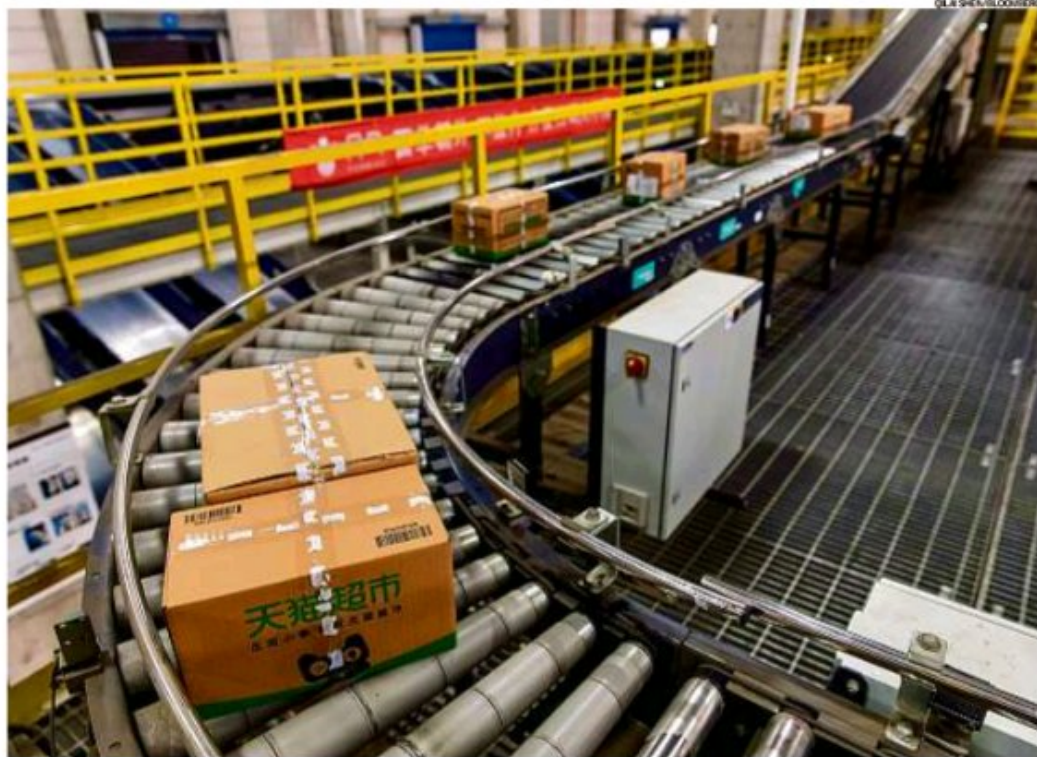
O Ministério da Economia prepara medida provisória (MP) para fechar o cerco contra a atuação de plataformas digitais, como Shopee e AliExpress, entre outras, que vendem produtos importados no Brasil e despontam como um sucesso no país. Críticos, como varejistas e industriais nacionais, se referem a estes negócios como "camelódromos digitais".

A MP é resultado de uma articulação de varejistas liderados pelo empresário Luciano Hang, dono da rede Havan e aliado histórico do presidente Jair Bolsonaro, e por Alexandre Ostrowiecki, presidente da Multilaser. A medida ganhou status de prioridade dentro da equipe econômica e da Receita Federal. Uma das possibilidades discutidas pelo governo é passar a tributar a importação feita por pessoas físicas por meio dessas plataformas digitais independentemente do valor da importação.

Audidores da Receita Federal suspeitam que mercadorias entrem no país por meio do comércio eletrônico sem pagar impostos porque os vendedores estariam fornecendo informações falsas para sonegar tributos. Pelas regras de hoje, uma pessoa física no Brasil pode comprar algo de outra pessoa física no exterior sem pagar impostos se o valor for abaixo de US\$ 50.

A Receita Federal avalia, porém, que empresas de outros países estariam vendendo a brasileiros ilegalmente por esse sistema. Outra possível fraude seria declarar o bem por valor inferior, ficando dentro do limite de US\$ 50.

Por isso, o governo elabora uma MP para permitir a co-



Suspeita de irregularidade. Empresários nacionais afirmam que plataformas lançam mão de subterfúgios para não pagar impostos no envio de encomendas

brança de impostos diretamente das plataformas e dificultar a importação desenfreada de produtos. A Receita avalia propor que a plataforma pague impostos equivalentes relativos à transação no momento da compra, e não quando o produto importado passa pela alfândega e entra no Brasil.

EMPRESAS DIZEM SEGUIR A LEI

A elaboração da MP ocorre após uma articulação de empresários nacionais, que reclamaram da situação com deputados e senadores, além do governo federal. Até mesmo o procurador-geral da República, Augusto Aras, foi procurado para discutir o assunto. Síneo Batista da Costa, presi-

Críticas ao modelo de vendas

> O material apresentado pelos empresários nacionais diz que as plataformas crescem mais de 150% ao ano. E que, em 2022, deixariam de pagar R\$ 60 bilhões em impostos.

> O texto afirma que o consumidor é incentivado pelos sites a alterar a descrição e o valor do produto para dificultar a fiscalização no Brasil.

> A apresentação lista um suposto esquema no qual o produto sai de um centro de distribuição

na China com documentação falsa e valor subfaturado (quase sempre abaixo do limite legal de US\$ 50), é transportado em cargueiro destinado a esse fim e levado para a Suécia, onde receberia nova etiqueta. O objetivo seria evitar a fiscalização na chegada ao Brasil.

> Para coibir a prática, o texto sugere o recolhimento de impostos de importação via OF. A leitura é que seria impossível fiscalizar todos os pacotes no Brasil.

dente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), é um dos principais articuladores da proposta. Ele diz que os empresários nacionais não querem ajuda do governo, mas igualdade de tratamento tributário:

— Eles não pagam imposto para vender os mesmos produtos que as fábricas brasileiras e os lojistas brasileiros vendem. A gente quer que pague os mesmos impostos que nós. Não posso perder o jogo porque o governo ajuda ele. Só quero que o governo não me deixe perder e quebrar a fábrica por causa da vantagem tributária que outro tem.

O grupo de empresários que cobra mudanças inclui

diversas associações da indústria e do varejo. Nas 98 páginas que os empresários nacionais apresentaram a autoridades em Brasília, eles citam as empresas AliExpress, Wish, Shein, Shopee e Mercado Livre (que nasceu na Argentina e tem CNPJ no Brasil). A empresa afirma que é um equívoco incluí-la nessa lista, que é a favor de maior rigor nas importações e que está ao lado dos empresários (veja entrevista abaixo).

A apresentação aponta um suposto subfaturamento de notas fiscais e nova etiquetagem na Suécia por parte das plataformas que atuam no Brasil como tentativa de burlar a fiscalização. O grupo brasileiro alega que apenas 2% dos 500 mil pacotes que chegam na fiscalização alfandegária são de fato checados.

"Durante o processo de compra, o consumidor brasileiro pode solicitar e até mesmo é incentivado pelos sites chineses para que a descrição do produto e o valor declarados sejam alterados e subfaturados, a fim de burlar e dificultar a tributação na fiscalização aduaneira brasileira", diz a apresentação.

A AliExpress disse, por nota, que "respeita todas as regras e regulamentos aplicáveis nos mercados em que opera" e que não encoraja vendedor nem comprador a realizar qualquer evasão fiscal local ilegal ou cometer fraudes. E acrescenta que os comerciantes que usam a plataforma são separadamente responsáveis por cumprir as leis e regulamentos aplicáveis a eles também.

No site da Shopee, na parte de "políticas e regras do vendedor", artigo de 7 de janeiro informa que a partir de fevereiro, a empresa tem nova política para vendedores com conta CPF. Segundo o texto, quem emitir mais de 900 pedidos nos últimos 90 dias terá aumento de R\$ 3 por item vendido na comissão.

"Esta nova política foi implementada aos vendedores com conta CPF que possuem grande volume de vendas, devido a limitações dessas contas no uso de parceiros logísticos, o que acaba gerando um alto custo operacional", diz o texto. Perguntada a respeito de mais detalhes sobre o comunicado, a empresa não respondeu até o fechamento desta edição.

A Shein afirmou que respeita toda a legislação vigente no país e continuará a fazer isso. A Wish não respondeu até o fechamento da edição.

ENTREVISTA

Alexandre Ostrowiecki
CEO DA MULTILASER

'QUEREMOS FECHAR ESSAS BRECHAS'

BRUNO ROSA
bruno.rosa@ogj.obb.com.br

A Multilaser, fabricante de celulares, notebooks e diversos itens, afirma que entrou na discussão para frear o avanço da venda de produtos sem o pagamento de impostos nos marketplaces.

Por que a Multilaser decidiu participar desse debate para tributar produtos importados vendidos em plataformas?

Decidimos nos juntar a esse movimento liderado por Ele-

tros e IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para que as plataformas de comércio eletrônico paguem impostos. Eu entrei nessa discussão porque preciso proteger minha empresa da concorrência desleal. As plataformas são bem-vindas desde que paguem impostos.

Mas qual é o problema central?

O problema central é que, nesses marketplaces, as compras são feitas como se fossem presentes entre pessoas físicas que não têm incidência tributária se o valor do produto for de até US\$ 50. E, quando o valor ultrapassa o patamar, os itens são subfaturados.

O que o setor quer?

O pleito é

que o Congresso aprove mudanças na legislação para que as companhias estejam sujeitas a mesma carga tributária do resto do setor. Há prejuízo fiscal de R\$ 60 bilhões por ano. Queremos fechar brechas. Fingem ser pessoas físicas para aproveitar o espaço na lei. As plataformas têm que pagar tributos. O livre mercado precisa ter regras sem espaço para sonegação, que gera queda na arrecadação e reduz empregos.

Quais são as perdas?

O volume de pacotes vendidos passou de 400 mil por dia para 700 mil em dois anos. Parte dos produtos chega via Suécia, com menor fiscalização por acordos comerciais.



LEONARDO RODRIGUES/ALOR

ENTREVISTA

Fernando Yunes, VICE-PRESIDENTE SÊNIOR DO MERCADO LIVRE

'ACUSAR SEM PROVA É MUITO SÉRIO'

RAPHAELA RIBAS
raphaela.ribas@infoglobo.com.br

O Mercado Livre afirma que é má-fé incluir a empresa nessa acusação e que investe US\$ 100 milhões por ano para identificar anúncios irregulares.

Como viram a medida?

Incluir o Mercado Livre nesse material é muita desinformação ou má-fé. Estamos do lado dos empresários, apoiamos e queremos também estas medidas, como tornar

mais rígida a importação para pessoas físicas, baixar talvez o limite de US\$ 50. Colocar o Mercado Livre como empresa estrangeira, sendo que a criação de CNPJ no Brasil foi só quatro meses após a criação na Argentina, não faz sentido. A empresa é tão ou mais brasileira, o país é 55% do negócio.

E os impostos?

No ano passado, o Mercado Livre recolheu R\$ 2,5 bilhões de impostos no Brasil, fora os que os vendedores recolheram. E foram R\$ 10 bilhões em investimentos. Neste, serão mais R\$ 17 bilhões.

Produtos importados passam por vocês?

Cerca de 95% da venda geral (no Mercado Livre)

passam pela logística própria. E tudo que sai das nossas instalações é CNPJ do Brasil e tem nota fiscal. Nos outros 5% que não passam por nós, há lojas nacionais e uma pequena parte de pessoas físicas. Destas, a maior parte vende produtos usados. Dentro das pessoas físicas pode ter alguém vendendo produto que comprou no exterior.

O que a empresa faz para combater irregularidades?

Investimos US\$ 100 milhões nos últimos anos para identificar anúncio irregular.

Vão adotar alguma ação?

Não nos atinge pois somos regulares. Caberia até alguma medida criminal contra difamação. Acusar uma empresa sem provas é uma coisa muito séria.



DIVULGAÇÃO

Caixa reduz juros em duas linhas de crédito imobiliário

Medida vai na contramão do mercado, já que a Selic subiu a 11,75% este mês. Especialista manifesta preocupação com medida em pleno ano eleitoral

CAROLINA NALIN, ANA CLARA VELOSO
E POLLYANNA BRETAS
economia@oglobo.com.br

A Caixa Econômica Federal reduziu as taxas de juros em duas das suas principais linhas de crédito imobiliário. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do banco, Pedro Guimarães, em evento da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). Isso ocorre no momento em que a taxa básica da economia, a Selic, está em 11,75% ao ano, maior patamar desde abril de 2017.

Na modalidade subsidiada, do programa Casa Verde e Amarela, a redução foi de 0,5 ponto percentual para famílias com renda mensal entre R\$ 2.000,01 e R\$ 2.400 e valerá a partir de 12 de abril. Já na linha que usa recursos da poupança, a taxa passa de 2,95% para 2,8% ao ano, mais o rendimento da poupança e TR, e passa a valer no próximo dia 28, com teto de R\$ 1,5 milhão para o valor de imóvel e sem limite de renda familiar.

Na avaliação de Sérgio Lazzarini, professor do Insper, há duas preocupações: o custo financeiro da medida para a Caixa e um eventual uso político da estatal em ano de eleições, já que a redução dos juros vai na contramão do mercado:

—O custo do capital está aumentando (com a alta dos juros), e isso vai ter um impacto financeiro para a Caixa. E estamos em ano eleitoral. Então toda a iniciativa das estatais que seja atípica



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Moradia. Casa Verde e Amarela e linha de financiamento ligada à poupança ficam mais baratas

ou que configure alguma iniciativa no sentido de prejudicar o caixa das estatais tem um efeito eleitoral para o controlador, que é o governo em exercício.

Lazzarini lembra ainda a proximidade de Guimarães com o presidente Jair Bolsonaro e cita a inconsistência entre a nova redução dos juros no Casa Verde e Amarela com a exclusão da chamada Faixa 1 do programa anterior, que subsidiava imóveis com prestações até 10% da renda de famílias com ganhos no limite de R\$ 1.800.

No caso da linha atrelada à cadermeta, Pedro Cunha, professor do MBA de Incorporação e Construção da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ressalta que, por ser pós-fixada e depender da remuneração da poupança,

ela estava ficando cara:

—O rendimento da poupança aumentou e acabou encarecendo essa linha de crédito. A Caixa fez essa redução para compensar esse aumento.

Para Gilson Oliveira, professor de Finanças do Ibmecc/RJ, o movimento da Caixa pode se enquadrar nas medidas de estímulo à economia anunciadas recentemente pelo governo.

Nos bastidores, a Caixa argumenta que o corte é pequeno e só afeta os financiamentos atrelados à poupança, que não tiveram alteração significativa com a alta da Selic. No caso da Casa Verde e Amarela, diz, a redução está associada à nova política de subsídios do Ministério de Desenvolvimento Regional, anunciada em fevereiro.

BC vê probabilidade elevada de estouro da meta de inflação

Banco Central avalia ainda que repasse da alta do petróleo aos preços da gasolina chegaria a 66%

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bcb.gov.br
BRASÍLIA

Em seu Relatório Trimestral de Inflação, divulgado ontem, o Banco Central (BC) manteve sua previsão de crescimento para este ano em 1% e apontou dois cenários para a inflação em 2022 — ambos com o índice acima da meta estipulada. Ou seja, seria o segundo ano consecutivo em que o BC não consegue cumprir a meta de inflação.

Para a inflação, o cenário que considera um barril de petróleo mais caro, acima dos US\$ 118, projeta IPCA a 7,1% no fim do ano e probabilidade de 97% de estouro da meta. Já o cenário com o petróleo a US 100 tem inflação em 6,3%, com probabilidade de 88% de superar o teto da meta.

A meta é de 3,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. No ano passado, para uma meta de 3,75%, o IPCA ficou em 10,06%.

No relatório, o BC calculou ainda qual seria o repasse do preço do petróleo para o da gasolina na bomba. Para este ano, considerando um preço de etanol constante, haveria um repasse de 47,2% dos pre-

ços do petróleo para a bomba. Já quando se considera uma alta no preço de etanol, que tende a ser influenciado pelo da gasolina, o repasse chegaria a 66,1%.

No ano passado, esses números foram de 39,8% e 54,4%, respectivamente.

Segundo o BC, as variações no preço da gasolina têm efeito relevante na inflação do país. Por isso, o impacto do preço do petróleo é “fonte de incerteza” para as projeções.

Fernanda Guardado, diretora de Assuntos Internacionais e Assuntos Corporativos do BC, que assumiu interinamente a diretoria de Política Econômica, ressalta que o estudo não considera as mudanças feitas pelo Congresso no cálculo do ICMS e que o peso da gasolina no IPCA deve subir em 2022.

Com relação ao crescimento da economia, o BC aponta como fatores negativos a escassez de matéria-prima, o risco fiscal, a alta dos juros e a guerra na Ucrânia. Por um ângulo positivo, o PIB acima do esperado em 2021 deve puxar para cima o primeiro trimestre deste ano.

Mas a projeção do BC ainda está acima da do mercado, de crescimento de 0,5%.